

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Marília Goulart Silva

Cartografia da resistência e do controle social: trajetórias sociais da população em situação de rua em São José dos Campos-SP. Brasil (1980-2020)

São José dos Campos, SP
2023

MARÍLIA GOULART SILVA

**CARTOGRAFIA DA RESISTÊNCIA E DO CONTROLE SOCIAL: TRAJETÓRIAS
SOCIAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS-SP. BRASIL (1980-2020)**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Planejamento Urbano e Regional, ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade do Vale do Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Lidiane M. Maciel

Coorientadora: Profa. Dra. Adriane Aparecida
Moreira de Souza

São José dos Campos, SP
2023

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Goulart Silva, Marília
Cartografia da resistência e do controle social: Trajetórias
sociais da População em Situação de rua em São José dos Campos
- SP. Brasil (1980-2020) / Marília Goulart Silva; orientadora,
Profa. Dra. Lidiane M. Maciel; co-orientador Profa. Dra. Adriane
Aparecida Moreira de Souza. - São José dos Campos, SP, 2023.
198 p.

Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José
dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional.

Inclui referências

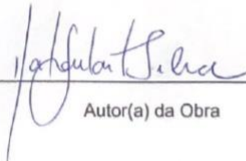
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Planejamento Urbano e
Regional. 3. Cartografia Social. 4. População em situação de rua.
I. M. Maciel, Profa. Dra. Lidiane, orient. II. Aparecida Moreira
de Souza, Profa. Dra. Adriane, co-orient. III. Universidade do
Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano
e Regional. IV. Título.

Eu, Marília Goulart Silva, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 22 de Março de 2023.



Autor(a) da Obra

MARÍLIA GOULART SILVA

**“CARTOGRAFIA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL:
TRAJETÓRIAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS(1980-2020).”**

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba - Univap, pela seguinte banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª Lidiane Maria Maciel	<i>Lidiane Maria Maciel</i>
Prof.ª Dr.ª Adriane Aparecida Moreira de Souza	<i>Adriane Ap. M. de Souza</i>
Prof.ª Dr.ª Fabiana Felix do Amaral e Silva	<i>Fabiana Felix do A. e Silva</i>
Prof. Dr. Luiz Carlos Andrade de Aquino	<i>Luiz Carlos A. de Aquino</i>
Prof.ª Dr.ª Berta Granja	<i>Berta Granja</i>
Prof. Dr. Luciano Márcio Freitas de Oliveira	<i>Luciano Márcio F. de Oliveira</i>

Prof.ª Dr.ª Lúcia Vieira
Diretora do IP&D – Univap
São José dos Campos, 24 de janeiro 2023.

A todas as pessoas que se encontram em situação de rua e aceitaram compartilhar um pouco de suas vidas comigo. Que meu conhecimento possa ser LUZ em seus caminhos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Esta Tese não é resultado apenas de um esforço individual, mas sim de significativas contribuições que obtive em minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, ao conviver com pessoas solidárias que dividiram seu conhecimento e vida comigo, ao trabalhar com pessoas que passam tempo de suas vidas nas ruas, e ao dividir minhas experiências com outros profissionais, que foram fundamentais para essa construção.

Meus agradecimentos aqui partem primeiramente à Deus, minha força superior que me sustenta em todos os momentos.

A minha joia preciosa Olívia, que se somou a minha trajetória no início deste doutorado, que me trouxe desafios e uma preocupação exagerada com o futuro, mas, acima de tudo, que me trouxe a forma de amor mais puro e significativo. Amo-te.

A meu esposo Paulo José, que durante todo meu processo de doutorado foi paciente e companheiro, me trazendo leveza aos dias difíceis.

Agradeço também minha família, em especial minha mãe Ana Maria e minha irmã Marianne, que foram a melhor rede de apoio que uma mãe pode contar. A meu pai Vilson (*in memoriam*), que sempre me incentivou a buscar o conhecimento. A filha do pedreiro e da faxineira chegou até aqui!

Consciente de que é impossível listar todos que acrescentaram conhecimentos e experiências essenciais à forma de ver o mundo e nele atuar, preciso expressar meu agradecimento aos profissionais que muito contribuíram em minha formação acadêmica e profissional, em especial a Assistente Social Alaíde Calassi, que foi minha inspiração no trabalho com a população em situação de rua.

Um agradecimento especial a meus amigos, Luciana, Márcio, Suelen, Tatiana, Danielle, Ana Paula, que torceram e me incentivaram a seguir sempre em frente. E a meus colegas do Planejamento urbano, obrigada por dividirem seus conhecimentos comigo.

Não posso deixar de agradecer a todos queridos professores que passaram por minha vida, e em especial, os professores do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Um país sem pessoas que acreditam na educação é um país sem futuro. Vocês são maravilhosos!

Um agradecimento especial a Profa. Dra. Adriane Aparecida Moreira de Souza, por ter aceitado me coorientar e por ter contribuído com seu conhecimento e experiência.

Aos queridos, Profa. Dra. Berta Granja (Universidade do Porto – PT), Profa. Dra. Joice de Oliveira Santos Domeniconi (Observatório das Migrações de São Paulo – Unicamp),

Prof. Dr. Luiz de Andrade Aquino (Univap), Dr. Luciano Freitas de Oliveira (Consultor Unesco) e Profa. Dra. Viviana Mendes Lima (Univap), pela gentileza em aceitarem participar da banca de defesa desta tese e por contribuírem com meu aprendizado.

A querida Profa. Dra. Fabiana Amaral que se fez presente em toda minha caminhada de doutorado e dividiu comigo seus conhecimentos e vida. Obrigada por me acolher sempre!

Não posso deixar de agradecer a minha maravilhosa orientadora, Profa. Dra. Lidiane Maciel, por caminhar toda essa trajetória ao meu lado, por me puxar a orelha, por me proporcionar experiências e vivências que fizeram toda a diferença em minha vida pessoal e profissional, pela humildade em dividir comigo seus conhecimentos e tempo. Obrigada por acolher com tanto carinho minha pequena Olívia, isso fez toda a diferença para que eu continuasse sempre em frente. Gratidão, talvez não seja sentimento suficiente para expressar sua importância em todo meu processo de doutorado e vida.

E por fim, porém não menos importante, as pessoas que se encontram hoje em situação de rua, por terem aberto suas duras trajetórias de vida me apresentando ao desconhecido onde aprendi um pouco sobre a resistência humana e seu papel de sobrevivência e morte no cruel mundo da rua. Re-existam!!!

Em especial, minha gratidão a Participante de número 1, que humildemente divide sua trajetória de vida comigo desde o início deste doutorado. Sua força e garra são grande inspiração.

A todos que não citei, por não ter páginas suficientes, e que contribuíram de alguma forma para a realização deste estudo, que agora se constitui em mais um capítulo de “minha trajetória”, muito obrigada!

O tempo

Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pelejei para achar, era uma coisa só – a inteira - cujo significado e vislumbrado dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver – e essa pauta cada um tem - mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que, sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber?

Guimarães Rosa

RESUMO

Esta tese tem como tema o estudo do processo de ocupação e territorialização da população em situação de rua no município São José dos Campos/SP Brasil. Sendo esta população uma expressão da Questão Social contemporânea. A presença dessas pessoas nos espaços públicos promove diferentes conflitos e é um grande desafio para os Planejadores/Gestores urbanos. Dessa forma, o objetivo central desta tese foi realizar uma cartografia do processo de ocupação dos espaços urbanos e analisar como as políticas sociais direcionadas à população em situação de rua se materializam nesses espaços. Como objetivos específicos listam-se: aprofundar o conhecimento sobre o processo de ocupação e territorialização da população em situação de rua por meio de uma cartografia social; refletir sobre as relações entre a população em situação de rua e o território, mediante a análise das políticas sociais materializadas no espaço urbano; investigar as mudanças no perfil dessa população no que se refere ao modo como ela se apresenta no espaço considerando os últimos 40 anos; analisar os fatores que favorecem a distribuição espacial da população em situação de rua, mapeando os lugares e as formas de ocupação territorial na cidade e investigar como ocorre a ocupação do território pela população em situação de rua do município e qual a garantia de direitos a cidade desta população. Tendo como hipótese que mesmo diante da existência de políticas sociais e serviços direcionados as pessoas em situação de rua, esta vive uma ausência da efetivação dos direitos fundamentais e a rede de atendimento voltada a esta parcela da população não provoca, necessariamente, melhorias nas condições de vida dos atendidos, tal como preconizam as normativas e os programas de atendimento, causando assim um descompasso significativo entre as propostas e os resultados, sobretudo, no que se refere à saída da situação de rua – e que esta condição faz parte de uma arquitetura definida na lógica do estado neoliberal que promove cada vez mais expulsão e uma política de morte. A metodologia é qualitativa centrada, inicialmente, na revisão da condição das pessoas em situação de rua no Brasil e, especificamente, em São José dos Campos/SP; das ações e legislação voltadas para o equacionamento deste problema; dos fatores que permitem e favorecem que a situação de rua; e na realização de entrevistas qualitativas com a população em situação de rua e agentes do Estado com a finalidade de compor uma cartografia do processo. Conclui-se que as formas de circulação apresentadas nos permitem vislumbrar uma persistente resistência à exclusão, que se dá por meio da circulação e expõe a recusa de uma ordem que periferiza e marginaliza.

Palavras-chave: População em situação de rua, Território, Planejamento urbano, Cartografia social.

**CARTOGRAPHY OF RESISTANCE AND SOCIAL CONTROL: SOCIAL
TRAJECTORIES OF THE PEOPLE WHO LIVES IN THE STREETS IN SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS-SP. BRAZIL (1980 - 2020)**

ABSTRACT

This thesis has as its theme the study of the process of occupation and territorialization of the people who lives in the street in São José dos Campos/SP Brazil. This population is an expression of the contemporary Social Question. The presence of these people in public spaces promotes different conflicts and is a great challenge for urban planners/managers. Thus, the main objective of this thesis was to accomplish a cartography of the process of occupation of urban spaces and to analyze how social policies aimed to the people who lives in the street materialize in these spaces. As specific objectives are listed: to deepen the knowledge about the process of occupation and territorialization of the people who lives in the street through a social cartography; reflect on the relationships between the people that has the street as it home, and the territory, through the analysis of social policies materialized in the urban space; investigate the changes in the profile of this population in terms of how it presents itself in space considering the last 40 years; analyze the factors that favor the compasses distribution of the people who lives in the street, chartting the places and forms of territorial occupation in the city and investigate how the territory is occupied by the people who lives in the street in the municipality and what is the guarantee of rights to city of this population. Having as a hypothesis that even with the existence of social policies and services aimed to people living on the streets, they experience a lack of realization of fundamental rights and the service network aimed at this portion of the population does not necessarily lead to improvements in living conditions. lives of those assisted, as recommended by regulations and assistance programs, causing a significant mismatch between proposals and results, especially with regard to leaving the street situation. And that this condition is part of an architecture defined in the logic of the neoliberal state that increasingly promote expulsion and a policy of death. The methodology is qualitative, initially centered on reviewing the condition of the people who lives in the street in Brazil and, specifically, in São José dos Campos/SP; actions and legislation aimed at solving this problem; the factors that allow and favor the street situation; and conducting qualitative interviews with the homeless population and state agents in order to compose a cartography of the process. It is concluded that the forms of circulation presented allow us to glimpse a persistent resistance to exclusion, which takes place through circulation and exposes the refusal of an order that peripheralizes and marginalizes.

Keywords: People who lives in the street; Territory; Urban planning; Social cartography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Demarcações realizadas com a Participante 1	41
Figura 2 - Matérias divulgadas em diversos sites e jornais sobre as mortes da população em situação de rua e suas diversas causalidades. 2020.	61
Figura 3 - Painel pintado pelos usuários do centro de convivência pop em 2016.....	74
Figura 4 - Reunião com os usuários do centro de convivência pop em 2016, sobre acesso à Justiça Eleitoral.....	75
Figura 5 - Jardim construído pelos usuários do serviço, como finalização do curso de jardinagem em parceria com o Senac São José dos Campos	75
Figura 6 - Sala cheia no curso de esculturas com “lixo” eletrônico	76
Figura 7 - Espaço no centro de convivência pop destinado a arte e expressão	76
Figura 8 - Abrigo Viva Família	77
Figura 9 - Equipe de apoio social em atendimento à população em situação de rua	78
Figura 10 - Entrada do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para população em situação de rua.....	79
Figura 11 - Ação da Prefeitura: testagem	88
Figura 12 - Imunização carro apoio social – 2020.	89
Figura 13 - Árvore em frente ao abrigo da rua Guararapes.....	109
Figura 14 - Casa de Assis	114
Figura 15 - Logo da Casa de Assis.....	115
Figura 16 - Homem revira lixeira em frente à Casa de Assis.....	117
Figura 17 - Canteiro de frente a Casa de Assis que é utilizado pela população em situação de rua.....	118
Figura 18 - Praça Capitão Pedro Pinto da Cunha – Praça São Judas	125
Figura 19 - Entrada do Terminal Rodoviário Intermunicipal Frederico Ozanan – “Rodoviária Nova”.....	131
Figura 20 - Kombi do apoio social em frente ao Centro Pop.....	131
Figura 21 - Vista noturna parcial da Praça Monsenhor Ascânio Brandão - Praça São Dimas.	135
Figura 22 - Igreja São Benedito, 2021	140
Figura 23 - Porta de entrada do supermercado Comercial Esperança no início do trabalho etnográfico	141
Figura 24 - Porta de entrada do supermercado Esperança.....	142

Figura 25 - Praça da Igreja São Benedito	142
Figura 26 - Parte da Praça Padre João antes de ser fechada para revitalização	143
Figura 27 - Viaduto Professor Everardo Passos	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução da população de São José dos Campos (1940 - 2020)	33
Tabela 2 - Estimativa da população em situação de rua no Brasil em números – setembro 2012 a março 2020	60
Tabela 3- Os 10 municípios com maior número de contágio por Covid- 19 até 26 de setembro de 2020	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Banco de dados.....	30
Quadro 2- Itens da observação direta	35
Quadro 3- Identificação dos participantes da pesquisa	38
Quadro 4 - Fases da urbanização brasileira	51
Quadro 5- Síntese dos principais eventos relacionados a implantação dos serviços para população em situação de rua (2012-2020)	71
Quadro 6 - Orientações e normativas nacionais para enfrentamento da pandemia da Covid-19 junto aos serviços destinados à população em situação de rua.....	83

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa de localização da pesquisa	32
Mapa 2 - Mapa da circulação da população em situação de rua	106
Mapa 3 - Projeção do trajeto entre a Praça Capitão Pedro Pinto da Cunha ao Terminal Rodoviário Intermunicipal Frederico Ozanan	130
Mapa 4 - Trajeto da Praça Presidente Kennedy ao Banhado	138

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAPS-INF	Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CEU	Centros de Educação Unificados
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNDDH	Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
COI	Centro de Operações Integradas
COMAS	Comunidade Cristã de Ação Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas
ILPI	Instituições de Longa Permanência para Idosos
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
NDDH-SP	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos de São Paulo
NEPACS	Núcleo de Extensão e Pesquisa-ação Cartografias Sociais
NEPO	Núcleo de Estudos de População
NOB	Norma Operacional Básica
OAF/SP	Organização Não Governamental do Auxílio-Fraterno de São Paulo

ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PMESR	Plano Municipal de Assistência Social da cidade de São José dos Campos para o Enfrentamento à Situação de Rua
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSE	Proteção Social Especial
RMVPLN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
SAMA	Serviço Ambulatorial Especializado no Tratamento da Dependência Química em Mulheres e Adolescentes
SASC	Secretaria de Apoio Social ao Cidadão
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados Estatístico
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SOS	Serviço de Obras Sociais
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
VIVA	Vivência, Inserção Valorização e Acolhimento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO	21
1. PERCURSO METODOLÓGICO DA TESE E RECORTE DE CAMPO DE ESTUDO	29
1.1 Levantamento de dados secundários e delimitação do campo de investigação	29
1.2 O trabalho de campo com população em situação de rua em São José dos Campos-SP ...	33
1.3 Análise de documentos institucionais.....	44
2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: URBANIZAÇÃO E QUESTÃO SOCIAL - UM BALANÇO HISTÓRICO	46
2.1 Processos de organização da população em situação de rua diante dos tensionamentos da questão social.....	63
3. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP: DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À EXPERIÊNCIA DO CIRCULAR	70
3.1 O cenário da rua diante da pandemia da Covid-19.....	81
3.2 Relatos de vida de sujeitos inclusos pela marginalidade	90
4. CARTOGRAFIA SOCIAL DA DESTERRITORIALIZAÇÃO - ENTRE FIXO E FLUXOS - O LUGAR DA TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS CIRCULATÓRIOS	99
4.1 Cartografia da experiência do “circular”	105
4.2 Território ocupado, vivido e vivenciado.....	109
5. “CURTO-CIRCUÍTO” AS NORMATIVAS DO ESTADO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - ESTADO DA BIOPOLÍTICA A NECROPOLÍTICA	150
5.1 Biopolítica e a vida na rua: a rua como espaço de ser e estar.....	158
5.2 Biopoder e biopolítica	160
CONCLUSÃO	168
REFERÊNCIAS	172
ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	183
ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	184
ANEXO 3 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	187
APENDÊNCIA 1 - CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DA TESE	191

APRESENTAÇÃO

Esclareço inicialmente que minhas considerações aqui partem de recordações conservadas na memória que se mantêm vivas no processo de escrita desta tese que tem possibilitado um encontro comigo mesma nas diferentes situações de uma trajetória composta por idas e vindas, encontros e desencontros, sabores e dissabores, silêncio e conversa com meus pensamentos. Entre o silêncio encontrado nas madrugadas e os dias atarefados e cheios de preocupações, eu conversava comigo sobre as inquietudes, os medos, os mistérios. O silêncio não me limitava, pelo contrário, me abria possibilidades, alargava fronteiras, pois dele surgiram palavras, argumentações, interrogações em que “minha procura” se firmou na essência dessa trajetória. Os dias atarefados com Olívia, minha filha recém-nascida, hoje já com 3 anos, com todo seu processo de desenvolvimento, também não me limitavam, pois desses dias saiam forças para prosseguir sempre em frente.

Assim, esta pesquisa está alicerçada na minha prática profissional como Assistente Social, da Comunidade Cristã de Ação Social (COMAS), junto a Prefeitura Municipal de São José dos Campos desde 2013, quando estive desempenhando o papel de estagiária, no processo de implantação do Centro de Convivência para Pop de Rua e como Assistente Social atuante no Centro Pop II. Em minha trajetória profissional convivi com a realidade desta população, realidade que me provoca fortes inquietações que me conduziram a escolher esta temática como fonte de investigação para esta tese de doutorado. Desde a graduação, na elaboração de trabalho de conclusão de curso, para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, me dediquei aos estudos desta temática, ocasião em que apresentei o estudo “A rede de proteção à pessoa adulta em situação de rua no município de São José dos Campos”. Entretanto, concluindo o TCC com a necessidade de aprofundar ainda mais as pesquisas e discussões referentes ao tema, motivei-me a continuar a desafiadora trajetória de pesquisadora. Partindo então em busca de novos horizontes me dedicando ao Mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), quando pude desenvolver a dissertação intitulada: “Vidas na rua: políticas e despolíticas” que reflete sobre a implantação do SUAS no município de São José dos Campos, no modo como esses programas de atenção atendem a população em situação de rua e como realizam a prevenção, proteção e inclusão social deste segmento populacional.

Na ansiedade em expandir ainda mais a discussão que envolve a população em situação de rua, diante dos resultados que meus estudos me proporcionaram, tomei a decisão em trilhar novos caminhos, adquirir novos conhecimentos e poder discutir o direito da população em situação de rua no planejamento das cidades no curso de Doutorado em

Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. Esta experiência me proporcionou uma trajetória cheia de desafios e muito aprendizado.

Portanto, confirmo aqui a premissa mencionada pela professora Maria Lúcia Martinelli que não apenas escolhemos o tema de nossa pesquisa, mas o tema de nossa pesquisa também nos escolhe. O mundo nos possibilita muitas coisas, e os caminhos que vamos trilhando vai nos moldando e nos transformando.

1 INTRODUÇÃO

No município de São José dos Campos, localizado no Estado de São Paulo no Brasil, os dados de um estudo da Prefeitura Municipal publicados em 2019 constataram o aumento em 100% da população em situação de rua. De 400 indivíduos na última pesquisa, foram registrados 816 indivíduos no período de 2016 a 2018. Esclarece o estudo que 50% da população de rua de São José dos Campos é ainda de migrante¹, que se originam muitas vezes de municípios vizinhos ou até de outros estados. No Brasil no mesmo ano foram registradas 174.766 pessoas em situação de rua. Em 2022, ano que se concluí essa tese, o número saltou para 213.371.

A partir dessa evidência empírica, entende-se que a população em situação de rua está entre os grupos sociais mais marginalizados do espaço urbano. Os simples atos básicos de sobrevivência como comer, trabalhar e dormir para a população em situação de rua estão vinculados ao tipo de território ocupado, que marca o processo da rua por idas e vindas, circulação e fixação. Para Santos (2008a), a necessidade de ocupar um território e transformá-lo como uma forma de abrigo, faz com que a pessoa em situação de rua ocupe ambientes inóspitos em territórios existenciais.

No Brasil, a população em situação de rua vivencia historicamente uma condição precária e de ausência de direito sendo que hoje ela forma um grupo demasiadamente heterogêneo. Segundo Gonçalves e Carvalho (2011, p. 69), “estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio, mas considerando a produção e reprodução de identidades sociais no território”. Sua relação com o espaço urbano ocorre por meio da “apropriação privada” do espaço público, que não ocorre sem questionamentos. O surgimento rotineiro de novos pontos de concentração é alvo de críticas de moradores, comerciantes e gestores públicos.

Nos estudos de Planejamento Urbano quando se analisa a questão das pessoas em situação de rua verifica-se que para ela há uma total ausência do que habitualmente se chamou de “direito à cidade”. O ponto de vista do Lefebvre (2011) é que “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEVBRE, 2001, p.

¹ Para esse público, a cidade também oferece o Atendimento ao Migrante, em que é verificada a documentação e a cidade de origem de cada um, além do fornecimento do banho e da alimentação. Esse atendimento é realizado através do técnico Assistente Social e com educadores sociais acolhendo essas pessoas que chegam na cidade sem destino.

118). A partir disso, deve-se compreender sobre a vida dos indivíduos integrantes da cidade, “o fato de habitar aqui ou ali comporta a recepção, adoção, a transmissão de um determinado sistema, [...] o sistema de significações do habitante diz das suas passividades e das suas atividades; é recebido, porém modificado pela prática” (LEFEVBRE, 2001 p. 111).

Aprofundando e atualizando esse debate David Harvey (2014) coloca a cidade no centro das questões de uma reorganização mais justa e complementa a reflexão trazendo para atualidade que o direito à cidade é:

[...] mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade [...] mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014, p. 246).

O autor ainda acrescenta sobre a importância de todos na busca por uma unidade em meio às inúmeras diversidades e que “[...] por motivos óbvios, porém, trata-se de um direito complicado, devido às condições contemporâneas da urbanização capitalista, assim como à natureza das populações que poderiam lutar ativamente por este direito.” (HARVEY, 2014 p. 246).

As dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua estão nas simples atividades cotidianas, como trabalhar, dormir, se alimentar, se higienizar, se entreter, e cuidar da saúde. Soma-se a isso a violência sofrida por se apropriarem da rua para viver. Estão ainda sob o olhar de repulsa, medo e indiferença por parte da sociedade. Segundo Mendes (2007), a presença desse grupo em vulnerabilidade social exhibe resíduos humanos e não humanos. Normalmente, o transeunte encara as pessoas em situação de rua como um problema. No entanto, “isso tudo se dá sem que haja um afastamento eficaz dos moradores de rua do convívio social como ocorre aos criminosos ou doentes” (MENDES, 2007, p. 119).

A temática da população em situação de rua precisa ser abordada como uma questão social urbana. Montañó (2007, p. 39) afirma que as políticas sociais no Brasil são “[...] instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora”. E estão diretamente relacionadas às condições vivenciadas pela sociedade em níveis econômico, político e social. As políticas sociais são para Faleiros (1991), como um mecanismo de manutenção da força de trabalho, e como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

Considerando esse debate empírico contextual e teórico inicial, apresenta-se a grande questão dessa tese (objeto), fundada no estudo das trajetórias das pessoas em situação de rua em São José dos Campos que estão entre a circulação e fixação, entre o direito a permanecer no centro da cidade e a expulsão para suas franjas. Objetivou-se a construção de uma cartografia social do fenômeno, com a discussão dos conflitos territoriais derivados dessa condição.

A pergunta de partida foi como se territorializa a população em situação de rua do município de São José dos Campos-SP e se as políticas públicas implementadas garantem a essa população o "direito à cidade"? Na pesquisa exploratória verificou-se certa dificuldade na forma como as instituições que atendiam à demanda da população em situação de rua e se articulavam no território para garantir o acesso às políticas de inclusão.

Como pressuposto considerou-se que há um conjunto de fatores psicossociais, culturais e econômicos que leva as pessoas a se refugiarem nas ruas. Entretanto, não há dados suficientes mostrando a evolução desse processo, bem como, conhecimento aprofundado sobre o modo como ocorre a ocupação de território por parte desta população e da eficácia das políticas públicas e da legislação vigente para compreensão e enfrentamento deste problema correlacionadas às políticas de direito à cidade.

Sendo assim, os objetivos específicos propostos nesta pesquisa foram:

- ❖ Aprofundar o conhecimento sobre o processo de ocupação e territorialização da população em situação de rua por meio de uma cartografia social;
- ❖ Refletir sobre as relações entre a população em situação de rua e o território, mediante a análise das políticas sociais materializadas no espaço urbano;
- ❖ Investigar as mudanças nos padrões e de que modo a política pública se configura no espaço nos últimos anos;
- ❖ Analisar os fatores que favorecem a distribuição espacial da população em situação de rua do município de São José dos Campos, mapeando a população em questão e suas narrativas sobre esse processo;
- ❖ Investigar como se dá a ocupação do território pela população em situação de rua do município e qual a garantia de direitos à cidade desta população.

A hipótese de trabalho se constrói por meio da ideia de que a população em situação de rua vive na ausência da efetivação de direitos fundamentais. A rede de atendimento voltada aos moradores de rua não provoca, necessariamente, melhorias nas condições de vida dos

atendidos, tal como preconizam as normativas e os programas de atendimento, causando assim um descompasso significativo entre as propostas e os resultados, sobretudo no que se refere à saída da situação de rua. E que esta condição faz parte de uma arquitetura definida na lógica do estado neoliberal que promovem cada vez mais expulsão e uma política de morte.

O debate realizado por Mbembe (2018a), que parte do pressuposto de que a expressão máxima do poder soberano do Estado consiste em deixar viver, matar ou expor à morte, como discute em seu livro, a necropolítica parte desta concepção, de que a partir do momento em que a soberania escolhe quem vive e quem morre, o próprio viver se torna uma manifestação do poder soberano (MBEMBE, 2018a).

Para Valencia (2010), quando a morte se encontra no centro da biopolítica ela se converte em necropolítica. Esse processo ocorre por meio de estratégias de exploração, como a execução, a escravidão, o feminicídio, o tráfico de pessoas, as práticas legitimadas por dispositivos jurídico-administrativos que são ordenados e sistematizados os efeitos, as causas e as justificativas das políticas de morte.

O poder atua para a manutenção do sujeito vivo, mas, em estado de marginalização extrema, exclusão e intensa crueldade, implementa uma forma de morte em vida até que se alcance a morte de fato. Um exemplo bem ilustrado por Prado (2020), que revestiu a política nacional, que partilhava opinião com vários setores e grupos sociais, pode ser observado na popularidade do fetiche punitivista: “bandido bom é bandido morto”. Cartografar os conflitos do processo oferece uma visão precisa da necropolítica que envolve a política pública direcionada à população em situação de rua, em especial, em municípios de caráter conservador como São José dos Campos-SP, mostrando elementos da negação do direito à cidade.

Dessa forma essa tese desenvolve-se os conceitos sobre a população em situação de rua e pretende-se ainda inserir no campo do Planejamento Urbano a discussão sobre o direito à cidade para essas pessoas.

Alguns importantes passos no debate foram registrados no início no século XXI. Fruto do debate entre a sociedade civil e o Estado, em 2008 foi criada a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua². Conforme Araújo (2012, p. 17)

por seu caráter único de especificidade deveria ser integrada, especialmente, às políticas de saúde e trabalho, para que possa atingir o maior número possível de pessoas e ajudá-las a reestruturar suas vidas.

² Disponível em: [Microsoft Word - Política Nacional Pop Rua_28.05.08\[1\].doc \(justica.pr.gov.br\)](#). acesso em 20 dez. 2022.

Em seus princípios a questão do direito à cidade é expressa:

PRINCÍPIOS I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; III - **Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade**; IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua. (BRASIL, p. 14, 2008 – grifos nossos).

No entanto, no debate científico e de gestão pública, conhecer a população em situação de rua não é tarefa simples. A variedade de conceitos está relacionada à dificuldade de definir um segmento tão heterogêneo. A falta de consenso implica na impossibilidade comparativa, na subestimação da gravidade do problema e, a princípio nos aponta, para a ineficácia de políticas desenvolvidas para superá-lo ou amenizá-lo.

Dessa forma, estigmatizada pelo Estado e pela sociedade, a população em situação de rua é constantemente alvo da intolerância, vista por meio das práticas higienizadoras manifestam-se territorialmente nas cidades por meio do recolhimento de seus pertences sem autorização, limpeza de áreas públicas onde se fixam durante a noite, e controle policial. No entanto, a violência praticada pela sociedade ainda se expressa de diversas formas. Verifica-se uma perversidade na forma como são incluídos nas políticas de atendimento, no inaccessibilidade às políticas sociais e dos serviços urbanos tais como o acesso a locomoção por meio dos transportes públicos, o acesso a áreas públicas como parques, praças e demais localidades urbanas sem serem retirados do local, restringindo o direito de ir e vir das pessoas em situação de rua. Dessa maneira, constata-se uma ampla negação no direito de permanecer na cidade e de ter acesso aos direitos que são considerados universais pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

Nesse patamar, no Brasil, a população em situação de rua é tratada como caso de polícia em muitos municípios. Assim o direito à cidade perpassa pela contradição que estrutura a sociedade capitalista. Essa é a questão mais importante no entendimento dos limites da realização de acesso a esse direito em sua plenitude, sendo pensado por meio de políticas públicas estruturantes, intergovernamentais, que dialoguem entre si de forma transversal. Entretanto, entre o acirramento e a “amenização máxima” das problemáticas

urbanas, máxima porque no capitalismo elas nunca findam, como observado nessa análise, está a escolha das prioridades que o Estado imprime em suas políticas econômicas e sociais.

Frente a isso, pensar o desenvolvimento de políticas públicas ao limite de cobertura numa agenda de lutas das camadas populares é uma tarefa árdua e de todas as pessoas que têm compromisso com a emancipação política, humana e social, tendo em vista elevar o padrão de vida das majorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais, como forma de fomentar a liberdade e igualdade e transformar as cidades em espaços vitais de uma sociabilidade que se evidencia na lógica dos direitos (CONSELHO..., 2009).

A comunidade e os movimentos populares urbanos fortalecidos têm poder indiscutível na perspectiva do alargamento de direitos e gestão democrática das cidades. Contudo, a organização do espaço é fruto do desenvolvimento desse processo contraditório.

O debate da efetivação do direito à cidade para a população em situação de rua é primordial porque envolve questões de necessidade básicas e a disputa pelo fundo público e que terão grande impacto na vida de toda a sociedade. Pois pautados em Behring e Boschetti (2008), trata-se de um processo de discussão coletiva, pois para que ocorra a socialização dos espaços comuns na sociedade é primordial a participação popular na gestão democrática da cidade. Considera-se que dessa forma terão resultados positivos na formulação, execução e acompanhamento de uma nova forma de organização do espaço urbano.

Tal participação mobiliza manifestações em todo o país, imprimindo visibilidade à questão urbana e, de certa forma, determinada pressão popular frente ao Estado, faz emergir a compreensão de que, no percurso dos embates, é possível se forjar sujeitos políticos que conseguem aglutinar forças sociais e dar sentido e dimensão de classe às lutas travadas em decorrência de contradições que o sistema capitalista não se mostra capaz de superar, apontando, ao longo do processo histórico, para um projeto societário emancipador para as classes populares (KOWARICK, 1993).

Dessa forma, entende-se que o direito à cidade deve ser visto como a luta à luz da ética, liberdade e igualdade na defesa da construção de novos meios de viver em sociedade. Entende-se ainda que se faz parte deste processo de luta, ter-se o direito a cidade em sua totalidade e, principalmente, na possibilidade de transformação do território em um espaço radicalmente diferente ao que a sociedade impõe, materializado em uma nova forma de organização social que seja expressão das necessidades humanas diante aos interesses capitalistas, que seguem na negação da intensificação da marginalização e da inclusão perversa/inclusão marginal (MARTINS, 1997), garantindo uma gestão cada vez mais democrática com métodos de representação coletiva.

A tese está dividida em cinco seções. Na primeira seção, ainda que reduzida em relação às outras, descreve-se os aspectos metodológicos da pesquisa de maneira prática. Na segunda seção tendo em vista o espaço urbano apresentamos a questão da urbanização no Brasil, bem como a Questão Social da população em situação de rua por meio de um balanço histórico baseado nas bibliografias de Singer, Kowarick, entre outros. Realizou-se também um levantamento dos dados da população em situação de rua do Estado de São Paulo, entendendo como importante informação para esta tese, uma vez que o município de São José dos Campos localiza-se a cerca de 96 km de distância da cidade de São Paulo e conforme relatado, faz parte do trecho de circulação da população em situação de rua, principalmente a população denominada migrante.

A terceira seção traz dados relativos ao município de São José dos Campos evidenciando os serviços oferecidos à população em situação de rua e algumas reflexões realizadas a partir de uma observação, utilizando-se da metodologia de etnografia multi-situada, a partir da qual pode-se mapear os locais onde estão situadas a maior concentração da população em situação de rua. A terceira seção traz ainda uma reflexão acerca dos impactos da Pandemia da Covid-19 no eixo da territorialização e desterritorialização da cartografia do controle social acerca da realidade da população em situação de rua. Neste contexto, realizou-se uma análise de dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), bem como de dados levantados pelo próprio município, a fim de identificar as medidas tomadas pelo Estado e pelo município na proteção e enfrentamento da Covid-19 para com a população em situação de rua.

A seção quatro trabalha a cartografia social da deterritorialização e a formação de territórios circulatorios (TARRIUS, 1993), trazendo uma reflexão baseada em autores como Haesbaert, Frangela e Agamben acerca do conceito de espaço e território e suas significações na realidade da população em situação de rua. Também nesta seção, apresentamos a cartografia da experiência da circular, a cartografia social da circulação da população em situação de rua do município de São José dos Campos pelas políticas públicas de atendimento oferecidas a esta população.

E, por fim, a quinta seção trata das normativas do Estado para a população em situação de rua em uma reflexão baseada nas reflexões da biopolítica em Michel Foucault, que entende que o biopoder passa a investir sobre a vida, embora consiga produzir também a morte; e da necropolítica de Mbembe que trabalha sobre a centralidade do poder sobre a vida exercida pelo Estado que tem como finalidade a gestão da morte dos cidadãos indesejáveis. Nesta seção

abordaremos também a função e funcionamento de um dos principais serviços de atendimento à população em situação de rua em São José dos Campos: o Centro Pop.

O cronograma de atividade dessa pesquisa pode ser conhecido no APÊNDICE 1, no final desse documento.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA TESE E RECORTE DE CAMPO DE ESTUDO

Esclarece-se inicialmente que a revisão teórica – Matriz Conceitual – entrelaçou os conceitos fundamentais do planejamento urbano/ocupação do território (VILLAÇA, 1999; CORREA, 1989; KOWARICK, 1993; SANTOS, 2008b) e do direito à cidade (LEFEVBRE, 1968; HARVEY, 2005); questões vistas à luz das políticas públicas existentes em diferentes municípios brasileiros, em especial, São José dos Campos, voltadas à gestão das cidades no que se refere à população em situação de rua. No âmbito do Planejamento Urbano considera-se as novas formas de gestão neoliberal dos territórios.

2.1 Levantamento de dados secundários e delimitação do campo de investigação

As técnicas utilizadas nesta tese foram diversas, mas, fundamentalmente, qualitativas e quantitativas. Inicialmente, realizou-se o levantamento de dados secundários em esfera nacional, estadual e municipal considerando os temas relativos à população em situação de rua. As leis e políticas consultadas foram:

- ✓ Política Nacional para População em Situação de Rua Decreto n.º 7.053/2009;
- ✓ Constituição Federal de 1988;
- ✓ Lei Orgânica de Assistência Social (Ano);
- ✓ Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Ano);
- ✓ Emenda Constitucional n.º 26/2000 sobre habitação;

O quadro 1 apresenta as principais fontes de dados referente ao tema, como números, notícias e pesquisas.

Quadro 1 - Banco de dados.

(continuação...)

Dados	Fonte	Link
São José dos Campos	Jornal O Vale	https://www.ovale.com.br/com-800-moradores-de-rua-s%C3%A3o-jos%C3%A9-intensifica-atendimento-no-inverno-1.173960
	Censo 2010 - IBGE	https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama
	Plano Municipal de Assistência Social para o Enfrentamento à Situação de Rua	http://www.sjc.sp.gov.br/media/49007/plano-municipal-de-assistencia-social.pdf
Evolução da população de São José dos Campos (1940 - 2020)	IBGE	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e
	SEADE	https://perfil.seade.gov.br/
População brasileira	Censo 2010 - IBGE	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf
Censo da população da cidade de São Paulo, 2019	PREFEITURA DE SÃO PAULO	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf
Dados sobre consultório de rua	FIOCRUZ	https://informe.ensp.fiocruz.br/secoes/noticia/428/49969
10 municípios com maior número de contágio por Covid-19 até 26 de setembro de 2020	SEADE	https://www.seade.gov.br/coronavirus/
Boletim Epidemiológico nº 14 casos de violência direta contra a população em situação de rua	Secretária de Vigilância em Saúde e do Ministério da Saúde	http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/12.Boletim-Epidemiologico-n.14-PSR-e-notificacao-da-violencia.pdf
Matérias divulgadas em diversos sites e jornais sobre as mortes da população em situação de rua e suas diversas causalidades. 2020	FÓRUM	https://revistaforum.com.br/brasil/2020/10/28/crime-barbaro-empresario-amarra-morador-de-rua-em-carro-arrasta-pelo-asfalto-ate-morte-84881.html
	ESTADO DE MINAS GERAIS	https://www.em.com.br/
	BRASIL DE FATO	https://www.brasildefato.com.br/2020/08/24/em-sp-vigilia-protesta-contramortes-da-populacao-de-rua-na-frente-fria

Quadro 1 - Banco de dados.

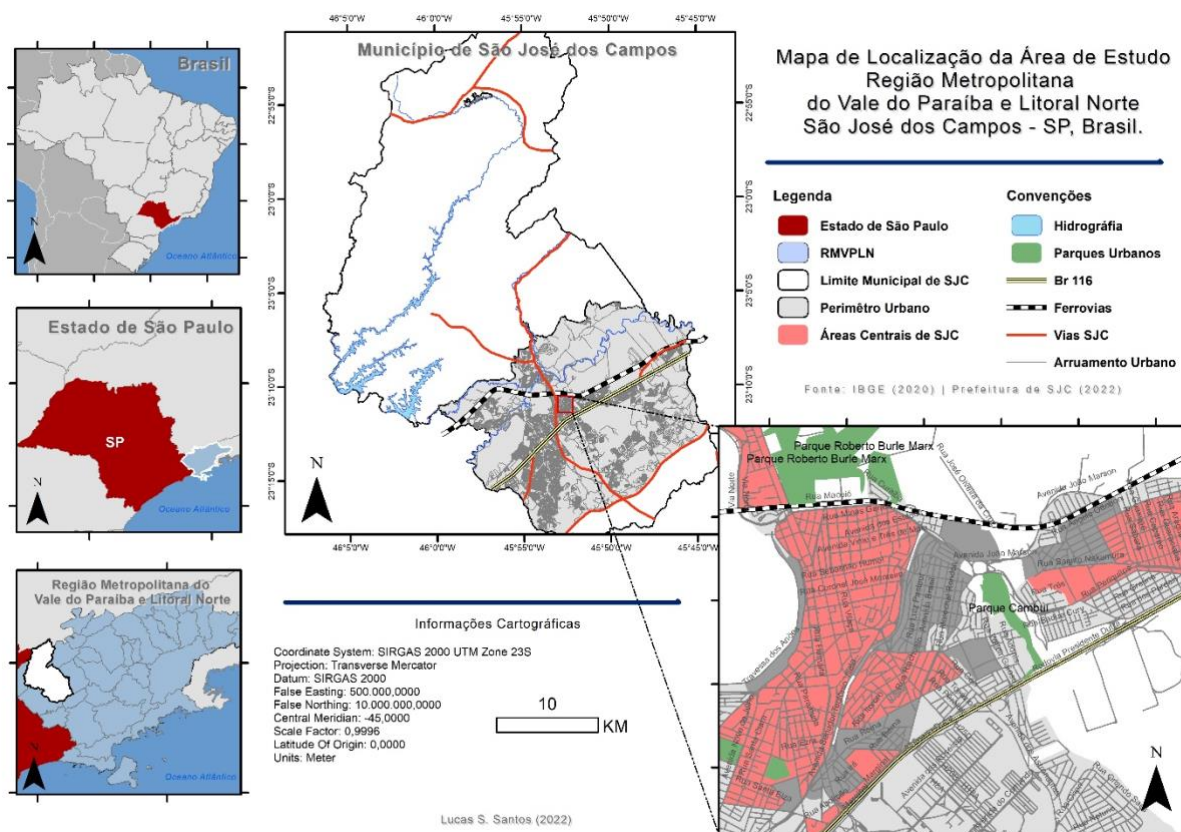
(conclusão)

Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	MDS	https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf
Estimativa da População em situação de rua no Brasil	IPEA	https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf
Recomendações da nova etapa de cuidados da pandemia -	Portaria nº 913, de 22 de abril de 2022 MDS	https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria-913-22-MS.htm
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	Pnad IBGE	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques
Projeção do crescimento populacional	Relatório do Programa Habitat ONU	https://unhabitat.org/World%20Cities%20Report%202020
Relatório de denúncias de violações de direitos humanos contra a população em situação de rua, ocorridas em algumas cidades-sedes da Copa	Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis	https://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf
Dados sobre o salário-Mínimo brasileiro	GOV.BR	https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/151454

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

A cidade de São José dos Campos, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) está diretamente ligada ao fluxo percorrido pela população em situação de rua por estar no chamado “trecho”, do principal eixo de ligação Rio de Janeiro/São Paulo, conforme mostra o Mapa 1.

Mapa 1- Mapa de localização da Pesquisa.



Fonte: IBGE (2020), Prefeitura de São José dos Campos (2022). Elaborado pela Autora (2022).
 Produzido por Santos (2022)³.

O município de São José dos Campos possui 1.099,409 km² sendo que a área urbana ocupa 353,9 km², segundo dados do IBGE⁴. É considerada a cidade mais importante da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)⁵, devido ao processo de industrialização que deu início ao crescimento do município a partir da década de 1950, por meio de um crescimento sem precedentes e de difícil controle da gestão local. Em decorrência deste processo fez-se necessário a aceleração com a inauguração da rodovia Presidente Dutra,

³ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html> e <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/urbanismo-e-sustentabilidade/planejamento-urbanozoneamento/geoprocessamento/>. Acesso em 20out. 2022.

⁴ Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

⁵ A RMVPLN foi instituída em 2012 pela Lei Complementar n.º 1.166, de 09/01/2012. Consta em seu Artigo 4º que seus 39 municípios estão agrupados da seguinte forma: I - Sub-região 1: Caçapava, Igaratá, Jacaré, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos; II - Sub-região 2: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhagaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luis do Paraitinga, Taubaté e Tremembé; III - Sub-região 3: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira; IV - Sub-região 4: Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras; V - Sub-região 5: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

nomeada recentemente de Centro Técnico de Aeronáutica (CTA); do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), que tinha como objetivo a implantação de indústrias armamentistas, como a AVIBRÁS e a ENGESA e, também a EMBRAER, que beneficiava o ramo aeronáutico (COSTA; SILVA, 2007). Nessa etapa, também se destacam os dados referentes a cidade de São Paulo, pois eles possuem forte influência nos dados municipais no Estado como um todo. Entre São Paulo e São José dos Campos a distância é de aproximadamente 90 quilômetros. Os municípios são ligados pela Rodovia Presidente Dutra e Ayrton Senna.

2.2 O trabalho de campo com população em situação de rua em São José dos Campos-SP

Em meados do século XX com as mudanças na matriz econômica nacional, São José dos Campos-SP passou a ser um exemplo da expansão capitalista em um país subdesenvolvido como o Brasil, por meio das mais diversas reestruturações da área urbana, gerando uma ampliação no setor de habitação na intenção de suprir o déficit de moradia para os trabalhadores que vinham ocupar cargos na indústria e nos centros tecnológicos. Resultando na supervalorização das áreas centrais, fazendo com que a população de baixa renda se estabelecesse em loteamentos e bairros não regularizados e até mesmo a situação de rua, sem qualquer atenção do município (COSTA; MELLO, 2010).

No período entre 1940 e 2010, a população total do município de São José dos Campos apresentou um ritmo de crescimento expressivo. A população residente na área urbana do município foi a que mais cresceu no período mencionado, que passou de 14.474 habitantes para uma população estimada em 615.022 no ano de 2010. Conforme mostra a Quadro 2:

Quadro 2 - Evolução da população de São José dos Campos (1940 - 2020).

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1940	36.279	14.474	21.805
1950	44.804	26.600	18.204
1960	77.533	56.882	20.651
1970	148.332	132.482	15.850
1980	287.513	276.901	10.855
1991	442.370	425.515	16.855
2000	539.313	532.717	6.596
2010	629.921	615.022	14.899
2020	716.688	696.197	14.457

Fonte: IBGE (2019) e SEADE (2020)⁶. Elaboração: Autora (2021).

⁶ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama> e <https://municipios.seade.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Para o estudo da população em situação de rua, em particular para a questão de sua trajetória, a pesquisa de campo foi realizada por meio de técnicas que se assemelham à etnografia multi-situada (MARCUS, 2001). Este autor entende que a observação e participação em múltiplos locais permite a superação de dicotomias como o ‘local’ e ‘global’, ‘mundos de vida’ e ‘sistema’. De forma geral, a etnografia multi-situada rompe com o apelo único à manifestações locais de grandes narrativas do sistema mundial possibilitando a identificação de uma complexa arquitetura contextual a partir dos métodos de seguimento de atores, coisas, estórias e alegorias, biografias ou conflitos, visando produzir cartografias sociais acerca da população em situação de rua, de sua história de vida e dos diversos locais de ocupação do território utilizado e intitulado por esta população como local de sobrevivência e vivência.

A pesquisa de campo foi realizada entre maio de 2021 e outubro de 2022, e foi dividida em duas etapas. Na primeira etapa dedicou-se ao mapeamento dos principais territórios ocupados por esta população no município de São José dos Campos, utilizando-se da técnica de cartografia para melhor visualização dos espaços de concentração da população em situação de rua e a segunda concentrou-se em entrevistar pessoas. A partir deste levantamento pode-se identificar os 10 lugares de maior concentração:

1. Terminal Rodoviário Central – “Rodoviária Velha”.
2. Praça Padre João (que dá extensão à porta das Lojas Teddy⁷).
3. Praça Afonso Pena / Praça da Igreja São Benedito / Porta do Supermercado Comercial Esperança.
4. Praça Presidente Kennedy.
5. Praça Monsenhor Ascânio Brandão - Praça São Dimas.
6. Terminal Rodoviário Intermunicipal Frederico Ozanan – “Rodoviária Nova” / Centro Pop.
7. Praça Capitão Pedro Pinto da Cunha – Praça São Judas.
8. Casa de Assis.
9. Rua Guararapes.
10. Viaduto Professor Everardo Passos.

⁷ Nome de uma rede lojas que comercializa artigos diversos.

Para cada local cartografado foi dispensado cerca de um mês de trabalho de campo, dividido entre descrição dos lugar e entrevistas. Procurou-se frequentar os locais nos três períodos do dia, manhã, tarde e noite, até identificar o horário de maior concentração de população em situação de rua. Em alguns locais, como a “praça São Dimas” e a Praça Padre João (que dá extensão à porta das Lojas Teddy) a maior concentração de população em situação de rua ocorria no período da noite. Já os demais apresentavam um tipo de ocupação bem flexível, já que o território era utilizado para a vida diária. Durante as etapas de campo, percorri incessantemente tais áreas, acompanhando movimentos da população em situação de rua pela cidade, experimentando a sua atividade intensa do caminhar.

Durante todo o tempo que permaneci em determinados locais observando e interagindo com a população que ali estava, era perceptível o desconforto por parte dos donos dos comércios ao redor. Muitos saíam a porta na tentativa de descobrir alguma informação de qual era meu papel ali. Fui abordada pela proprietária de um mercadinho localizado ao lado da “Casa de Assis”, que perguntou qual era meu papel ali, e se isso traria uma solução para a retirada dessas pessoas do local. Depois dessa conversa, deixei o local.

O trabalho de campo contou com a utilização de um roteiro de observação estruturado e de caderno de campo, registrando e tomando o caminhar como forma de vivenciar, conhecer e explorar a realidade da população em situação de rua a exemplo do apontado por Feltran (2011). Durante todo o processo de pesquisa também foram acompanhadas as publicações realizadas em redes sociais, referentes à população de rua. Nelas pode-se perceber solidariedade e discordância quando se trata dessas pessoas. A página do *Facebook* “Resgatando São José” e os Portais G1 e Jornal o Vale, também ajudaram a compor o processo.

Quadro 3- Itens da Observação direta.

1 - Data da visita ao local
2 - Endereço do local
3 – Breve descrição do local
4 – Quantas pessoas em situação de rua encontram-se no local
5 – Quais equipamentos da PMSJC possuem próximo ao local (raio de 500 metros)
6 – Condições do local
7 – Há atividade de trabalho da população em situação de rua no local? Quais:
8 – Observações gerais

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

A metodologia da etnografia multi-situada de Marcus (2001), contribuiu para a compreensão de que são os múltiplos locais de observação da etnografia multi-situada que geram o potencial do método de transcender as barreiras acima referidas e, não por acaso, este é muito presente no campo de trabalhos interdisciplinares ou anti-disciplinares por ideologia como a realidade da população em situação de rua. A etnografia multi-situada além de ser usada como método no intuito de comprovar as conexões que são produzidas na tradução de ideias e significados entre os diferentes espaços, pode ser utilizada também para ressaltar a continuidade e o alastramento da solidez dessas mesmas ideias e significados enquanto formas múltiplas de intervenção (MARCUS, 2001).

Utilizar a etnografia urbana como método de pesquisa no universo da população em situação de rua tem sua intencionalidade voltada à captura de “determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidas, se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números” (MAGNANI, 2002, p. 16). A cidade é:

Mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos etc.) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos (MAGNANI, 2009, p. 132).

Após essa etapa da pesquisa, produziu-se algumas cartografias sociais que tiveram como base os dados obtidos por meio da pesquisa de campo (entrevistas e descrição densa), considerando-se os dados obtidos a partir das observações estruturadas. Conforme Prado Filho e Teti (2013), essa estratégia:

[...] liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, **trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade.** Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência (PRADO FILHO; TETI, 2013 p. 47 – grifos meus).

As cartografias sociais se diferenciam da cartografia oficial (tecnocrática e estatal) e tem legitimado por meio de sua linguagem e formas de representar o quadro de invisibilidade e

privação de direitos a que determinados segmentos sociais estão submetidos. Para Acselrad (2010), os mapas envolvem uma abstração da realidade que é elaborada a partir do ponto de vista de quem os produz ou financia e, portanto, possuem grande influência política sobre os modos de ver e pensar o espaço, naturalizando e legitimando políticas, estratégias e ações.

Além do roteiro de observação estruturado e caderno de campo, coletamos por meio de entrevistas semiestruturadas com a população em situação de rua, com intuito de construir com o sujeito entrevistado seu percurso de vivência na rua. Conforme Kapp (2020) as “Entrevistas qualitativas podem prover ou gerar dados socioespaciais cujas análises e interpretação, por sua vez, podem levar a conhecimento válido” (KAPP, 2020, p. 32).

As entrevistas foram realizadas em espaços públicos, nas ruas, praças ou intermediações do lugares etnografados. Ainda seguindo o argumento de Kaap (2020):

A entrevista, quase por definição, recontextualiza relações sociais. **A locação física em que a entrevista é conduzida é uma das mais concretas expressões desse processo de cruzamento de fronteiras**”. Os manuais de técnicas de entrevistas costumam recomendar que a pessoa entrevistada escolha o lugar para que se sinta à vontade (KAPP, 2020, p. 12).

Para as abordagens das entrevistas em São José dos Campos-SP, utilizou-se espaços públicos, tais como parques, ruas e praças que são utilizados pelos indivíduos entrevistados como território de moradia ou vivência, sempre respeitando as questões éticas necessárias nas entrevistas. E ainda seguindo Kapp (2020), valorizou-se a entrevista considerando múltiplas dimensões.

- O caráter exploratório, que indica a realização no início (de uma etapa) da pesquisa.
- O caráter etnográfico, que indica a inserção num contexto socioespacial concreto.
- O caráter narrativo, que indica o estímulo à ‘contação de casos’.
- O caráter focado, que indica a concentração num tema específico.
- O caráter especializado, que indica a influência do interlocutor num campo de ação. (KAPP, 2020, p. 10).

Entende-se que a entrevista é sempre troca, afirma Romanelli (1998) pois, ao mesmo tempo em que coleta informações, o pesquisador oferece ao seu interlocutor a oportunidade de refletir sobre si mesmo, de refazer seu percurso biográfico, pensar sobre sua cultura, seus valores, suas histórias e as marcas que constituem sua particularidade e o grupo social ao qual pertence, as tradições de sua comunidade e de seu povo.

Esta metodologia coloca o sujeito no centro do processo de formação e aprendizagem. Os métodos que tomam a narração dos sujeitos são escassos no campo do planejamento urbano e regional ou nos estudos socioespaciais (KAPP, 2020), pois, essa abordagem considera como um de seus instrumentos de conhecimento a subjetividade “individual”, oferecendo a oportunidade de dar voz aos sujeitos que pouco eram ouvidos ou tinham um pequeno espaço para expor-se. Essas subjetividades “individuais” das histórias de vidas remetem-se a histórias coletivas (MINTZ, 1984).

O quadro 4 mostra o perfil dos participantes da pesquisa.

Quadro 4- Identificação dos participantes da pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	SEXO/GENERO	ESCOLARIDADE	RAÇA COR	NATURALIDADE
P1	54	F*	Fundamental Incompleto	Negra	Cruzeiro/SP
P2	66	M*	Fundamental Incompleto	Branco	São Paulo/SP
P3	45	F	Fundamental Incompleto	Negra	estado da Paraíba
P4	39	M	Ens. Superior	Branco	São José dos Campos/SP
P5	24	F	Médio Completo	Branca	Taubaté/SP
P6	58	M	Fundamental Incompleto	Negro	estado da Bahia
P7	35	F/M	Médio incompleto	Branca	Taubaté/SP
P8	40	M	Médio Completo	Branco	estado da Paraíba

*F = Feminino; M = Masculino.

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Em conformidade com o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UNIVAP), com o parecer aprovado CAE 51371921.6.0000.5503, as identidades das pessoas que foram entrevistadas nesta Tese, foram preservadas e por este motivo foram nomeadas com a letra P para “Participante” e numerados conforme a ordem da entrevista. Para as pessoas que não quiseram participar das entrevistas, mas, dividiram suas histórias e experiências utilizamos a letra inicial de seus nomes.

Ao longo de quase dois anos, nos dedicamos a cartografar, observar, entrevistar e ouvir as histórias de indivíduos que viveram ou vivem nas ruas de São José dos Campos. Os relatos resgataram momentos vivenciados dentro de casa, a relação que os sujeitos mantinham com a família, o rompimento com o lar e, principalmente, o início da experiência nas ruas. Também apresentaram a visão que eles possuem hoje, sobretudo, do que vivenciaram, bem como, suas experiências na apropriação da rua como um espaço de vivência e construção de vínculos.

A Participante de número1 teve crucial importância no processo desta tese, pois pôde-se acompanhá-la por um período maior que os demais participantes. Apesar de conhecê-la de outros espaços quando atuava como Assistente Social os laços com P1 só foram estreitados em razão de um projeto de extensão do Núcleo de Pesquisa que estive vinculada durante a produção da tese. P1 participou do projeto de extensão “Eu abraço essa causa, eu uso máscaras” fase São José dos Campos/SP e Jacareí/SP.

O projeto foi uma iniciativa do Observatório das Migrações do Estado de São Paulo, sediado na Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de População (NEPO), em parceria com o Ministério Público do Trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa-ação Cartografias Sociais (NEPACS). Teve como objetivo a produção de máscara de proteção contra o Coronavírus (Covid-19) por costureiras que tiveram perdas de rendimentos durante a pandemia. A ação consistiu na fabricação 14.639 mil máscaras de proteção contra o coronavírus (Covid-19) por costureira locais com perfil de migração interna, que foram distribuídas gratuitamente para a populações vulneráveis da cidade de São José dos Campos/SP e Jacareí/SP.

Sendo P1 uma das costureiras do projeto, pôde-se ter maior contato com ela por meio de diversos encontros, e a convivência possibilitou um enriquecimento da presente pesquisa, nos detalhes e descrições realizadas por ela. P1 ainda faz parte do projeto em desenvolvimento pelo NEPACS que brevemente lançará um livro, que tem P1 como escritora principal, contado sua trajetória de vida e as mais diversas experiências vivenciadas na rua e no decorrer de sua vida (SILVA; MACIEL; 2022). Sua experiência de vivências na situação de rua e no abrigo foi responsável por grande parte das reflexões realizadas durante a pesquisa.

Diante de todo o processo vivenciado enquanto pesquisadora, a amostragem desta tese foi intencional ou por julgamento, baseada em Brito (2016, p. 46) que define que é quando o pesquisador julga que os elementos selecionados possuem características típicas representativas da população que lhe interessa, selecionando os casos a partir de conhecimentos prévios, podendo essa população de interesse ser coincidente com população geral ou absolutamente desviante. Estes elementos excluíram o uso de informações e outras intervenções realizadas pela pesquisadora durante sua atuação nos serviços prestados à Prefeitura do município em questão. Esta amostragem qualitativa se deu por meio da escolha de um sujeito por local cartografado e teve como critério utilizar a rua como espaço de moradia e vivência; ter idade entre 18 e 100 anos e ter tomado a vacina da Covid-19.

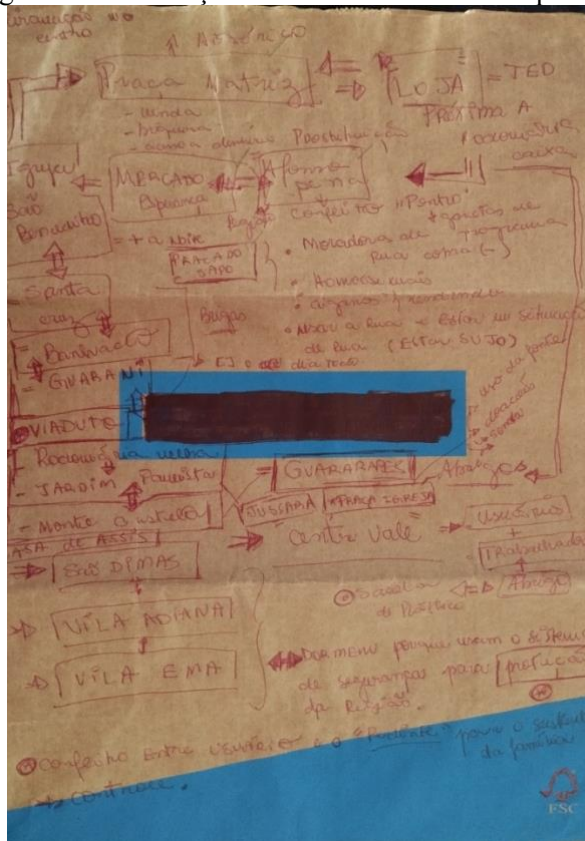
Registra-se que o campo dessa pesquisa foi realizado durante a pandemia de Covid-19. As entrevistas cumpriram todas as normas e protocolos de saúde, definidos pelo Ministério da

Saúde, nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Respeitou-se o distanciamento, fazendo o uso de máscara e álcool gel, que foram fornecidos pela pesquisadora, mesmo tendo sido liberados de utilização pela Portaria n.º 913, de 22 de abril de 2022⁸. É importante salientar que a população em situação de rua do município de São José dos Campos/SP, onde foram realizadas as entrevistas, já tinha recebido as doses da vacina Janssen contra a Covid-19 e que como profissional da área da saúde, a pesquisadora desta tese, também já tinha recebido quatro doses da vacina contra a Covid-19.

Os mapas foram produzidos por meio do programa SIRGAS 2000 utilizando-se do IBGE como fonte principal para produção dos *layers*, com auxílio do Geógrafo Lucas Sousa Santos (mestrando em Planejamento Urbano e Regional). Inicialmente apresentamos os pontos demarcados como de grande concentração de pessoas em situação de rua e trabalhamos juntos na produção dos mapas. Essas demarcações partiram da cartografia realizada com a Participante número 1 (figura 1) e por meio das informações colhidas com os demais participantes. Para melhor visualização realizou-se as demarcações iniciais do território investigado levando em consideração alguns pontos importantes como: equipamentos públicos; equipamentos públicos direcionados às pessoas em situação de rua; pontos comerciais; supermercados; terminais rodoviários e praças. Pôde-se colher ainda informações percorrendo os trajetos demarcados na cartografia em companhia de alguns participantes da pesquisa, o que nos facilitou no reconhecimento do movimento circulatório cartografado.

⁸ Mais informações em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria-913-22-MS.htm. Acesso em: 15/11/2022.

Figura 1- Demarcações realizadas com a Participante 1.



Fonte: Elaborado pela Autora (2021), com colaboração da Participante nº 1.

As entrevistas foram analisadas a partir da análise compreensiva ancorada na concepção de Bourdieu (2007):

[...] eu creio que não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga (BOURDIEU, 2007, p. 693).

Tal compreensão é exercida de maneira em que a interrogação e a própria situação faça sentido para o pesquisado e para o pesquisador, sobretudo, na forma como a problemática é abordada. Na análise das entrevistas, lê-se não somente sua estrutura conjuntural, mas, também, as estruturas invisíveis que o espaço social oferece.

A análise compreensiva incentiva a integração de um maior número possível de elementos e conexões em seu exercício, que são parte do universo multidimensional que integra o todo relativo ao sujeito.

Assim, a análise compreensiva depende tanto dos elementos que compõem o universo multidimensional do sujeito, como das relações que ele identifica entre esses elementos, o que

determina o julgamento que o sujeito faz em relação à pertinência que ele atribui aos elementos eleitos para a sua análise compreensiva.

Deve-se agir também, em certos casos, sobre a própria estrutura da relação (e, por isso, na estrutura do mercado linguístico e simbólico), portanto na própria escolha das pessoas interrogadas e dos interrogadores (BOURDIEU, 2007, p.696).

Os aspectos fundamentais que são eixo orientador da análise compreensiva trata-se da natureza e a finalidade da ação social, o que está interligado às ideias de consequência e origem da ação social sob a perspectiva histórica. Nesse sentido, entende-se que a natureza da ação social está diretamente ligada ao desenrolar da história, uma vez que a própria história é resultado do desenvolvimento humano.

Dessa forma, esclareceu-se que as bases de sustentação teórico-metodológica do trabalho de campo para tese manifestaram sob a produção do conhecimento a partir da rua. Em segundo lugar, destaca-se a escolha do lugar onde transcorreu a entrevista, pois certamente gerou impacto sobre seu conteúdo (WHITE, 1976).

A partir da perspectiva de que é fundamental que estejamos atentos as novas formas de territorialidades que estão inseridas entre os mais diversos protagonistas e que se mobilizam contra as conformações territoriais na tentativa de identificar possibilidades e limites emancipatórios, os dados obtidos nesta tese também foram analisados a partir do conceito de re-existir de Porto Gonçalves (2010), que configura a re-existência para além do sentido antológico da palavra, mas sim, como uma ação de fato, a partir de sua existência. É a junção de resistir e existir. Tal teoria quando aplicada as pessoas em situação de rua e a forma como ocupam os territórios, evidencia a ação de resistência em que vivenciam o fenômeno re-existir.

Assim, nessas resistências, r-existência, as epistemes e o território (onde a questão da terra tem um lugar central) ganham uma enorme importância não só pelo lugar que a ordem moderno-colonial nos destinou na divisão internacional do trabalho, como também pelo significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade, por mais que o antropocentrismo eurocêntrico acredite que a ciência e a técnica possam dominá-la (PORTO-GONÇALVES, 2006. p. 165).

E para Pelá e Mendonça (2010, p. 54), o conceito de re-existir é parte de um processo de ocupação que sofre uma transformação por ações políticas que se apoia nos elementos socioculturais.

Nesse sentido, as (re)existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54).

Tendo em vista que para que a ocupação e a re-existência no território sejam efetivas, analisamos as informações apresentadas nesta tese a partir da definição de Trajetória e Estratégia em Bourdieu (1996) que define que trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo. É um movimento dentro de um campo de possibilidades definidas estruturalmente. Assim, toda trajetória social deve ser compreendida de maneira singular em que percorre o território onde são experienciadas as disposições do *habitus* que é:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas **as experiências passadas**, funciona a cada momento como uma **matriz de percepções, de apreciações e de ações** - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65. Grifos nossos).

Bourdieu define o conceito de estratégia como um instrumento de ruptura com o objetivismo e com a ideia de ação sem sujeito, pressuposta pelo estruturalismo. A estratégia para o autor é um produto de senso prático, de determinado campo social, historicamente definido que os indivíduos aprendem vivenciando-o (BOURDIEU, 1987, p. 79).

Para Canezin *et al.* (2007, p. 122)

[...] Tal conceito é fundamental para a compreensão da teoria de campos, entendidos como espaços de produção e de circulação de bens culturais e simbólicos, permeados por relações de poder, expressas em conflitos, lutas, consensos entre os diversos agentes que, dispostos hierarquicamente, utilizam diferentes estratégias para apropriação e/ou domínio desses bens, como formas de autoridade, legitimidade e prestígio (CANEZIN *et al.*, 2007, p. 122).

A partir destas ações as pessoas em situação de rua orientam suas estratégias de acordo com as características e exigências de cada território no intuito de adquirir as condições de sobrevivência, permanência e circulação.

Por fim, concluiu-se a partir do processo de discussão metodológica da pesquisa, que ela se direciona para além da aplicação de métodos e instrumentais (“rigor científico”); a metodologia empregada pode propiciar a aproximação com a população em estudo e contribuir com a visão acerca de sua realidade, demandas e problemáticas que estão em análise. Portanto,

para além do conteúdo em si, a aplicação de uma metodologia no contexto de vida daqueles sujeitos traz elementos efetivos acerca de suas vivências e, conseqüentemente, a construção de suas percepções sobre os elementos que a cercam, como os serviços que os atendem. Considera-se que as experiências realizadas mostraram as possibilidades e os limites de uma determinada metodologia, explicitando a particularidade de nossa posição, juntamente com as indagações acerca da aplicação desta metodologia, de suas diferenças de compreensão e interesses envolvidos, numa negociação sempre presente para um “encontro”, para acesso a conteúdo buscado pela pesquisa.

A pesquisa qualitativa traz desafios e potencialidades para a investigação em Planejamento Urbano e Regional, adentrar na subjetividade dos indivíduos, também nos faz pensar sobre a ordem da reflexividade e o papel do (a) pesquisador (a). A valorização do afeto, por exemplo, na interação entre pesquisador e “sujeito” é um dos elementos a ser refletido. Na experiência das entrevistas nas ruas os resultados tanto ou mais importantes quanto em termos de conteúdo das entrevistas foi recolher elementos postos nas entrelinhas das ruas. A interação ainda questionou a pesquisadora sobre os limites da ação no campo, da produção de uma pesquisa engajada com a transformação social e da construção de vínculo com as pessoas que entrevistou, operou-se uma “transferência de confiança” que trouxe uma implicação ética relevante para reflexão que busca esclarecer o duplo papel, de pesquisadora e técnica na produção de uma pesquisa responsável⁹.

2.3 Análise de documentos institucionais

Serviram de base para essa pesquisa, ainda, as políticas públicas que concernem a pessoa em situação de rua, bem como, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Decreto n.º 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a população em situação de rua, que tem como principal objetivo no artigo 7 assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda (BRASIL, 2009).

⁹ Esta reflexão foi apresentada no 44º Encontro Nacional Anual de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) em 2020, em parceria com a orientadora dessa tese, com o título “O fazer pesquisador (a) a partir da rua: notas metodológicas de um estudo com população em situação de rua em São José dos Campos (SP)”.

Dentro do contexto da pesquisa, analisamos, também, as políticas de habitação, a Emenda Constitucional 26/2000, que acrescenta ao artigo 6º da Constituição Federal como direitos sociais: a educação; a saúde; o trabalho; a moradia; o lazer; a segurança; a previdência social; a proteção à maternidade e a infância; e a assistência aos desamparados; o Plano Diretor e a Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, para uma melhor compreensão da organização do município relacionado a população em situação de rua.

Todo esse processo envolveu também as políticas sociais que são materializadas no território por meio dos equipamentos de serviços especializados no seu atendimento e acolhimento.

Nossa reflexão acerca destas políticas se deu a partir da visão de Koga (2011), que entende que o território pode ser visto como o chão das desigualdades sociais e como o chão concreto das políticas. Sendo este, o local onde as desigualdades se tornam mais evidentes ou reduzidas mediante a implantação e eficácia dos serviços. Através das reflexões de Martins (1997) que salienta que ao debater a exclusão se cai na armadilha de discutir o que não acontece da maneira como é proposto, impedindo, com isso, que seja discutido o que de fato acontece. O autor defende que a noção de exclusão tem sido tratada de forma fantasiosa e equivocada para referir-se as segregações sociais contemporâneas, e acrescenta que “[...] é próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, e de outro modo, tal inclusão ocorre segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. ” (MARTINS, 1997, p. 32). E da visão de Mbembe (2018b), chamada de Necropolítica, que é forma como o Estado tem o poder de decidir quem vive e quem morre.

3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: URBANIZAÇÃO E QUESTÃO SOCIAL - UM BALANÇO HISTÓRICO

O processo de urbanização no Brasil está totalmente relacionado ao capitalismo periférico ocasionado pelas grandes potências econômicas a partir dos anos 30 do século XX e principalmente em decorrência desenvolvimento agrário e exportador para o modelo urbano e industrial. Para Kowarick (1993), este fato está inserido em um contexto de modernização conservadora e excludente que é marcada por uma urbanização advinda de um imenso processo migratório das populações vindo do campo para as cidades, fazendo com que o crescimento da força de trabalho se desse através da subsistência e espoliação territorial.

Para Paviani (1996), a transformação do território brasileiro em um tipo de fronteira interna para a expansão capitalista, vem sendo ordenada pelo choque mercantilizador da cidade, observadas no decorrer do processo de urbanização do território brasileiro através de problemáticas marcadas pelas políticas de atuação governamental que são pontuais, fragmentadas, paternalistas e assistencialistas.

Podemos ressaltar que tal realidade está associada a “crise do Estado”, especialmente a “crise fiscal”, que segundo Paviani (1996), dilapida as condições orçamentárias na efetivação de medidas de políticas universais e atividades governamentais que, por sua vez, enfrentam conjunturas de orçamentos defasados para atender as pressões demandadas pelas cidades, colocando em prática uma política social de concepção neoliberal de características seletiva, focalizada, privada e sobretudo via mercado.

O processo de desenvolvimento da urbanização no Brasil segundo Singer (1980), divide economia nacional no setor de mercado interno, no setor de mercado externo e setor de subsistência. Pensando em uma economia colonial o setor que movimenta a economia é o mercado externo, tendo o mercado interno e de subsistência totalmente dependentes do primeiro. Pode ocorrer que as atividades do setor de mercado externo, tais como transporte, armazenamento, embarque e desembarque, tenham uma contribuição para o crescimento das cidades elevando a demanda pelos serviços urbanos. Porém, para Singer (1977, p. 43-44), sendo estes serviços urbanos consumidos no próprio país distingue-se do setor do mercado externo, e está totalmente subordinado ao desempenho deste.

A partir disso, entende-se que na economia colonial há uma relação direta do mercado externo, que se configura como dominante, e do mercado interno. Assim, o processo de desenvolvimento se dá por uma ruptura estrutural, onde mercado interno passa a ter um crescimento autônomo em relação ao mercado externo e começa a apresentar um processo de

substituição de importações, onde os bens produzidos pela indústria estrangeira pelo mercado nacional competem com a produção industrial interna transformando esse processo em um setor condutor da economia nacional, tomando a frente do mercado externo e subordinando o setor de subsistência à sua dinâmica (SINGER, 1977, p. 15).

De acordo com Paul Singer, esse processo se configura em dois estágios do desenvolvimento, sendo que o primeiro se caracteriza pela substituição de importações de bens de consumo, com grande utilização de mão-de-obra e com baixa escala de produção. O segundo momento é caracterizado pelo estabelecimento de indústrias de bens de consumo duráveis (SINGER, 1988, p. 54).

Diante disso, faz-se necessária uma inversão na correlação de forças para que o desenvolvimento ocorra de fato. Inversão essa em que o mercado interno passa a controlar o processo político, prevalecendo seus interesses e conduzindo o processo de desenvolvimento. Processo esse argumentado por Fiori (1994, p. 126):

[O Estado] apesar de autoritário, (...) foi fraco frente aos interesses privados devido ao alto grau de internacionalização das decisões de investimento da economia, e devido ao tipo de pacto político interno que o fragilizou no plano fiscal obrigando-o a submeter seu projeto a um padrão de financiamento que se tornou insustentável depois dos anos 70. Fatores que explicam, igualmente, sua rigidez protecionista e o caráter socialmente excludente da economia e da sociedade que contribuiu para forjar desde os anos 30 (FIORI, 1994, p. 126).

Singer afirma que é possível um crescimento sem desenvolvimento, pois o desenvolvimento está atrelado a realização da Revolução Industrial, não somente por se fazer necessário uma mudança estrutural, mas, também para que os países em desenvolvimento possam crescer. Assim, o desenvolvimento é mais do que necessário, entendendo que a mudança das atividades do campo para a cidade provoca um crescimento considerável. (SINGER, 1988, p. 13). É então evidente que o desenvolvimento significa um aumento da urbanização, pois o mercado interno representa o urbano.

Dessa forma, entende-se que o desenvolvimento está atrelado ao processo de urbanização, com a concentração de atividades num dado território. Para Singer (1980), a “civilização urbana” caracteriza-se pela produção ou captura do excedente alimentar que permite à população dedicar-se a outras atividades para além da produção de alimentos, mas, também, por meio da criação de instituições sociais e a transferência de sua produção do campo para a cidade.

Assim, a população tem um papel primordial no processo de desenvolvimento, como, por exemplo, a tecnologia, o mercado de trabalho, o mercado consumidor, tendo o setor de subsistência papel decisivo para que o processo de desenvolvimento seja possível.

Singer (1988) destaca que para o processo de desenvolvimento, além dos elementos já citados, o surgimento de um mercado de capitais para fins de financiamento chama a atenção, pois o desenvolvimento deste mercado de capitais está interligado a uma melhor distribuição de renda, elevando a renda per capita, bem como o aumento da capacidade de poupar, reduzindo desta forma o consumo atrativo derivado do “efeito demonstração” (SINGER, 1988, p. 171). Isso não significa exatamente que a poupança é igual ao investimento, Singer chama a atenção para o fato de que o financiamento para o desenvolvimento econômico está disponível na economia nacional, e que por meio de uma melhor distribuição de renda seria possível canalizar tal poupança para o mercado interno com fins de investimento.

Algumas questões relacionadas ao desenvolvimento de uma nação, tais como, impedimentos institucionais, territoriais ou demográficos, não podem ser simplificados pelas variáveis econômicas. Faz-se necessário uma concepção para além da realização da Revolução Industrial e seus efeitos econômicos. É necessária uma mudança nas questões não econômicas, tais como na estrutura de poder, na estrutura fundiária e na estrutura política.

Para o autor (1980) as contradições entre o campo e a cidade são um efeito “superestrutural” da luta de classes, sendo o campo responsável pela criação de um excedente que por sua vez é comercializado, transformado para a indústria e redistribuído para as cidades. Para Singer (1980, p. 13), isso demonstra que “A origem da cidade se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto a precede historicamente”, criando assim uma superioridade do urbano sobre o campo.

O autor (1980), ainda pontua que o desenvolvimento ocasionou um processo de crescimento das cidades e do mercado urbano, estimulando assim os camponeses a vender a produção excedente, utilizando o dinheiro adquirido para comprar produtos urbanos, estimulando uma expansão da produção industrial, do mercado e da cidade, concentrando assim as atividades econômicas no espaço urbano.

Para Singer (1988), o indicativo é que a urbanização tem características próprias no capitalismo, a medida em que divide as perspectivas micro e macroeconômicas. Um exemplo citado por este autor são as regiões favorecidas que acumulam cada vez mais vantagens e os efeitos de difusão do progresso se fazem sentir num âmbito territorial relativamente acanhado, cabendo assim para a população das áreas desfavorecidas o sofrimento.

A necessidade da utilização de uma mesma infraestrutura de serviços, tais como a água, transportes, comunicações, bem como de economias externas, provoca uma aglomeração industrial, que poderia ser melhor distribuída se houvesse a possibilidade de executar um planejamento global que orientasse os novos investimentos tendo suas finalidades pré-estabelecidas (SINGER, 1977). Oliveira (2017) em sua tese desenvolvida no município de São José dos Campos, trabalha com a perspectiva de que o capitalismo é quem planeja o planejamento e não o contrário, contrapondo assim a visão de Singer em que o espaço deveria ser organizado por uma ordem suprema, o Estado.

Singer (1977), nos possibilita ainda uma visão mais ampla sobre o urbano através dos recortes espaciais e suas articulações em suas análises teóricas e concretas. Há uma diferenciação entre a questão urbana de países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, colocando em evidência a exclusão e a marginalidade. Assim, as metrópoles onde está concentrado o acesso aos serviços e a cultura, acessado por uma pequena parte da população, é parte da aumento da divisão urbana. E que o planejamento da metrópole tem importante função na determinação da natureza da exportação da metrópole, as formas e possibilidades de expansão e quais serão as soluções a serem tomadas para os problemas identificados.

O desenvolvimento econômico nomeado por Singer (1988) como a Revolução Industrial e suas mudanças estruturais emprega ao desenvolvimento produtivo e a variável investimento um papel de destaque. Sendo o papel da população no desenvolvimento produtivo primordial e que se divide entre “investimentos demográficos” e “investimentos econômicos”. E ressalta que,

As relações entre o nível de renda e crescimento populacional se apresentam hoje de modo muito mais complexo do que, digamos, nos tempos de Malthus. Este supunha que a fertilidade seria sempre elevada, e que a mortalidade é que variaria com o nível de renda, sendo conseqüentemente o fator responsável pelas variações da taxa de crescimento vegetativo. Na fase final do desenvolvimento, no entanto, é de se esperar que a mortalidade seja baixa e pouco dependa do nível de renda, já que ela tende a ser o resultado de medidas de saúde pública atingem a todos, sem distinção de status econômico. Conseqüentemente, o crescimento da população vai depender predominantemente do comportamento da fertilidade. O seu declínio sói ser resultado de casamentos mais tardios e do uso de métodos anticoncepcionais (SINGER, 1988, p. 188).

Para que o desenvolvimento aconteça é necessário que o setor de é responsável pela manutenção econômica produza um excedente alimentar que mantenha o setor de mercado interno, utilizando-se de técnicas agrícolas cada vez mais modernas e mecanizadas, aumentando cada vez mais rentabilidade da terra. Nos países em que o direito de possuir a terra, mais

conhecido como a “tenência da terra”, faz-se urgente a reforma agrária para que o processo de desenvolvimento avance. Refletindo assim num progresso técnico do campo.

Pode-se concluir, pois, que superpopulação e subemprego no campo, onde de fato são encontrados, não resultam de excessivas densidades demográficas, mas da distribuição desigual da propriedade do solo, que “produz” um “exército de reserva” de trabalhadores agrícolas ao impedir a aplicação mais ampla de métodos intensivos de cultivo (SINGER, 1988, p. 102).

Caso a reforma agrária não ocorra e com ela o progresso técnico, Singer (1988) chama a atenção para o crescimento da população no setor de subsistência considerando que a mão de obra agrícola será cada vez mais necessária.

A mudança na estrutura da família rural, no papel desempenhado pelo homem, da mulher e das crianças na sociedade corrobora na compreensão das transformações sociais e culturais, através do conceito da “modernização” que ocorrem no setor de subsistência com o processo de desenvolvimento. Trazendo uma integração social e cultural que modifica o comportamento produtivo pontuado por Singer (1988, p. 136) como “transformação do setor de subsistência, levando à sua desapareção como setor separado da economia e a “modernização” de sua estrutura social é uma das mais importantes realizações do desenvolvimento”.

Existe nesse processo de migração dois fatores importantes, o de atração e de expulsão. Sendo o de expulsão dividido entre fator de mudança e estagnação. Singer (1980), destaca que,

Como mostra Gunnar Myrdal, as regiões favorecidas não cessam de acumular vantagens e os efeitos de difusão do progresso se fazem sentir num âmbito territorial relativamente acanhado. A população das áreas desfavorecidas sofre, em consequência, um empobrecimento relativo: o arranjo institucional faz com que participem do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos (SINGER, 1980, p. 38).

Dessa forma, entende-se por meio da argumentação do autor que os fatores de mudança são decorrentes do modo de produção capitalista do processo de industrialização, tendo por consequência o tamanho absoluto da população rural. Já os fatores de estagnação são decorrentes da disponibilidade de terras para o cultivo, por uma limitação territorial, ou pela monopolização da propriedade do solo (SINGER, 1980).

A emigração ocasionada pelos fatores de estagnação visa reduzir o acréscimo populacional relacionado com a incapacidade do aumento a produtividade do solo. Para o autor, regiões que pelo fator de estagnação apresentam emigrações, demonstram elevadas densidades

demográficas e potencial mobilização política, levando a imposição do desenvolvimento regional. Já as regiões que recebem a população migratória, apresentam determinados fatores de atração, que é a força de trabalho advindo das atividades da indústria e dos serviços públicos, privados ou autônomos (SINGER, 1980).

Logo, também no Brasil, a complexidade do urbano poder ser compreendida a partir do processo de industrialização, determinante na modernidade para os movimentos migratórios, muitos decorrentes dos fatores de “atração” e “expulsão” de mão de obra e suas implicações sociais e históricas, numa perspectiva de economia política clássica (RAVENSTEIN, 1885; SINGER, 1980; MACIEL; AQUINO, 2019).

No quadro 5, apresenta-se um pequeno resumo das fases da urbanização brasileira, baseados nas informações levantadas por Villaça (1999), em que podemos constatar que estas fases passam por grande evolução, porém ainda há muito trabalho no que se refere ao Estatuto das Cidades.

Quadro 5 - Fases da urbanização brasileira. (continuação...)

<p>1ª fase 1875 a 1930</p> <p>Planos de embelezamento</p>	<p>Planos baseados na tradição europeia.</p> <p>Objetivo: “embelezamento” das cidades.</p> <p>Características: ruas mais largas e a população e as habitações de baixa renda sendo empurradas para áreas distantes da região central.</p> <p>A fase foi marcada pela chamada política de “higienismo” – acabar com os cortiços e deixar a cidade mais “bela” com base em modelos europeus.</p>
<p>2ª fase 1930 a 1965</p> <p>Planos de conjunto</p>	<p>Os planos passam a olhar para a cidade de forma mais ampla.</p> <p>Objetivo: preocupar-se com diretrizes válidas para todo o território e não apenas determinadas regiões.</p> <p>Características: zoneamentos, a legislação sobre uso e ocupação do solo e a articulação dos bairros com o centro a partir de sistemas de transporte.</p> <p>É quando começa a se falar em “caos urbano”, crescimento desordenado e a necessidade de planejar as cidades de forma mais consistente.</p>
<p>3ª fase 1965 a 1971</p> <p>Planos de desenvolvimento integrado</p>	<p>Nesta fase, os planos começam a incorporar outros aspectos além dos relacionados ao território, como os econômicos e sociais.</p> <p>Objetivo: Tornar documentos cada vez mais densos e complexos, tocando em questões sociais distantes dos interesses da classe dominante, o que passou a dificultar o processo de aprovação.</p> <p>Características: Nesse momento, entram em jogo as questões metropolitanas e o planejamento não restrito somente aos limites de um município.</p>

Quadro 5 -Fases da urbanização brasileira. (conclusão)

<p>4ª fase</p> <p>1971 a 1992</p> <p>Planos sem mapas</p>	<p>Como resposta à fase anterior, aqui os planos passam a abrir mão de diagnósticos técnicos muito extensos e até mesmo dos mapas que ilustravam as medidas propostas.</p> <p>Objetivo: os planos passam a abrir mão de diagnósticos técnicos muito extensos e até mesmo dos mapas que ilustravam as medidas propostas.</p> <p>Características: Apresentam apenas diretrizes e objetivos gerais, ocultando conflitos de interesses em relação ao espaço urbano.</p>
<p>5ª fase</p> <p>1992 a 1988/2001</p> <p>Constituição de 1988 e Estatuto da Cidade</p>	<p>Com a democratização do país, o processo de planejamento urbano deixa de ser tratado como “neutro” e passa a ser visto como um processo político e de participação social.</p> <p>Objetivo: O Estatuto da Cidade, instituído em 2001, estabelece o “direito à cidade sustentável”, elencando princípios e diretrizes que devem ser adotados nos planos diretores, obrigatórios para cidades com mais de 20 mil habitantes.</p> <p>Características: As novas legislações estabelecem uma nova fase na história do planejamento urbano brasileiro, com o objetivo de construir territórios que promovam ao mesmo tempo justiça social, desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente.</p>
<p>2001</p> <p>até</p> <p>hoje</p>	<p>Após 20 anos do Estatuto da Cidade que estabelece a revisão dos planos diretores a cada 10 anos, muitos estão entrando agora em processo de revisão, a implementação e a efetividade dos planos sempre estará sujeita à conjuntura de cada momento, ao contexto e às disputas políticas, aos atores e interesses envolvidos, à situação econômica e ao nível de envolvimento da sociedade nas discussões.</p> <p>A revisão dos planos diretores e o avanço das discussões sobre sustentabilidade urbana nos colocam em um novo momento. O direito à cidade sustentável estabelecido pelo Estatuto da Cidade pode ser garantido por planos diretores que incorporem medidas que levem a esse resultado. No entanto, pautas como da Habitação Popular ainda estão sujeitas a conflitos políticos e econômico que prezam pela especulação imobiliária. As questões referentes a população em situação de rua passam de maneira despercebidas.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em Villaça (1999) e discussões do Campo do Planejamento Urbano. 2021.

Entre 1960 e 2010, nossa população urbana passou de 44% para impressionantes 84%, contabilizados em 191,7 milhões de habitantes.

Entre 1970 e 1980 o Brasil passou pelo processo de êxodo rural. Com a mecanização da produção agrícola que expulsou trabalhadores do campo, obrigando-os a se deslocarem para as cidades em busca de oportunidades de trabalho (MUELLER; MARTINE, 1997). Em 1970, nas áreas urbanas do Brasil com média de 4 milhões de habitantes, a indústria empregava cerca de 31% das pessoas e o setor de serviços 58%.

No ano de 2010, o Censo Demográfico contou 190.732.694 pessoas para a população brasileira, um crescimento de cerca de 12% comparado ao Censo anterior. O Censo 2010 mostra também que a população é mais urbanizada que há 10 anos: em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora são 84%. Apenas 15,65% da população, cerca de 29.852.986 pessoas viviam em situação rural, contra 84,35% em situação urbana.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹⁰ 2015 a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. A região sudeste apresenta-se com maior percentual de população urbana, com 93,14% das pessoas vivendo em áreas urbanas. Já a região nordeste apresentou 26,88% de habitantes vivendo em áreas rurais.

A urbanização assola alguns municípios que não estão se preparando para atender às necessidades básicas da população em circulação. O gerenciamento das cidades é desafiado à dar resposta aos problemas de cunho social e ambiental derivados da atual ordem capitalista. Destacando-se o desemprego, a criminalidade, a formação de favelas e a poluição do ar e da água. Relatório do Programa Habitat¹¹, órgão ligado à ONU, revelou que 52,3 milhões de brasileiros vivem nas 16.433 favelas que são cadastradas no país, número esse que pode chegar 55 milhões de pessoas em 2020.

O relatório apresenta dados e informações reunidas pelos órgãos oficiais dos países até 2018 para analisar o processo de urbanização global. O documento aponta que mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem em assentamentos precários, como favelas e assentamentos irregulares. No período de 2016 a 2018 o número de pessoas que estavam instaladas em áreas precárias no mundo aumentou em 30 milhões, apesar de esforços dos governos nacionais e locais na melhora das condições de moradia.

O relatório aponta que no Brasil, 36,7% da população urbana vivia em moradias inadequadas, no ano de 1990. E em 2018, esse número caiu para 15,2%. Apesar do crescimento da expansão da população nas áreas urbanas. E apresenta ainda uma projeção que cerca de 68% da população mundial viverá em cidades até 2050. No Brasil a ONU projeta que em 2050, essa proporção chegará a 92,4%.

Este crescimento se deve ao crescimento populacional e ao deslocamento de uma grande parte da população para as zonas urbanas. A população rural vem crescendo lentamente desde

¹⁰ Mais informações em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>

¹¹ Mais informações em: <https://unhabitat.org/World%20Cities%20Report%202020>

1950 e corresponde hoje a aproximadamente 3,4 bilhões de pessoas. Espera-se que esse número cresça lentamente e então caia para 3,1 bilhões em 2050.

Outra projeção interessante apresentada no relatório da ONU, é sobre as grandes cidades brasileiras. Atualmente, apenas as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro têm 10 milhões de habitantes ou mais; Belo Horizonte se apresenta 5 milhões. O relatório prevê ainda que em 2030, outro crescimento urbano ultrapasse a marca de cinco milhões de pessoas.

O fenômeno da metropolização do Brasil, se deu por conta do intenso processo de urbanização, que ultrapassa os limites das cidades em seguimento do desenvolvimento de grandes centros metropolitanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Goiânia e Manaus. Singer (1980), considera que nos países subdesenvolvidos a maior parte desta população que migra para o urbano reproduz as condições de subsistência, ocupando os cargos dos chamados subempregos ou “falso emprego”, no ponto de vista capitalista.

Neste sentido, Telles (2001) aponta como a pobreza é colocada, na sociedade brasileira, como algo naturalizado, que faz parte da paisagem urbana, pois foi illogicamente enquadrada e aceita no cotidiano da sociedade brasileira e que se acostumaram com suas mais variadas expressões. E salienta,

Como paisagem, essa pobreza pode provocar a compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que tenha sido violada. Transformada em paisagem, a pobreza é trivializada e banalizada, dado com o qual se convive – com um certo desconforto, é verdade -, mas que não se interpela responsabilidades individuais e coletivas (TELLES, 2001, p. 32).

Sendo a população em situação de rua um dos grupos populacionais que mais sofre com o modelo econômico da sociedade que está estruturado por meio da exploração e desigualdade, são classificados como representantes de uma expressão intensa da Questão Social através do processo de não efetivação dos direitos sociais básicos, como o direito à vida, a liberdade, a igualdade e a segurança e a garantia do acesso às políticas de educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, previdência social e proteção à maternidade e à infância, como previstos na Constituição Federal de 1988 (CF 1988).

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconteste das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, dessa

forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa (SILVA, 2009, p. 27).

Pereira e Siqueira (2010) chamam atenção para a terminologia utilizada para definir o fenômeno da situação de rua.

[...] o termo é uma síntese da visão defendida acerca do fenômeno, podendo estabelecer relações com diferentes facetas da vida desta população como: condição de moradia, atividades econômicas, processualidade do fenômeno, entre outras (PEREIRA; SIQUEIRA, 2010, p. 10).

Faz-se necessário analisar a situação de rua como uma expressão da questão social, que segundo Silva (2009), caracterizam-se por meio de uma compreensão de critérios analíticos e objetivos que consideram a processualidade e a totalidade, sem reduzir tal expressão apenas à dimensão econômica, mas englobando também toda a reprodução das relações sociais que envolvem essa dinâmica. A Questão Social está além das questões de desemprego e da precarização do trabalho, e de todo processo da acumulação capitalista. Portanto pode-se afirmar que o desemprego não é a única Questão Social que assola as pessoas em situação de rua, a violência, a desestabilização familiar, dependência química, e principalmente a ausência do Estado é parte deste processo.

A Questão Social é um dos temas centrais das Ciências Sociais porque apresenta relevância teórica e prática. Para o primeiro ponto, porque há toda uma matriz de pensamento nas Ciências Sociais, francesa e americana, de Comte à Durkheim, que se preocupa com a coesão da sociedade, assim como autores contemporâneos, como Robert Castel, que tem uma obra referência sobre as metamorfoses da Questão Social (CASTEL, 2008). Para a questão mais prática, em contexto de Estado Democrático de Direito¹², este é ponto importante na discussão sobre direitos sociais, políticas sociais e relação que o Estado mantém com os considerados *excluídos*.

Para Castel, a Questão Social “pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade” (CASTEL, 2008, p. 41) e, embora o estudo deste autor tenha a Questão Social como embasamento empírico, é possível encontrar a

¹² No Estado Constitucional Moderno, o poder político não se encontra centrado na figura do governante, ao contrário, esse poder é impessoal e manifesta-se por meio das leis. São as leis que governam o ordenamento social e político (BONAVIDES, 2004). E, com a democracia como um valor, depois da segunda guerra mundial e a *terceira onda* (HUNTINGTON, 1994) temos a Estado de Democrático de Direitos, que garantiria a isonomia entre os cidadãos, regulamentada pelas leis.

importância do mesmo tema em outros contextos nacionais. De acordo com Ianni (2004), a relevância da Questão Social se dá por ser ponto central para discussão política nacional brasileira.

Desde o declínio do regime do trabalho escravo, a Questão Social passou a ser um processo habitual nos mais diferentes lugares da sociedade nacional, em decorrência de suas lutas sociais e das medidas adotadas desafiando alguns setores da sociedade. Ao longo da história, desde a abolição da escravatura, 1888 e em 1889 com o fim da monarquia, a Questão Social passou a ser vista como um fator essencial nas formas de organização da sociedade. A Questão Social está presente nas principais rupturas políticas ocorridas ao longo da história (nos anos de 22, 30, 37, 45 e 64), compreendendo as várias modalidades de autoritarismo e democracia do poder estatal.

A Questão Social passa a ser encarada como questão política¹³ quando tensões geradas na economia implicavam em conflitos na esfera política devido à carestia de vida. Com formação da classe trabalhadora, a Questão Social passa a ser encarada de modo associado à questão trabalhista, por meio das políticas diretas que compõem a geração de direitos¹⁴ sociais, entre eles o direito a educação, saúde, assistência social, entre outros, ou da regulamentação do trabalho, que define as diferenças chamada atualmente, de seguridade social.

De acordo com Foucault (2005), as populações são forjadas pela governamentalidade. Em sociedades que apresentam o dispositivo da biopolítica, a relação de poder está associada ao espaço: exerce-se o controle dos fluxos, da circulação, do homem enquanto espécie, visando ao controle da população¹⁵. Estas populações podem ser consideradas populações marginais, de acordo com a relação que possuem com o Estado. Em última análise, a pobreza é criminalizada e a parte do dispositivo de sua gestão que chega a algumas parcelas da população é – única e simplesmente – a repressão.

Entretanto, a noção de exclusão social pode empobrecer a forma de análise do fenômeno da pobreza na relação dos pobres com o Estado, uma vez que não considera a relação desses,

¹³ Com *questão política*, destaca-se que a *Questão Social* passa a compor a agenda política a governamental das nações. Exemplo disso são as leis, como a própria *Lei dos Pobres*, e, futuramente, com a classe trabalhadora, os sistemas previdenciários privados e públicos. No caso brasileiro podemos destacar as *Caixas de Aposentadoria e Pensão* (CAPs) e a *Lei Eloy Chaves*, anteriores a precursoras do processo de 1930, com sindicatos, corporativismo e Ministério do Trabalho (Era Vargas).

¹⁴ Bobbio (2004) trabalha com a noção de *geração de direitos*, que seria o ganho processual qualitativo na cidadania, com a inclusão de diversos direitos (civis, políticos, sociais e culturais). Macpherson (1991) relaciona os direitos em relação ao Estado e os classifica como negativo (civil) e positivos (políticos e sociais).

¹⁵ Para Foucault, população não é apenas um termo geográfico e sim político. As populações não existem anteriormente ao Estado e à biopolítica. Ela é forjada pelo Estado, para a gestão, enquanto cria subjetividades.

chamados de excluídos, com o Estado. Fato esse afirmado nas palavras de Martins (1997, p. 32)

[...] é próprio dessa lógica de exclusão a Inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão (MARTINS, 1997, p. 32).

A proposta de pesquisa aqui defendida, relaciona o estudo da Questão Social com o debate sobre a *inclusão perversa ou marginal* praticada no Brasil contemporâneo, tendo por base a análise empírica das condições da população em situação de rua e das políticas contemporâneas destinadas a ela. Mais uma vez explicitado por Martins (1997, p. 26), quando afirma que esta forma de inclusão,

[...] constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal”. Trata-se da forma de inclusão “daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há, senão, na sociedade, lugares residuais (MARTINS, 1997, p. 26).

A tensão existente entre indivíduos e sociedade e, em última instância, entre as formas de organização do Estado e o indivíduo já foi amplamente debatida nas Ciências Sociais. Autores como Foucault (2005; 2008a) identificam nesta relação a produção de uma população, que no século XX exige um tipo de legitimidade do Estado e de gestão que pauta suas ações pela vida desta população, ou seja, a vida para a compor a discussão política, o que o autor chama de biopoder. Esta preocupação com a vida das populações aciona todo um conjunto de áreas de saberes, entre eles a Estatística e a Saúde Pública se destacam como modo de gerir a vida desta população.

A situação de rua é um desdobramento da Questão Social urbana que manifesta as particularidades do território em que está inserida. Fato esse que nos leva a compreender que os hábitos, os valores e as características culturais, socioeconômicas e geográficas do espaço são refletidos na vida daqueles que habitam as ruas.

Koga e Alves (2010, p.71) defendem “[...]que o território se configura como uma unidade relacional na dinâmica do cotidiano de vida das populações”, partindo deste pressuposto pode-se pensar que a forma de expressão vida social nos territórios ocupados se dá através de suas características sociais e de demarcações geográficas. Sendo estas formas de expressão afirmadas através de uma realidade muito complexa e dinâmica, estimulando esferas essenciais como a ação do Estado e a localização das malhas urbanas.

As autoras (2010) chamam a atenção para a existência de uma forma excludente de ocupação do território, que indica uma intervenção desarticulada e pouco efetiva por parte do Estado, intervindo em espaços particulares de alto índice de vulnerabilidade e risco social, demonstrando o distanciamento existente entre as políticas públicas para atendimento e seus usuários. A partir desta análise podemos considerar que o território pode ser visto como estratégia de desmascaramento da situação de rua.

Tendo os centros urbanos uma maior circulação de capital propiciando as pessoas em situação de rua tentarem uma “melhor” condição de subsistência, através de alternativas, ainda que precárias, de geração de renda, no intuito de comprar comida ou para manter seus vícios, surge a questão do trabalho informal, através das cooperativas comunitárias ou de “bicos”. Os centros urbanos, através da grande circulação de pessoas, possibilitam também uma forma de conseguir doações.

As grandes cidades oferecem de certa forma uma infraestrutura propositiva para as pessoas em situação de rua suprirem suas necessidades básicas, tais como alimentação, trabalho (nem que seja informal), de abrigo, higiene; seja por meio de ações do Estado, oferecidas pelo sistema público de proteção social, com serviços especializados, seja como a oferta de instituições como albergues, abrigos, casas de convivências; ou com ações da sociedade civil que se organizam através de Organizações Não-Governamentais (ONG's).

De acordo com Koga (2011), o território pode ser compreendido como o chão das desigualdades sociais, mas, também, como o chão concreto das políticas. É nele que as desigualdades se tornam mais evidentes entre os cidadãos, todavia, também é por meio do território que estas desigualdades podem ser atenuadas mediante a implantação de serviços.

Ressalta-se que o papel do Estado nesse processo é de corrigir as desigualdades e possibilitar o exercício da cidadania. Castro (2011) pontua que:

Entre as suas funções está a de prover políticas públicas, ou seja, a prestação de bens e serviços às coletividades e aos seus territórios, como: manutenção da ordem, regulamentação do trabalho, assistência social, saúde, educação etc. (CASTRO, 2011, p. 126).

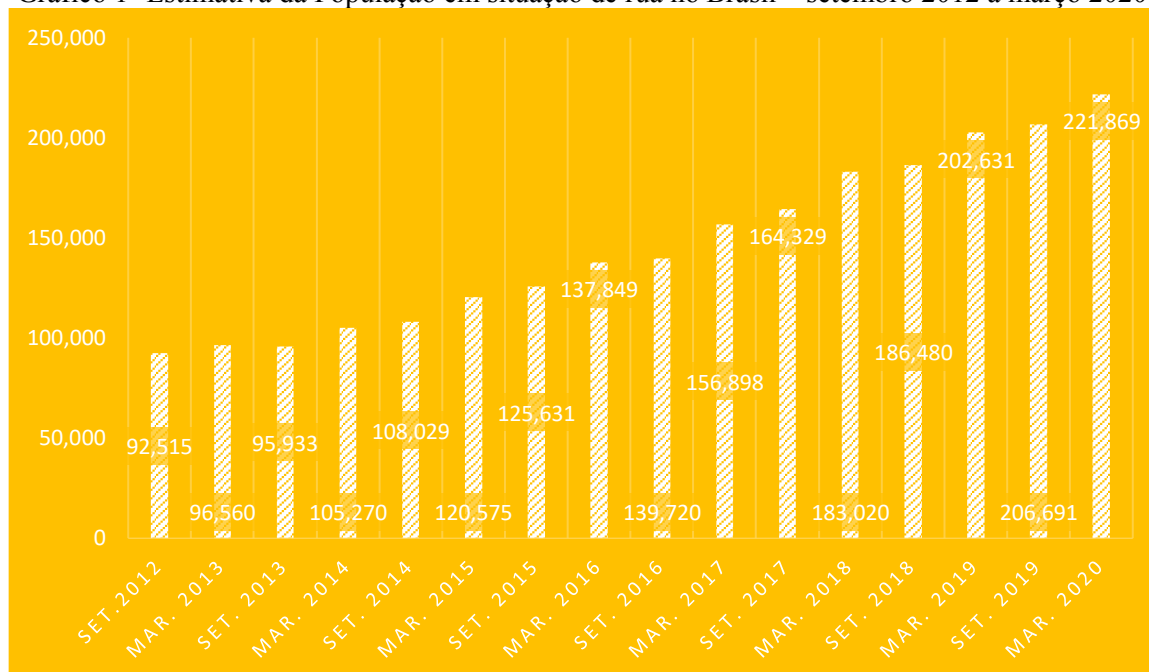
Diante disso, o Programa Nacional de Direitos Humanos III, instituído pelo decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que ratifica o processo de criação de leis e medidas que atendam a população em situação de rua, determina uma série de ações voltadas à esta população, tais como o desenvolvimento de políticas sociais de geração de emprego e renda, assistência social, habitação, saúde, educação, segurança pública, entre outros.

Compreendendo que viver nas ruas, seja sob marquises de prédios, terrenos abandonados, praças e viadutos, não é uma opção individual. Ao contrário, compreende-se que as pessoas são levadas a essa situação por condições impostas pela sociedade de classes, organizada de modo a priorizar o atendimento das necessidades do capital em detrimento das demandas sociais (CONSELHO..., 2011). Nesse sentido, Tiene (2004) reforça essa análise ao indicar que “a mulher e o homem são levados a morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, não a pessoa e a vida” (TIENE, 2004, p. 257).

No Brasil não há uma contagem oficial da população em situação de rua e é esta ausência que vem prejudicando a implementação de políticas públicas voltadas para esta parte da população, fato este que reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito de políticas sociais. Com o propósito de contornar esta dificuldade, o IPEA apresentou a estimativa da população em situação de rua no Brasil utilizando-se de dados disponibilizados por 1.924 municípios por meio do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas).

A estimativa apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é de que existem de aproximadamente **221.869** pessoas em situação de rua no Brasil, conforme mostram os gráfico 1 e tabela 1.

Gráfico 1- Estimativa da População em situação de rua no Brasil – setembro 2012 a março 2020.



Fonte: NOTA TÉCNICA IPEA (2020, p. 10).

Tabela 1 - Estimativa da População em situação de rua no Brasil em números – setembro 2012 a março 2020.

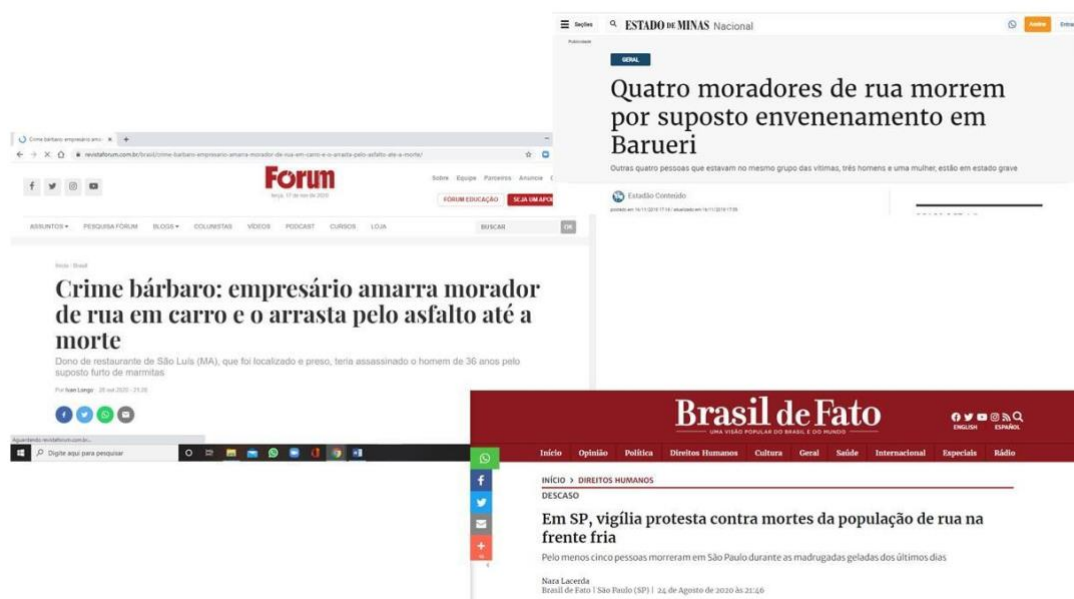
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	BRASIL
Set. 2012	3.218	16.450	47.753	16.286	8.808	92.515
Mar. 2013	3.280	16.972	50.779	16.632	8.896	96.560
Set. 2013	3.300	17.153	50.374	16.215	8.892	95.933
Mar. 2014	3.573	17.755	56.640	17.645	9.657	105.270
Set. 2014	3.739	17.852	58.324	18.072	10.043	108.029
Mar. 2015	3.999	22.742	63.777	19.381	10.676	120.575
Set. 2015	4.178	26.767	64.049	19.708	10.929	125.631
Mar. 2016	4.515	27.803	73.153	21.619	10.760	137.849
Set. 2016	4.729	27.592	75.240	22.294	9.865	139.720
Mar. 2017	5.447	27.262	86.694	26.018	11.477	156.898
Set. 2017	5.901	25.917	91.652	28.574	12.285	164.329
Mar. 2018	7.406	29.164	100.119	32.267	14.064	183.020
Set. 2018	8.247	30.490	99.473	33.684	14.586	186.480
Mar. 2019	8.299	34.014	111.577	33.699	15.041	202.631
Set. 2019	7.706	35.396	117.248	31.763	14.577	206.691
Mar. 2020	9.626	38.237	124.698	33.591	15.718	221.869

Fonte: NOTA TÉCNICA IPEA (2020, p. 11).

A pesquisa aponta ainda a tendência de aumento neste número devido à crise econômica que o país enfrenta devido a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Nas informações pode-se constatar que 81,5% da população em situação de rua encontra-se em municípios com mais de 100 mil habitantes, centralizados principalmente na região Sudeste, com 56,2%; Sul, com 15,1% e Nordeste, com 17,2%. Dados estes que estão diretamente associados ao grau de urbanização e de pobreza, o que indica segundo Natalino (2020, p. 11), “[...] a necessidade de políticas públicas adequadas a essas localidades”.

Assim, observa-se que, mesmo o Estado brasileiro implantando e conquistando serviços e políticas públicas as pessoas em situação de rua, há com uma frequência agravante operações violentas e segregadoras visando o extermínio desta população, como podemos acompanhar diariamente pelos meios de comunicação (Figura 2).

Figura 2 - Matérias divulgadas em diversos sites e jornais sobre as mortes da população em situação de rua e suas diversas causalidades. 2020.



Fonte: Portais – Fórum, Estado de Minas, Brasil de Fato.

Além disso, a intensa exposição ao frio, ao calor, às chuvas e às enchentes, ao uso de álcool e outras drogas, como estratégia de sobrevivência, a dificuldade e o não acesso aos serviços públicos voltados para atender às necessidades básicas de locomoção, saúde, alimentação, abrigo, segurança à integridade física, educação, lazer, trabalho, renda e conforto, as constantes violações de direitos, a exposição à intolerância e ao preconceito que conduzem aos crimes de ódio, favorecidos pela ausência de segurança pública apropriada e falta de conhecimento das reais causas dessa condição desumana do viver nas ruas, tudo isso expõe a omissão do Estado para com o enfrentamento dessa problemática, também são formas de provocar a morte lenta e silenciosa dessas pessoas..

Em relação ao perfil dessa população, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo MDS em abril de 2008, revela que esta população é predominantemente masculina (82%), sendo que mais da metade (53%) possui entre 25 e 44 anos. A proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior na população em situação de rua (39,1% de pardos e 27,9% de negros). A maioria (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais e a imensa maioria não estuda atualmente (95%).

As principais questões que determinam a situação de rua se referem às problemáticas relacionadas ao consumo de drogas com 35,5% da população ouvida, o desemprego com 29,8% e também os conflitos familiares que têm 29,1%. Da população em situação de rua que foi entrevistada, parte considerável origina-se do mesmo local em que se encontra, ou de locais

próximos, não sendo decorrência de deslocamentos ou da migração campo/cidade. E 45,3%, caracterizam-se migrantes, que se deslocam a procura de oportunidades de trabalho. Uma questão interessante é que grande parte dos entrevistados relatou ter passado por internação em Instituições como, abrigos, hospitais psiquiátricos, casas de detenção, antigas Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), orfanatos e internatos e clínicas para tratamento de dependência química.

Em relação ao trabalho e renda, a pesquisa apontou que, 70,9% dos/as entrevistados exercem alguma atividade remunerada, embora que ainda na economia informal e 1,9% declararam que trabalham com carteira assinada. Importante destacar que estes dados desmistificam o fato imposto pela sociedade de que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”. Segundo Silva (2009), a concepção de que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”, não somente culpabiliza a pessoa em situação de rua por sua situação, mas, também, isenta a sociedade capitalista da produção e reprodução da pobreza através da inclusão perversa por qual essas pessoas passam e mais ainda, isenta o Estado da responsabilidade de enfrentá-lo.

Como grupo marginalizado, as pessoas em situação de rua vivem em “territórios elásticos” em constante expansão e contração conforme as perseguições e riscos iminentes. Alguns são pontos permanentes, parte da paisagem urbana há mais tempo, enquanto outros são mais recentes. Os territórios ocupados por esta população podem também ser chamados “em movimento” ou “flexíveis”, ou ainda “efêmeros” (MATOS; RIBEIRO, 2005; ZENEIDI-HENRY, 2002).

Diante de todos esses dados há ainda muito por investigar, pois tratam-se de dados que assumem lugares de respostas provisórias a tantas constatações. A primeira delas, talvez a mais evidente, é a expectativa de que a população em situação de rua, quando apresentada individualmente, possa superar essa condição se reintegrando a sua respectiva família. No entanto, sabe-se que é baixa essa reinserção considerando todos os conflitos derivados na própria unidade familiar. Ela pode ser tão violenta quanto as ruas, não é necessariamente sinônimo de acolhimento e bem-estar. A segunda hipótese emergente é que pensar uma política de moradia para essa população, diferente daquela do “abrigo” temporário, esbarra na falta de recursos e possibilidades de integração total dessa população as políticas já existentes, consideradas pelo Estado caras e não emergentes.

3.1 Processos de Organização da População em Situação de rua Diante dos Tensionamentos da Questão Social

O processo histórico da população de rua no Brasil é marcado pelo início da transição de um país com políticas assistencialistas para políticas de assistência social a partir da redemocratização do Brasil pela nova Constituição Federal no ano de 1988. A partir daí a Constituição torna-se principal meio não somente da constituição das políticas públicas sociais, como também da política pública direcionada para a população em situação de rua. Ainda mais diante dos artigos 5 e 6¹⁶ da Constituição Federal como salienta a Secretaria de Direitos Humanos (BRASIL, 2013), que determina que todos são iguais perante a lei e os direitos sociais.

Nos anos 90 começam algumas manifestações em âmbito nacional em defesa da população em situação de rua. O Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993¹⁷, depois em 1995 com o Grito dos Excluídos¹⁸, os seminários nacionais e, também, a realização do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Já no início do século XXI no ano de 2001 ocorreu a Primeira Marcha do Povo da Rua, foram alguns das manifestações que tiveram grande importância e impacto na luta pelos direitos da população em situação de rua.

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS n.º 145, de 15 de outubro de 2004) (BRASIL, 2005), que atribui à Proteção Social Especial ao atendimento da população em situação de rua. Ainda no ano de 2004 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Nacional (MDS), fez um Convênio de Cooperação Técnico-Científica e Financeira com a Organização Não Governamental do Auxílio-Fraterno – OAF/SP, com objetivo para fortalecer através de capacitação para o fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua.

Em 2005 é criado Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) apoiado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A criação deste movimento e de

¹⁶ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade... Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

¹⁷ O Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua iniciou no de 1993 a partir de parcerias entre entidade governamentais e não governamentais, com objetivo de elaborar políticas públicas aos moradores em situação de rua em Belo Horizonte/MG

¹⁸ O Grito dos Excluídos surgiu da iniciativa das Pastorais Sociais em 1994, em vista da Campanha da Fraternidade, que apresentava o tema: “A fraternidade e os excluídos”. O Grito surgiu da intenção de denunciar a exclusão, valorizar os sujeitos sociais. Este Grito aconteceu em mais de 170 cidades e teve como símbolo uma panela vazia.

políticas públicas voltadas para a população em situação de rua é consequência de diversos protestos e cobranças realizados pela população em situação de rua e apoiadores, após o acontecimento no centro de São Paulo em 2014, quando 15 pessoas em situação de rua sofreram graves atos de violência, sendo que sete delas vieram a óbito. Além da criação do movimento, ainda se realizou o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua que deu o início a formulação da Lei n.º 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que se trata da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além de subsidiar algumas questões de direito e proteção para o texto da que altera a LOAS¹⁹ e inclui atendimento especializado para a população em situação de rua (COSTA, 2007; FERRO, 2012).

Entre fim do ano de 2005 a 2008 o Ministério do Desenvolvimento Social assinou Portarias²⁰ importantes, todas elas para contribuir com a política pública referente à população em situação de rua, as quais antecederam a criação do documento em 2008, da Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua. Como também entre 2007 e 2008, realizou a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, citada anteriormente. No ano de 2009 foi realizado II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua²¹, que segundo Secretaria de Desenvolvimento Humano (2013), foi proporcionado pelo resultado da pesquisa e debate da sociedade civil no percurso de cinco anos (FERRO, 2012). Encontro este que resultou o Decreto n.º 7.053 de 23 /12/ 2009²². Ainda no ano de 2009 teve aprovação da Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Que proporcionou serviços específicos para a população em situação de rua.

No ano de 2010 o Ministério de Desenvolvimento Social fez parceria com a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) com o objetivo de formação, organização e articulação da população em situação de rua, além de contribuir para a consolidação do Movimento Nacional da População de Rua. Nos anos de 2010 a 2012 foram criadas outras portarias importantes para a população em situação de rua²³. E por fim, ainda no

¹⁹ Lei n.º 11.258/2005 (LEI ORDINÁRIA) 30/12/2005 altera a lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

²⁰ Antes n.º 566, de 14 de novembro de 2005. (E no ano seguinte ocorreram mais três portarias através do Ministério Desenvolvimento Nacional(MDS) quais são: a Portaria n.º 136, de 24 de abril de 2006, Portaria n.º 138, de 25 de abril de 2006, e a Portaria n.º 381, de 12 de dezembro de 2006.).

²¹ O II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, momento em que foi consolidada uma proposta intersetorial para a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), instituída finalmente pelo Decreto n.º 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

²² Decreto n.º 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

²³ No mesmo ano, o MDS lançou a Portaria n.º 843, de 28 de dezembro de 2010, cujo Capítulo III estabelece o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC, dos Centros de Referência

ano de 2010 foi criado um formulário para cadastrar os moradores em situação de rua e uma cartilha na qual trata sobre a Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Em 2011 o Ministério de Desenvolvimento Social formula a Série “SUAS e População em Situação de Rua”²⁴ e fez em 2012 um investimento em unidades de atendimento a esta população em mais de 70 municípios. E o manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua. Na mesma proposta em 2013 se obteve através do Conselho Nacional de Assistência Social a Resolução n.º 09, de 18 do 04/ 2013, para o reordenamento dos serviços de acolhimento institucional e para os serviços de acolhimento em república para pessoas em situação de rua (BRASIL, 2013). Mesmo, com todo este transcorrer do processo da população em situação de rua no Brasil, que obtiveram avanços significativos e importantes, em 2014 através do relatório produzido pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH) mostrou retrocessos e violação de direitos da população em situação de rua nos meses que antecede a copa do mundo no Brasil.

O relatório apresenta denúncias de violações de direitos humanos contra a população em situação de rua, ocorridas em algumas cidades-sedes da Copa. Em sua grande maioria, tratam de violência institucional cometida pelo poder público e apresentam caráter higienista²⁵.

Na cidade de São Paulo em 1989, especulava-se a existência de cerca de 10.000 pessoas vivendo nas ruas. Porém, somente em 1991 a então Secretaria de Bem-Estar Social do Município de São Paulo organizou a contagem por observação nos pontos de pernoite, que preconizou os censos da população de rua na cidade e contabilizou 3.392 indivíduos (FRANGELLA, 2004, p. 80).

No ano de 1994 a mesma secretaria conduziu uma nova pesquisa que envolveu além da contagem da população de rua, uma análise de suas características socioeconômicas e formas utilizadas para sua sobrevivência. Foram considerados população de rua como segmento que “sem trabalho e sem casa, utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia” (VIEIRA;

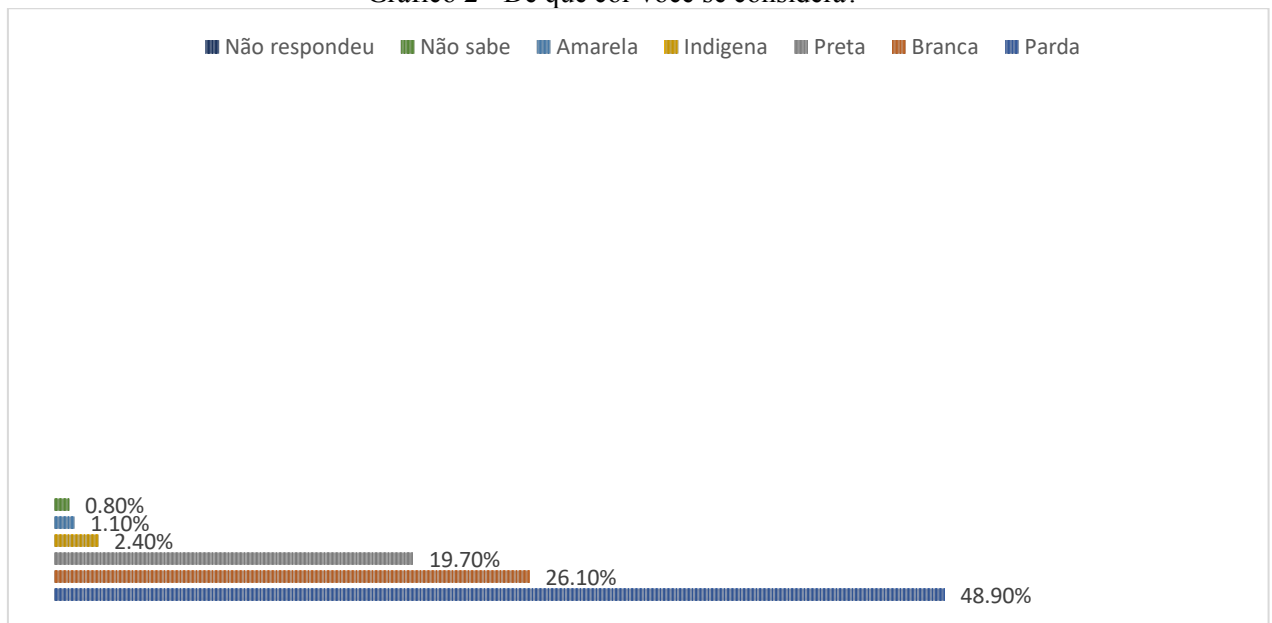
Especializados para População em Situação de Rua, em que são contemplados municípios com população superior a 250.000 habitantes. Portaria n.º 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que estabelece a Política Nacional de Atenção Básica e que prevê Equipes de Consultório na Rua – e CR; e a Portaria n.º 122/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, que define as diretrizes e organização dos Consultórios na Rua. Portaria n.º 139, de 28 de junho de 2012. ²⁴ Três volumes: Volume I - Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Volume II – Perguntas e Respostas – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua; e Volume III - Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua e do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

²⁵ Relatório completo em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf>

BEZERRA; ROSA, 1994). Porém, foi um levantamento exploratório que não contou toda a cidade, mas apenas as subprefeituras (na ocasião eram “regionais”) da Sé, Lapa, Pinheiros, Mooca, Penha, Ipiranga, Vila Mariana e Santana, onde essa população historicamente se concentrava.

No último censo da cidade de São Paulo, realizado em 2019, identificou-se cerca de 24.344 pessoas em situação de rua, onde 52% vivem nas ruas e os demais em abrigo. Os homens contabilizam 85% desta população e 386 pessoas declararam-se como travestis. 69% são pretos e pardos, em proporção muito superior à representação desses grupos na população total no país (55,8%) ou na capital específica (37,4%).

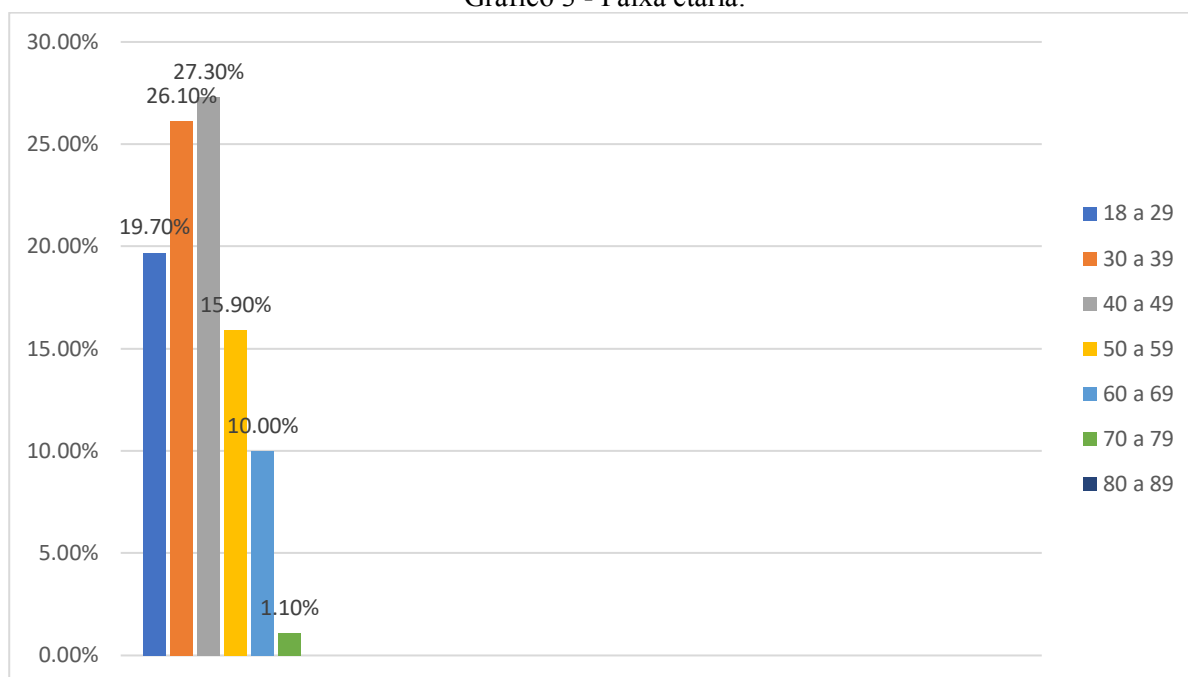
Gráfico 2 - De que cor você se considera?



Fonte: IBGE (2019).

Ainda é possível identificar que 13% desta população é idosa e que a média de idade é de 41,6 anos, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 - Faixa etária.

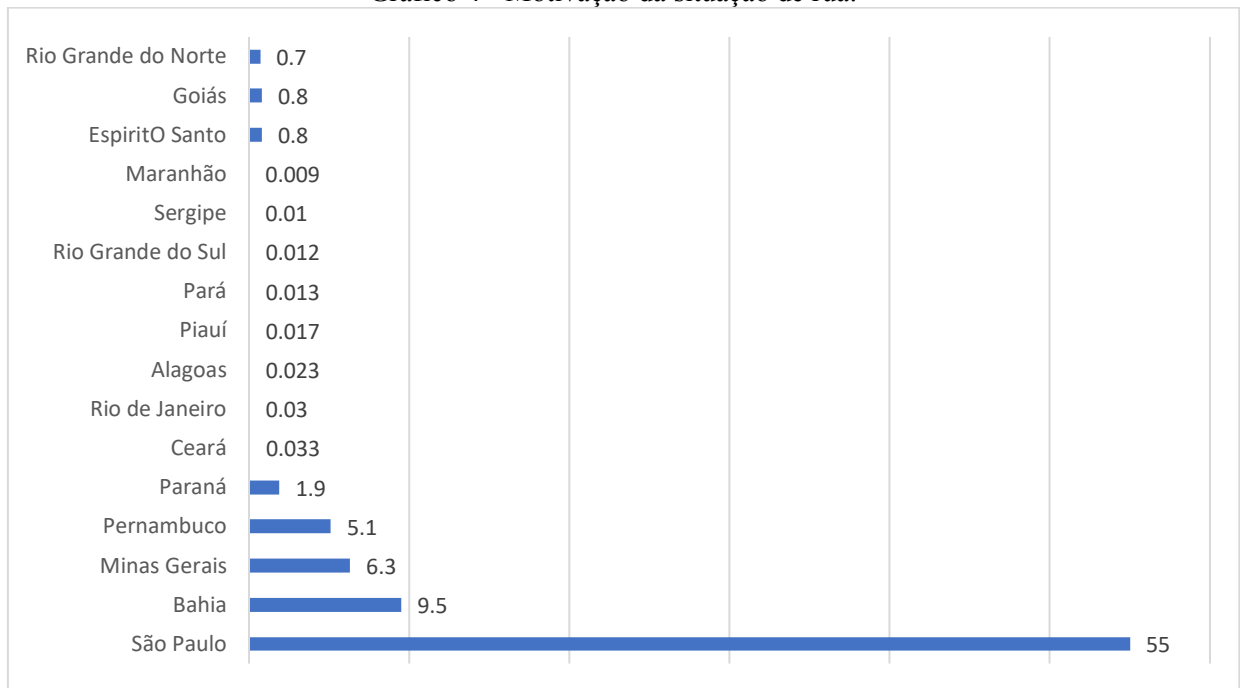


Fonte: IBGE (2019).

No ano de 2000 a população em situação de rua era de 8.706 indivíduos na cidade de São Paulo, apresentando um aumento de 179% neste intervalo.

A causa mais apontada como motivo para a situação de rua é o rompimento de vínculos familiares, que inclui também o falecimento de seus entes queridos com 50%. Além deste dado, o uso de álcool e outras drogas é apontado por 33% da população em situação de rua e a perda de trabalho apresenta 25%, como uma das motivações da situação de rua (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Motivação da situação de rua.

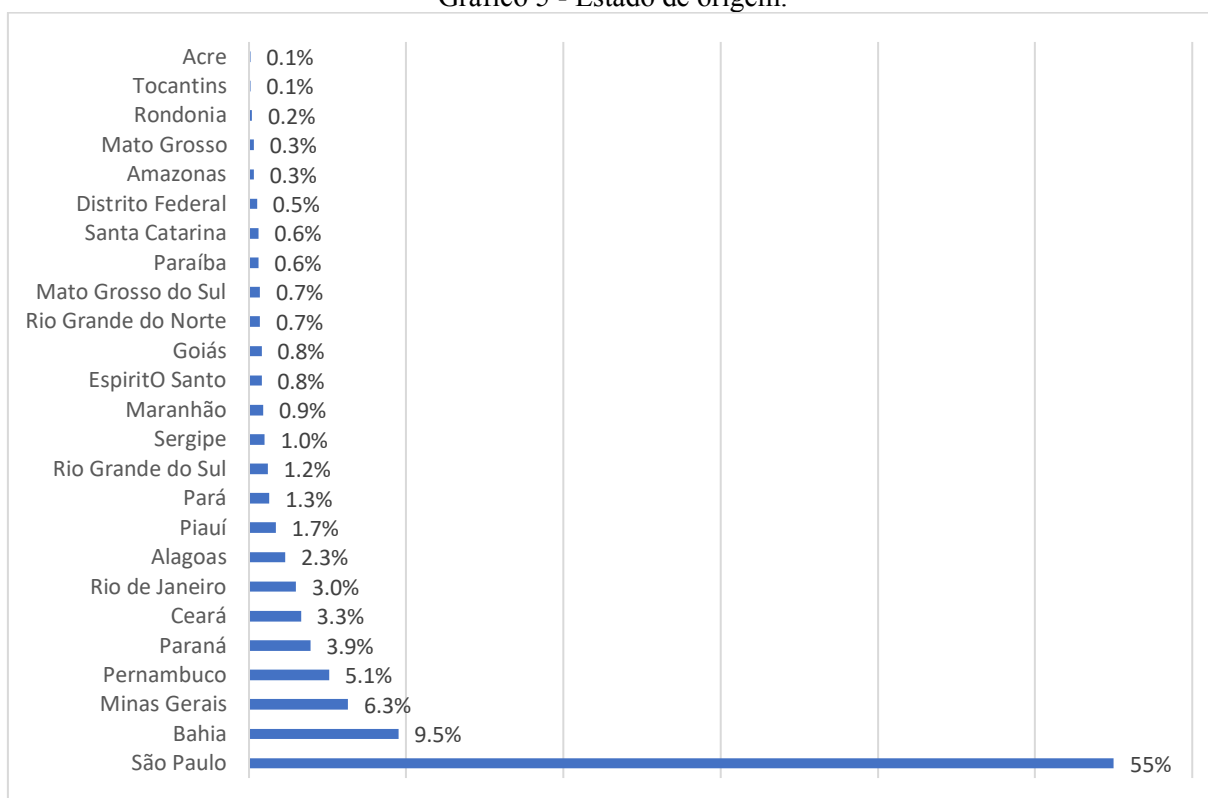


Fonte: IBGE (2019).

Mesmo apresentando dados expressivos, estes podem ser ainda maiores, pois a amplitude da pesquisa foi muito pequena comparada ao tamanho da cidade de São Paulo e este é um questionamento do MNPR, que denuncia ter havido subnotificação na contagem.

Maciel, Silva e Souza (2020) em seus levantamentos cita que muitos estudos sobre os movimentos pendulares nas Regiões Metropolitanas que compõem a Macrometrópole Paulista – Campinas, São Paulo, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte – mostrando que é alta a circulação de pessoas por motivo de trabalho no interior das próprias regiões metropolitanas (CUNHA *et al.*, 2013; GOMES, 2018). Informações estas que podem ser vistas no Gráfico 5 do Censo de 2019 sobre a população em situação de rua citado anteriormente. Referindo-se à RMVPLN, o estudo mostra a cidade de São José dos Campos como o município que “exerce o papel de polo regional, concentrando mais de 50% do valor adicionado da indústria e serviços do Vale do Paraíba”.

Gráfico 5 - Estado de origem.



Fonte: IBGE (2019).

Segundo informações levantadas no Censo Demográfico de 2010, também pelas autoras Maciel, Silva e Soiza (2020), pode-se verificar que 91,2% da circulação corresponde a deslocamentos diários para fins de trabalho de pessoas que residem em municípios. Uma importante informação observada pelas autoras é que a Rodovia Presidente Dutra, que atravessa quatorze municípios da Região do Vale do Paraíba Paulista, continua sendo a principal autoestrada de acesso a São Paulo.

Diante das informações apresentadas nesta seção pode-se afirmar que é por meio do surgimento da “questão social” – pessoas em situação de rua - que se encontra as condições objetivas para compreender as expressões da “questão social” materializadas no pauperismo, desigualdades sociais, analfabetismo, desemprego, violência, situação de rua e que ganham ar de naturalidade e irreversibilidade quando são vistas como uma fatalidade necessária ao desenvolvimento da sociedade, desqualificando-as, portanto, como questão política. As respostas para tais “problemas” se limitariam a oferecer nas visões de Ianni (1992), Silva (2006) e Sposati *et al.* (1995) ações filantrópicas, ficando as questões das pessoas em situação de rua entregues à própria sorte, sob o julgo do discurso meritocrático, moralizador, repressivo e higienista.

4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP - DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À EXPERIÊNCIA DO CIRCULAR

Em São José dos Campos-SP, em de 13 de novembro de 1967 foi elaborado o Projeto de Lei n.º 1.408 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1967), embasado na discussão do documento de Araxá²⁶, e em seu artigo primeiro que cria o Departamento Municipal de Bem-Estar Social como órgão Técnico Científico de Serviço Social que deve ser supervisionado exclusiva e tecnicamente por um assistente social, que seja registrado no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), sem qualquer ônus aos cofres públicos e de livre escolha do Prefeito, com funções de reunir entidades sociais, buscando organizá-las e, por meio de conselhos, indicar aquelas que deveriam receber recursos da prefeitura. A partir de 1960 a maior preocupação do município era com a favelização nas áreas centrais.

Segundo Silva (2007), foi somente após 1985 que se deu início ao trabalho oficial do Departamento de Bem-Estar Social com “menores”, que o Instituto Materno-Infantil, as entidades sociais, os centros comunitários e as favelas voltaram em evidência. Em 5 de maio de 1972, deu-se início na cidade, o Serviço de Obras Sociais (SOS), que tinha como finalidade principal atender aos indigentes da cidade. Essa entidade contava com um grupo de pessoas voluntárias para esse atendimento. Nesse contexto, começaram a emergir, as entidades sociais que buscavam ter uma relação aproximativa com os órgãos públicos.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) criada em 28 de agosto de 1942, pela então primeira dama Darcy Vargas, que tinha o objetivo de auxiliar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial contava com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria. Segundo Torres (2002), em 1944 a sede da organização LBA foi construída no Rio de Janeiro caracterizada por um prédio de nove pavimentos que prestigiou o nome de sua fundadora, Edifício Darcy Vargas. Após o final da Guerra, o local passou a abrigar o órgão de assistência às famílias necessitadas. Foi a LBA que se responsabilizou pelo desenvolvimento do trabalho social no município, com o papel de repassar verbas e fazer o intercâmbio com as entidades sociais além do próprio trabalho social da prefeitura. A LBA financiava projetos voltados ao trabalho com crianças e adolescentes, clubes de mães, bem como mantinha programas de geração de renda.

²⁶ O Encontro de Araxá de 1967 foi promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS) e teve o propósito de teorizar e criar metodologias para o Serviço Social.

Neste período os serviços destinados ao atendimento da população em situação de rua não eram separados dos demais serviços de assistência, portanto, os dados disponíveis contavam com atendimentos aos munícipes e migrantes. O município contava somente com um centro de triagem, na ocasião, situado ao lado da rodoviária interestadual no bairro Monte Castelo, que identificava os indivíduos e os encaminhava para possíveis acolhimentos. Somente no ano de 2012, foram implantados os serviços destinados especificamente à população em situação de rua, diante do Decreto n.º 7.053 de 2009 (BRASIL, 2009), que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. No Quadro 6 podemos acompanhar a evolução da implantação dos serviços de 2012 a 2020.

Quadro 6- Síntese dos principais eventos relacionados a implantação dos serviços para população em situação de rua (2012-2020). *(continuação...)*

2012	Inauguração do Centro de Convivência para a população em situação de rua – Centro Pop – CCP CECON situado na zona norte. Contando com uma equipe de 2 assistentes sociais, 3 agentes educadores, 1 vigia, 5 bolsistas do Programa de Incentivo a Qualificação, 1 administrativo, 1 motorista. Cerca de 50 pessoas acessavam o serviço por mês. Abrigos existentes: Pop Guararapes e Casa de Passagem. Abordagem social.
2013	Parceria com a Fundação Cultural Cassiano Ricardo para oficinas de cultura e participação em feiras. Centro Pop passou a ser porta de entrada para outros serviços. Parcerias com serviços da rede de atenção: CRAS, CAPS AD. Cerca de 150 pessoas acessavam o CECON mensalmente. Realização de avaliação social e encaminhamento das pessoas com mais de 60 anos para Instituições de Longa Permanência (ILPI's).
2014	Oferta de cursos de Jardinagem em parceria com SENAC. Mudança de coordenação, passando de CECON para Centro Pop 2. Inserção das pessoas em situação de rua no Cadastro Único para recebimento do Bolsa Família. Cerca de 170 pessoas acessavam o serviço mensalmente.
2015	Criação de duas novas casas de acolhimento: República da Vila Industrial e República da Vista Verde. Casa de Passagem passa a ser Abrigo Família Indivíduo – atendendo demandas do CRAS e calamidades. Centro Pop 2 passa a operacionalizar no prédio da Secretaria de Desenvolvimento Social. Mudança na Coordenação Geral dos serviços da Pop Rua. Aumento da equipe técnica, passando para: duas psicólogas; 4 assistentes sociais; 4 agentes educadores e 4 oficineiros. Aplicado o primeiro Censo da população em situação de rua no município. Participação ativa na X Conferência Municipal de Assistência Social. Cerca de 210 pessoas acessavam o Centro Pop 2 mensalmente.
2016	Formação continuada dos técnicos e educadores. Abertura de 2 novos abrigos: mais um abrigo masculino e o abrigo Eugênio Bonadio destinados a idosos em situação de rua. Criação da oficina de futebol – “Bola pra Frente”. Capacitação destinada às pessoas em situação de rua para retorno ao mercado de trabalho. Cerca de 160 pessoas acessavam o Centro Pop 2.

Quadro 6 - Síntese dos principais eventos relacionados a implantação dos serviços para população em situação de rua (2012-2020). (conclusão)

2017	Mudança na gestão municipal e na coordenação do trabalho voltado a Pop Rua. Redução da equipe técnica, passando a ser: 1 psicóloga; 3 assistentes sociais; 3 agentes educadores e 2 oficinairos. Mudança do Centro Pop 1 para ao lado do Terminal Rodoviário Interestadual. Abertura de 2 novos abrigos: Abrigo Centro e Abrigo Coronel Moraes destinados ao público feminino. Entidade Nova Esperança assume os serviços destinados a pessoas em situação de rua Encerramento da oficina “Bola pra Frente”.
2018	Secretaria de Desenvolvimento Social passa a ser Secretaria de Apoio Social ao Cidadão. Fechamento da República da Vila Industrial e Vista Verde. Fechamento do Centro Pop 2. Abrigos em funcionamento: Feminino, situado à Rua Rui Barbosa – Centro; Masculino, situado à Rua Guararapes – Monte Castelo e Abrigo Família Individuo. Entidade Dandara assume o abrigo feminino. Redução da equipe de atendimento aos serviços. Aumento significativo da população em situação de rua no município.
2019	Entrega dos abrigos Viva Masculino e Viva Feminino/LGBTQIA+, totalmente revitalizados. Criação do projeto “Empreender é viver” – com foco no empreendedorismo feminino das mulheres em situação de rua.
2020	Criação do Abrigo Familiar. Aumento do número de vagas para pessoas em situação de rua devido a Pandemia do Covid-19. Testagem em massa da população em situação de rua para Covid-19. Reformas e melhorias nos equipamentos. Ampliação e qualificação das equipes de abordagem e assistência social. Aquisição de tablets para o serviço de abordagem a população de rua. Aquisição de viaturas para o serviço de abordagem a população de rua.

Fonte: Elaboração própria – dados da pesquisa.

É possível notar nessa linha do tempo as inúmeras mudanças ocorridas desde a implantação dos serviços oferecidos à população em situação de rua, algumas para melhorias, outros de significativos retrocessos, porém, todas com impactos na vida desses sujeitos que “dependem” de uma política de inclusão.

O Plano Municipal de Assistência Social da cidade de São José dos Campos para o Enfrentamento à Situação de Rua (PMESR), criado no ano de 2016 e lançado em meados de 2017, pela atual gestão municipal, tem compromisso com a população em situação de rua, na medida em que imprime no corpo do documento o desafio de inclusão desse segmento populacional, a partir de ações definidas e protocoladas, nas demais políticas públicas:

Efetivar articulação entre CRAS [Centro de Referência de Assistência Social], CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social] e serviços socioassistenciais para atendimento integrado da população. Estabelecendo os fluxos entre as proteções e a rede complementar do SUAS [Sistema Único de Assistência Social] em especial ao atendimento à população em situação de rua; Ampliar cobertura da Proteção Social Especial, garantindo prioridade de inclusão da população em situação de rua nos serviços da rede de proteção social; Cadastrar a população em situação de rua no Cadastro Único; Efetivar a reorganização e melhoria do atendimento da população em situação de rua com participação do usuário; Priorizar atendimento à população em situação de rua com até 5 anos de vida nas ruas no programa de atendimento à

população em situação de rua; Fortalecer o acompanhamento realizado pelo PAEFI [Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos] das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas; Implementar trabalho em rede, contribuindo para a superação das situações de violação de direitos; Fortalecer os CREAS como serviço de referência às situações de violação de direitos (SECRETARIA DE APOIO SOCIAL AO CIDADÃO, 2017, p. 35).

No que concerne ao atendimento à população em situação de rua em 2016, por exemplo, a cidade contava com os serviços de cinco unidades de acolhimento, executados por entidades conveniadas e sob a coordenação da diretoria da Proteção Social Especial (PSE). Eram eles: 1) Abrigo Famílias e Indivíduos: dirigido ao acolhimento de pessoas, famílias e idosos em situação de risco, que necessitam de um abrigo provisório; 2) Abrigo Pop - Guararapes: local de acolhimento institucional destinado a pessoas adultas, de ambos os sexos; 3) Abrigo I – Ana Bonádio; 4) Abrigo II – Vista Verde; 5) Abrigo III – Vila Industrial 6) Abrigo IV – Centro; e 7) Abrigo V – Coronel Moraes. Para todos os equipamentos de população de rua, no âmbito da PSE de Média e Alta Complexidade, existia uma coordenação geral do poder público e não havia a presença de um coordenador nos equipamentos, conforme normatização. Todos os profissionais (técnicos e administrativos) eram contratados pela entidade conveniada. Os serviços contavam, ainda, com uma profissional psicóloga que atendia em todos os equipamentos; a profissional assistente social que atuava no Abrigo II era a mesma que atendia no Abrigo III. Segundo a Norma Operacional Básica (NOB) do /SUAS (2016), o CREAS Pop,

[...] constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. (BRASIL, 2016).

Suas ações

[...] devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida (BRASIL, 2016).

Neste contexto, o Centro Pop I continua sendo endereço institucional de referência dos sujeitos que estão nas ruas de São José dos Campos. O espaço oferece a todos os indivíduos que estão em situação de rua, acesso à higiene pessoal e provisão de documentação civil. O

equipamento está localizado na região central da cidade e é a base das equipes da Abordagem Social; a equipe é composta por dezenove educadores e um assistente social. Já o Centro Pop II (Figuras 3, 4, 5, 6 e 7) é um serviço ofertado com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecimento de vínculos interpessoais e sociais. Contava com uma equipe técnica de quatro assistentes sociais, cinco educadores sociais, uma psicóloga, um técnico administrativo, dois vigilantes, com escala de 12/36, para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia e inserção social. O serviço de Abordagem Social funciona 24 horas, com equipes de abordagem e uma assistente social, além de manter convênios com clínica de reabilitação e tratamento para uso de drogas.

Figura 3 - Painel pintado pelos usuários do Centro de Convivência Pop em 2016.



Fonte: AUTORA (2016).

Figura 4 - Reunião com os usuários do Centro de Convivência Pop em 2016, sobre acesso à Justiça Eleitoral.



Fonte: AUTORA (2016).

Figura 5 - Jardim construído pelos usuários do serviço, como finalização do curso de jardinagem em parceria com o Senac São José dos Campos.



Fonte: AUTORA (2016).

Figura 6 - Sala cheia no curso de esculturas com “lixo” eletrônico.



Fonte: AUTORA (2016).

Figura 7 - Espaço no Centro de Convivência Pop destinado a arte e expressão.



Fonte: AUTORA (2016).

O panorama dos serviços oferecidos a essa população no município está um pouco diferente, segundo dados levantados por Maciel, Silva e Souza (2020). Em janeiro de 2019 foi implantado o Projeto VIVA – Vivência, Inserção Valorização e Acolhimento - que consiste em uma proposta de acolhimento mais humanizado à população em situação de rua, com atividades como oficinas e atendimento em grupos e individuais por equipe especializada; além de oferecer banho, 4 refeições (café da manhã, almoço, café da tarde e jantar), pernoites, acompanhamento psicossocial, oficinas e inclusão no CAD único.

A partir daí o serviço passou a contar com 5 Abrigos, sendo: VIVA masculino, que tem capacidade para atender setenta pessoas situado no bairro Monte Castelo, composto por uma equipe de 4 técnicos de assistência social, 1 coordenador e 25 educadores distribuídos em turnos; O VIVA feminino e LGBTQIA+, situado no centro da cidade, com capacidade para trinta pessoas e conta com uma equipe de técnicos de assistência social, um coordenador e educadores; O Abrigo Institucional Viva Masculino para Pessoas com Limitações para Atividades de Vida Diária também situado no centro da cidade e atendendo cerca de 30 pessoas.

Por fim, o Abrigo Institucional Viva Famílias e Indivíduos (figura 8), situado no bairro Vila Tesouro destinado às famílias que se encontram em situação de rua, bem como a pessoas vítimas de situações emergenciais de calamidade e de situações analisadas pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social do município de São José dos Campos. Assim como os demais abrigos, o Viva Família Indivíduo conta com uma equipe composta por 20 profissionais, entre eles, 1 coordenadora, 1 assistente social, 1 psicóloga, 7 educadores sociais, 4 cuidadores para atender necessidades mais específicas, 4 auxiliares de serviços gerais, 1 motorista e 1 controlador de acesso. Oferece ainda refeições diárias, atendimento social, psicológico, psicossocial, rodas de conversas e oficinas terapêuticas. E por fim, o serviço conta com a equipe de Apoio Social (figura 9), que realiza abordagem das pessoas que se encontram em situação de rua, identificando sua origem e encaminhando aos devidos atendimentos.

Figura 8 - Abrigo Viva Família.



Fonte: Costa, 2019a.

Figura 9 - Equipe de Apoio Social em atendimento à população em situação de rua.



Fonte: Costa, 2019b.

Como estratégia de atendimento aos migrantes o município conta com um Centro Pop I (Figura 10) situado ao lado da rodoviária localizada no bairro Monte Castelo, em atendimento social, o profissional realiza o contato com o familiar e com seu município de origem para um possível retorno. Aos que não possuem vínculos familiares e não desejam retornar ao município de origem, são atendidos com passagem para o próximo município até que cheguem a seu destino. Neste serviço são oferecidos, também banho e alimentação, além de escuta especializada. Mesmo com as estratégias oferecidas, o município conta ainda com um número grande de pessoas em situação de rua, que não acessam os serviços e que como “opção”, fazem da rua sua moradia.

Figura 10 - Entrada do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para população em situação de rua.



Fonte: AUTORA (2018).

Oliveira (2017) em sua tese desenvolvida no município de São José dos Campos, disserta sobre o dilema de como garantir a proteção de assistência social em sua organização de Sistema Único para as pessoas que mesmo diante de um reconhecimento enquanto brasileiros, membros de uma nação, parte de uma sociedade, que em diversos contextos lhes é negado o que lhes confere como direito, por não se classificarem como munícipes ou não se “encaixarem” nos critérios de relação com a cidade. Diante do contexto analisado pelo autor durante sua pesquisa, ele observou que há uma complexidade na execução das políticas de proteção social à população em situação de rua, que ao mesmo tempo exclui, operacionaliza o pertencimento e a seletividade; o mérito e a proteção; a universalidade e o direito.

O autor teve como principal foco a relação da rede de serviços da política de assistência social com as pessoas em situação de rua no município, analisando como se dá a relação de efetivação da proteção social nesse campo, sobretudo, nas relações de acolhida e convívio. Para tanto, Oliveira (2017) descreve em sua tese situações observadas no cotidiano dos serviços e a pesquisa se desenvolve a partir das respostas construídas, historicamente fundamentadas em dois paradigmas: o filantrópico/benemerente e o do direito.

O método genealógico e a etnografia foram as metodologias utilizadas por Oliveira (2017) em sua tese para apreender o entrecruzamento dos paradigmas na operacionalização da rede de atenção à população em situação de rua, utilizando-se de entrevistas com as pessoas em situação de rua, especificamente os trecheiros, trabalhadores da rede de atenção analisada, e profissionais que atuaram no governo federal. Métodos estes que permitiram observar a

dificuldade da efetivação dos direitos relativos à população em situação de rua e a adoção da atuação benemerente das instituições que assumem os serviços públicos, que desafia ainda mais a discussão de um modelo conservador.

Diante da realidade apresentada, relatamos em trabalho anterior (GOULART, 2018) a forma como a região mais central do município é caracterizada como lugar de construção de inúmeras narrativas, também construídas por todos esses homens, mulheres e crianças que estão em situação de rua. Há uma valorização da trajetória de vida de homens e mulheres que têm as ruas joseenses como seu espaço de vida.

No estudo de Frangella (2004) a autora destaca que a população em situação de rua passa “[...] a habitar ‘cantos’ da cidade impensáveis ao planejamento urbanístico e ao imaginário coletivo dos cidadãos: as ruas, os espaços vazios embaixo de viadutos, as praças, as calçadas” (FRANGELLA, 2004, p. 11), considerados pela autora como os espaços abertos da cidade.

Considerando a afirmação de Frangella (2004), o “estar” na rua ainda se configura na ocupação de bancos de praças, escadarias, entornos das igrejas, bancos de rodoviária e calçadas de supermercados. Ocupação que não passa despercebida, considerando que a população em situação de rua possui uma corporalidade própria, quase sempre fácil de ser definida. Seu corpo:

[...] aparece como último território, sobre o que e por meio do qual singularizam-se as manifestações de sua experiência na cidade. Desprovidos de bens materiais, sem casa, absolutamente fora das práticas de consumo, envelhecendo na rua, corpo sujo e fétido que os mimetiza no asfalto, o morador de rua aparece como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano e às projeções corporais idealizadas (FRANGELLA, 2004, p. 61).

Uma outra questão relativa à situação de rua é que a luta por direitos humanos está diretamente ligada as questões relacionais e existenciais como as de gênero e sexualidade. A ocupação do território pelas pessoas declarada LGBTQIA+, é permeada por maior tensão como poderemos observar nos relatos apresentados na seção 4. A tensão desta condição é objeto de uma violência pautada em três questões: a desigualdade social, a situação de rua e o preconceito relacionado a sua orientação sexual.

Pelos dados levantados pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e, Transexuais, 10% da população brasileira se identifica como LGBTQIA+ e desde 2018, 92,5% dessas pessoas relatam o aumento da violência contra elas. Entre os anos de 2016

e 2017 o Relatório Mundial da *Transgender Europe* aponta que ocorreram 325 assassinatos de transgêneros em 71 países e 171 deles ocorreram no Brasil.

Colocando no centro da discussão a vulnerabilidade da situação de rua e identificação como LGBTQIA+, aprofundamos na questão ético-político estruturante em nossa sociedade, que dentro de um processo de inclusão X exclusão social que forçam a subalternidade da pessoa. Assim, pode-se afirmar que a subjetividade da pessoa em situação de rua está diretamente conectada às condições em que estão inseridas e às oportunidades para seu desenvolvimento.

4.1 O cenário da rua diante da pandemia da Covid-19

No início do ano de 2020, o mundo foi surpreendido com uma pandemia do Covid-19, que avançou depressa, levando consigo vidas, evidenciando questões econômicas de países em desenvolvimento e um colapso na rede de saúde. Em menos de três meses mais de 210 países e territórios confirmaram contaminações com o novo coronavírus, casos da doença e mortes. É importante lembrar que a escala global, não significa que se trate de um fenômeno universal e homogêneo. Um vírus por si só, não faz pandemia, e não explica o processo saúde e doença presente nos mais diferentes contextos.

Com a intensificação dos efeitos da pandemia no Brasil, uma das principais ações de iniciativa governamental no intuito de oferecer minimamente uma proteção aos grupos mais vulneráveis, foi o isolamento e distanciamento social, dentre algumas outras ações. Os públicos mais vulneráveis, que se encontravam fora do mercado formal de trabalho, foram contemplados com medidas de transferência direta de renda, distribuição de alimentos, isenção de tarifas, distribuição de itens de higiene pessoal e equipamentos de proteção individual (EPIs), como máscaras e álcool em gel. Foram ainda adotadas ações de isolamento prioritárias voltadas aos idosos e pessoas de grupos de risco que tinham como residência abrigos e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) (CALMON, 2020; CONSELHO REGIONAL..., 2020).

Carrara (2020) de forma muito clara e crítica explica a como a pandemia de Covid-19 transformou-se em uma questão individual.

[...] as ciências humanas e sociais brasileiras têm desenvolvido com relativo sucesso a crítica sistemática de uma cosmovisão individualista, ainda bastante presente em certas formulações da Saúde Pública, e em cujos termos não existem “configurações sociais”, mas “populações”, compostas por indivíduos intercambiáveis e separáveis apenas em quatro grandes categorias: “susceptíveis”, “infectados”, “sobreviventes” e “mortos” (CARRARA, 2020, p. 2).

A pandemia de Covid-19 trouxe à tona as desigualdades sociais já existentes, talvez esquecidas ou não vistas, que é o caso da população em situação de rua que são populações já vulnerabilizadas e comprovadamente, afetadas de forma negativa no contexto atual da pandemia.

O avanço da pandemia trouxe um enorme desafio para as políticas de atenção à população em situação de rua, especialmente com o aumento expressivo desta população. Além dos riscos da doença, que tem como medidas sanitárias prioritárias – isolamento, distanciamento social e higiene –, questões essas quase impossíveis de serem real à população em situação de rua, devido à ausência de formas de proteção e também levanta uma questão relacionada a subsistência diária dessa população, que se utiliza da circulação social como meio de trabalho, renda e doação, o que durante o período da pandemia, tornou-se escasso. (NATALINO; PINHEIRO, 2020).

Para Natalino e Pinheiro (2020), mesmo que o governo federal tenha criado e aprovado o auxílio emergencial a ser pago para pessoas de baixa renda, que ocupam os chamados subempregos, as pessoas em situação de rua enfrentam outras dificuldades, configuradas na ausência de documentos, para acessar tal benefício, bem como a exposição a outros tipos de riscos que nem o valor nem a natureza desse recurso é capaz de suprir.

O quadro 7, lista algumas das diretrizes nacionais adotadas no decorrer da pandemia. Como também orientações mais direcionadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS), especificando para a atenção à população em situação de rua.

As orientações do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, específicas para a população em situação de rua, onde, por exemplo, destacaram as medidas de acolhimento regular e provisório; a mobilização das entidades da sociedade; além de atenção a situações específicas, como uso abusivo de álcool e outras drogas, migrantes, crianças e adolescentes, e segmento LGBTQIA+, em situação de rua (SÃO PAULO, 2020a). Muitas dessas orientações, foram publicadas em abril de 2020, quando a maioria dos estados e das capitais já havia iniciado medidas de isolamento social. Salienta-se que as recomendações para a continuidade e adequação das estratégias específicas no âmbito do SUS e SUAS, sob execução dos municípios.

Quadro 7 - Orientações e normativas nacionais para enfrentamento da pandemia da Covid-19 junto aos serviços destinados à população em situação de rua.

INSTITUIÇÃO	ORIENTAÇÃO E NORMATIVA	DATA
Defensoria Pública da União	Recomendação n.º 1/ DPGU/SGAI DPGU/GTR DPGU. Grupo de trabalho em prol das pessoas em situação de rua.	17/03/2020
Fundação Oswaldo Cruz	Recomendações para os consultórios na rua e a rede de serviços que atuam junto com a população em situação de rua.	Sem data
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	Nota pública. Medidas de prevenção ao coronavírus nas unidades de acolhimento institucional.	20/03/2020
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	Nota Técnica n.º 5/2020CGRIS/DEPEDH/SNPG/MMFDH. Orientações gerais sobre atendimento e acolhimento emergencial à população em situação de rua no contexto da pandemia da Covid-19.	02/04/2020
Conselho Nacional de Direitos Humanos	Nota pública pela defesa dos direitos humanos da população em situação de rua em tempos da pandemia da Covid-19.	23/03/2020
Ministério da Cidadania/ Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/ Secretaria Nacional de Assistência Social	Nota técnica n.º 7/2020, Portaria n.º 54 de abril de 2020. Recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Suas dos estados, municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da assistencial social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do Suas.	01/04/2020
Ministério da Cidadania/ Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/ Secretaria Nacional de Assistência Social	Nota Técnica n.º 13/2020. Recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo coronavírus – Covid-19.	14/05/2020

Fonte – Autora (2021).

Diante desta realidade do novo Coronavírus a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), formulou ações de atendimento à população em situação de rua, tais como, o aumento de número de vagas em abrigos e a triagem e isolamento dos infectados como primeiras iniciativas no combate e atenção a essa população. Era previsto como proposta maior distanciamento entre os beliches e instalação de pias para higienização das mãos em pontos de concentração, também aparecia

entre as medidas de combate ao vírus.

Assim, em julho de 2020 a SMADS já havia criado sete abrigos emergenciais, totalizando 594 novas vagas. Sendo que os Núcleos de Convivência da cidade ofertavam 3.172 vagas. E ainda como medida de acolhimento contava-se também com os centros esportivos e os Centros de Educação Unificados (CEU), preparados para receber a população em condição de vulnerabilidade.

Desde o início a sociedade civil mobilizou-se imediatamente no atendimento e proteção das pessoas em situação de rua. Organizações não governamentais (ONGs) e a Igreja Católica formaram verdadeiros grupos de pressão ao poder público. Destaca-se aqui as ações do Pe. Júlio Lancelotti da Paróquia São Miguel Arcanjo, com a igreja católica, que desde o início vem suprimindo as necessidades da população em situação de rua e atenuando a lacuna deixada pelo Estado na atenção a esta população (Figura7).

A Campanha “Quartos da Quarentena” foi um dos resultados da movimentação midiática liderada no nível nacional pelo Instituto Urbe Urges, pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e pela rede de ativismo “Nossas”. O resultado da campanha apontou que:

O Brasil tem mais de 2 milhões de leitos de hotéis com taxa de ocupação atualmente abaixo de 10%. E eles podem ajudar a salvar vidas! Queremos uma medida simples: que os quartos vagos de hotéis sejam disponibilizados para pessoas afetadas pelo vírus que não tenham condições de fazer isolamento domiciliar (QUARTOS DA QUARENTENA, 2020, s.p.).

Com intuito de amenizar a situação de rua durante a pandemia o movimento “Na Rua Somos Um”, encaminhou para a Prefeitura Municipal de São Paulo um ofício baseado no Decreto n.º 59.283/20 (SÃO PAULO, 2020a), que legisla sobre o estado de emergência sanitária e coloca as estruturas da cidade ao serviço da comunidade. Tinha como proposta a utilizar-se de sete mil vagas de hotéis para acolher a população em situação de rua. Em 30 de abril, o Prefeito Bruno Covas sancionou a Lei n.º 17.340/2020 (SÃO PAULO, 2020b), estabelecendo medidas de proteção da saúde pública e de assistência social contra o Covid-19. Em seu artigo 13 a Lei n.º 17.340/2020, prevê que o Poder Público poderá disponibilizar vagas de hospedagem em hotéis, pousadas, hospedarias e assemelhados para mulheres vítimas de violência, para profissionais de saúde e para a população em situação de rua, em decorrência da pandemia (SÃO PAULO, 2022b)).

Houve ainda propostas advindas da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que dispõem do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos de São Paulo (NDDH-SP), organismo que possui um grupo de trabalho especial para tratar da

população em situação de rua. O grupo agia no sentido de possibilitar o pagamento de aluguel social para toda a população em situação de rua enquanto perdurasse a pandemia e na disponibilização de prédios públicos não utilizados, como escolas, estádios de futebol, para abrigo temporário da população em situação de rua.

Dados do Boletim Completo da Fundação SEADE (2020), do final de setembro de 2020 mostram que o município de São José dos Campos já acumulava cerca de 17.075 casos e 427 mortes (Tabela 2).

Tabela 2 - Os 10 municípios com maior número de contágio por Covid- 19 até 26 de setembro de 2020.

MUNICÍPIO	CASOS	ÓBITOS	LETALIDADE (%)
São Paulo	288.081	12.547	4,4
Campinas	30.913	1.216	3,9
São Bernardo do Campo	24.463	899	3,7
Ribeirão Preto	21.396	717	3,4
São José do Rio Preto	21.393	584	2,8
Santos	21.030	624	3,0
Guarulhos	19.599	1.420	7,2
São José dos Campos	17.075	427	2,5
Santo André	16.075	593	3,5
Sorocaba	15.308	387	2,5

Fonte: Maciel; Silva e Souza (2020) - Fundação SEADE (2020).

O Plano Municipal de Assistência Social para o Enfrentamento à Situação de Rua (PMESR) foi celebrado em 2016, no município de São José dos Campos/SP, e já orientava a política de gestão municipal antes da pandemia do Covid-19. O Plano prevê efetivar uma série de serviços com o CRAS e CREAS, ampliando a cobertura, fortalecendo o atendimento às famílias como intuito de garantir possibilidades de inserção social, por meio do cadastramento no Cadastro único (CAD único).²⁷ Prevê, ainda, o fortalecimento da política de abrigamento, dividindo as 270 vagas para a população em situação de rua em sete abrigos conforme citamos anteriormente, Abrigo Famílias e Indivíduos, Abrigo Pop - Guararapes, Abrigo I – Ana Bonádio; Abrigo II – Vista Verde; 5) Abrigo III – Vila Industrial; 6) Abrigo IV – Centro; e 7) Abrigo V – Coronel Moraes.

Segundo dados levantados por Maciel, Silva e Souza (2020), em janeiro de 2019 o Projeto VIVA – Vivência, Inserção Valorização e Acolhimento, passou a atender a população

²⁷ Informação disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/media/49007/plano-municipal-de-assistencia-social.pdf>

em situação de rua do município. O projeto tem uma proposta de acolhimento diferente da tradicional, ofertando atividades como oficinas de artesanato e orientação profissional para capacitar e preparar estes indivíduos para a reinserção no mercado de trabalho. Tem como proposta, ofertar atendimento em grupo ou individual por equipe especializada. Além de café da manhã, almoço, café da tarde e jantar, banho, pernoites o projeto viabiliza o, acompanhamento psicossocial e a inclusão em programas como o Cadastro único (CADÚnico), de modo a possibilitar o acesso a diversos outros programas como o Bolsa Família e o auxílio emergencial do Governo Federal durante a pandemia.

Ainda segundo as autoras, o programa reordenou o serviço em quatro abrigos.

- ✓ VIVA masculino visa atender setenta pessoas, está localizado no bairro Monte Castelo e é composto por uma equipe de quatro técnicos de assistência social, um coordenador e 25 educadores distribuídos em turnos;
- ✓ VIVA feminino e LGBTQIA+ está na região central da cidade, tem capacidade para trinta pessoas e conta com uma equipe de técnicos de assistência social, um coordenador e educadores;
- ✓ Abrigo Institucional Viva Masculino para Pessoas com Limitações para Atividades de Vida Diária também está situado no centro da cidade e atende cerca de trinta pessoas;
- ✓ Abrigo Institucional Viva Famílias e Indivíduos está situado no bairro Vila Tesouro e se destina às famílias que estão em situação de rua, e pessoas vítimas de situações emergenciais de calamidade e de situações analisadas pelos CREAS do município. Este abrigo conta com uma estrutura para atender trinta pessoas.

Além do atendimento do Centro Pop, que está localizado no bairro Monte Castelo, e atende a população em situação do município e a população migrante.

Dentre as recomendações no combate ao novo coronavírus (Covid-19) vieram o processo de desenvolvimento das decisões estaduais. Porém, uma pressão do Ministério Público e a Defensoria Pública, promulgou uma recomendação direcionada à prefeitura municipal sobre à atenção à população em situação de rua destacando a importância na distribuição de equipamentos de proteção, álcool em gel e máscaras, bem como o uso de equipamentos públicos

para acolher as pessoas em situação de rua e a garantia de acesso a uma alimentação de qualidade em restaurantes populares.

Em abril de 2020 a prefeitura tomou como estratégia de atendimento a ampliação das vagas oferecidas nos abrigos, na intenção de garantir o acolhimento dos indivíduos abordados nas ruas pela equipe de apoio social.

Como medidas de enfrentamento a Covid-19 o município adotou as seguintes providencias:

- ✓ Abrigo Boas Novas passou a oferece mais trinta vagas;
- ✓ A criação de Instituição de Longa Permanência para Idoso (ILPI), destinada exclusivamente à população em situação de rua.
- ✓ A ampliação do número de vagas em abrigos de população de rua, contabilizando mais 24%;
- ✓ A abertura de mais 75 vagas para tratamento de dependência química voltadas especificamente a população de rua;
- ✓ Investimento em “recâmbio”²⁸;
- ✓ Criação de espaços de isolamento para casos suspeitos e confirmados de Covid-19 destinados a idosos acolhidos em ILPIs, quanto para os adultos em situação de rua;
- ✓ Intensificação dos serviços de limpeza, orientação sobre higienização e lavagem correta das mãos nos abrigos;
- ✓ Substituição da refeição servida nas instituições de acolhimento por marmitas;
- ✓ Testagem em massa das pessoas em situação de rua para a Covid-19;
- ✓ Restrições para entrada e saída dos abrigos para a proteção dos acolhidos;
- ✓ Separação dos idosos e doentes crônicos por meio do acolhimento em instituições separadas do público em geral, tendo em vista que integram o grupo com maior risco de morte no caso de infecção pela Covid-19²⁹.

²⁸ Expressão utilizada para o auxílio que a Prefeitura concede a pessoas em situação de rua para que possam retornar às cidades de origem, quando assim desejarem.

²⁹Mais informações em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2020/junho/03/sao-jose-dos-campos-realiza-teste-para-covid-19-em-abrigos/>.

Mesmo com a ampliação de vagas de acolhimento e do serviço ofertado, as medidas foram insuficientes para atender a demanda de acolhimento, considerando que, segundo levantamentos oficiais feitos em 2019, havia mais de 800 pessoas em situação de rua. Sem mencionar a população migrante que permaneceu no município sem qualquer atendimento de acolhimento.

Em maio de 2020, o município realizou ainda testagem em massa para Covid-19 na população em situação de rua. Na ocasião, segundo dados institucionais, a equipe de Apoio Social realizou cerca de mil abordagens. Nessa ação, tal como mostrado na figura 11, 284 pessoas abordadas foram caracterizadas como população migrante e aceitaram retornar a seus municípios de origem mediante a distribuição de passagens, e 184 aceitaram abrigo na cidade (MACIEL; SILVA; SOUZA, 2020).

Figura 11 - Ação da Prefeitura: testagem.



Fonte: Marinho, 2020.

Durante a abordagem social, as pessoas em situação de rua identificadas como advindas de outros municípios disseram ser atendidas no Centro Pop, onde recebem atendimento social e escuta especializada. Quando apresentasse alguma questão relacionada à saúde, era encaminhado à Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Durante o atendimento social era realizado o contato familiar caso possuísse laços familiares. Além disso, a esse indivíduo era oferecida uma passagem para o próximo município, pois muitos deles eram tachados como “migrantes”. A imunização dessas pessoas repercutiu na mídia e nas redes sociais. Apenas a publicação da Página Resgatando São José dos Campos – rendeu 1,5 mil curtidas, 129 comentários e 102 compartilhamentos.

Figura 12 – Carro da abordagem em campanha de imunização carro Apoio Social – 2020.



Fonte: Santos, 2021.

Moradores em situação de rua recebem vacina da Janssen. A vacinação, que conta com duas equipes da Abordagem Social da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão e enfermeiros da Secretaria de Saúde, percorre vários pontos da cidade - Teve início nesta quarta-feira (7) o processo de vacinação para moradores em situação de rua. O serviço, que conta com duas equipes da Abordagem Social da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão e enfermeiros da Secretaria de Saúde, percorre vários pontos da cidade.

A decisão de vacinar esse público com a Janssen, em dose única, é devido à dificuldade de encontrá-los, posteriormente, para a aplicação da segunda dose.

A imunização prossegue nesta quinta-feira 🧐, e se for necessário, na segunda-feira (12), das 7h às 15h.

Proteção

Adilson Teles Lira, que tem 41 anos, tomou a dose única nesta quarta. **"Tomar a vacina é bom para mim e bom para os outros moradores de rua também"**.

Simone Gonçalves, de 42 anos, também aprovou a iniciativa. Animada com a imunização, foi uma das primeiras mulheres a ser vacinada na Praça da Matriz. **"Agora estou protegida. Esta doença é perigosa, já perdi duas pessoas da família"**, afirmou, com um sorriso largo, possível de perceber mesmo com a máscara. **"Estou melhor agora, mais tranquila"**, completou.

(SANTOS, 2021).

A alta possibilidade de contaminação pelo novo coronavírus (Covid-19) e a fragilidade da população em situação de rua exposta a diversas desigualdades, nos despertam a ação e urgência de possíveis respostas ao desafio de lidar com a realidade da situação de rua durante e após a pandemia.

No livro *A cruel pedagogia do vírus*, Boaventura de Souza Santos (2020) destaca que “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros” (SANTOS, 2020, p. 15). O autor expõe uma preocupação de como seria a questão do isolamento para a população em situação de rua, uma vez que as ações e as políticas públicas destinadas a esta população já não tem sido favorável.

Mesmo com as diversas políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, nos cabe questionar qual o compromisso do Estado em implementar as ações que estão asseguradas por leis e diretrizes. Agamben (2020) chama a atenção para o período pós-pandemia, mostrando que pode aprofundar as ameaças a liberdade civil, pois há nesta questão uma forte probabilidade de o estado de exceção tornar-se modelo de normalidade governamental.

4.2 Relatos de vida de sujeitos inclusos pela marginalidade

Entendendo a partir de Certeau (1994) que o espaço só se constrói a partir das interações que nele ocorrem, abordamos aqui a história de vida dos sujeitos que constroem os espaços por meio de suas ações e existência transformando-o em território de vivências.

As histórias relatadas são singulares, porém, se misturam, pois para além de ter a rua como cenário destas interações, elas dividem experiências semelhantes, como a Participante 1 (doravante P1) que teve sua primeira experiência em situação de rua devido ao uso intenso de drogas ilícitas.

P1 residia em outro município e viveu uma vida muito difícil com a família, o pai sempre ausente, por trabalhar fora da cidade, a mãe mais rígida e fazia uso de álcool excessivamente. Na adolescência P1 teve seu primeiro envolvimento amoroso, e teve seu primeiro filho, porém foi abandonada por seu companheiro. A partir desse envolvimento P1 conheceu as drogas, chegando inclusive a administrar os locais de venda de drogas, chamados de “biqueira”. Como o passar do tempo P1 se mudou para São José dos Campos e o envolvimento com o mundo das drogas se intensificou, pois, sua segunda filha passou também a fazer uso e venda de drogas.

P1 relata que quase não ficava em casa, pois perambulava pelos bairros a noite toda e o dia todo usando e vendendo drogas. Conta que foi internada por diversas vezes em clínicas de tratamento para dependência química, porém, apenas em uma permaneceu o tempo determinado de tratamento e conseguiu ficar sem uso de droga por um tempo. Depois de passar por muitas experiências de vida, como rompimentos, privação de liberdade, morte dos amigos, decepções familiares, P1 foi ao fundo do poço se afundando cada vez mais nas drogas e

passando a “morar” na rua. P1 relata que na rua se vestia de homem, pois assim conseguia sobreviver. A história de P1 por muitas vezes cruzou com a história vivida por inúmeras outras pessoas em situação de rua, das mais diversas etnias, profissões e classe social.

Até que um dia seu corpo não suportou mais o uso intenso drogas e P1 adoeceu encontrando ajuda no abrigo feminino, onde recebeu, segundo seu relato, o apoio necessário de uma equipe humanizada para se recuperar e superar a questão do uso das drogas. P1 descreve que não foi e nem tem sido um processo fácil, porém, diz que a estrutura a qual lhe ajudou a recomeçar fez toda a diferença.

Teve um acontecimento que me marcou muito, tinha que representar o abrigo na Prefeitura, nós tínhamos um tema, tinha vários recurso, foi quando eu me sentei numa mesa no abrigo e começamos a conversar para escolher o tema, tinha várias proposta, ninguém queria no começo. Ai, dentro de mim, quem sabe eu posso fazer alguma coisa, fomos na reunião no Dandara³⁰. Nós começamos discutir qual seria o tema que nós iríamos apresentar, foi quando eu escolhi recursos humano. Quando eu escolhi recursos humano, cada grupo fazia um proposta foram muitas pessoas importante, cada uma pessoa falava um tema e depois era voltado, foi quando eu me levantei e falei, eu sou uma ex-dependente química, estou morando no abrigo já algum tempo, durante esse tempo eu vi meninas grávidas no uso das drogas. As crianças nascem com dependência química, elas choram sentem falta das drogas. Elas choram o tempo todo, sentindo falta das drogas e o dependente químico que cada vez estava crescendo a cada dia depois que todo mundo falou foi a votação, ali foi a minha primeira vitória, eu sentir que eu poderia mudar alguma coisa.
(P1)

A partir daí P1 passou a frequentar o Serviço Ambulatorial Especializado no Tratamento da Dependência Química em Mulheres e Adolescentes (SAMA) e a participar das atividades propostas no abrigo feminino fazendo com que novas oportunidades surgissem. Através dessas oportunidades P1 foi inserida no programa Pró-trabalho³¹, conseguindo assim alugar um local para moradia retomando sua vida.

No abrigo foi uma porta que Deus abriu, porque eu não tinha mais nada, só o dia e a noite. Andar sem parar, ficar presa num mundo escuro. Quando eu consegui entrar no abrigo, cheguei muito machucada, doente, coração inchado de tanta bebida. No abrigo eu encontrei muitos conhecidos principalmente as pessoas que andava comigo.... É um lugar onde a gente recomeça uma nova vida. Você tem tudo, banho, comida, café e internação,

³⁰ Nome da instituição que administrava o abrigo feminino na ocasião.

³¹ Programa oferecido pelo Município de São José dos Campos desde o ano de 2018, que consistia em oferecer uma oportunidade de geração de renda e cursos de qualificação com o intuito de preparar os bolsistas para o mundo do trabalho. Mais informações em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2020/dezembro/16/pro-trabalho-permite-que-bolsistas-escolham-qualificacao/#:~:text=Desde%20que%20foi%20criado%20em,%24%201.200.000%2C00>.

quando as pessoas não consegue sair das drogas sozinha. Até hoje eu me pergunto como eu consegui, vendo os meus conhecidos entrar e sair para usar drogas, mas eu lutava o tempo todo.

(P1)

Assim como a história de vida de P1 a de P4 também perpassa para além da rua, pelo mundo das drogas, da família desestruturada, do enfrentamento da morte de um ente querido e da desilusão amorosa.

A infância de P4 se passou na região rural de São José dos Campos, com seus irmãos e sua mãe. A ausência paterna devido ao alcoolismo e o acesso precário a bens materiais foram fatos determinantes na vida de P4.

Eu acho. O que essa pobreza extrema da gente. Aquela inveja de ver os primos com os pais. Sair, passear, ter um carro, né. A gente não tinha carro, só andava de ônibus. Passava mal na roça, tinha que ligar pra um parente que tinha carro para levar pro hospital, né?...

Minha irmã quebrou o braço uma vez, não tinha ninguém pra leva... não tinha mais ônibus, sabe assim.... Tipo, braço quebrado até que alguém, oh quebro! Vamos... não, pera aí que eu vou lá chamar não sei quem pra levar. Nisso ficou bastante tempo, horas dendi casa até levar pro hospital.

Acho que começou mais nessa questão, mesmo aí do... e quando você, e quando você não tem, né, bens.... Não tem dinheiro. Sua família não tem posses. Já é uma família, vamos falar assim, né, vamos falar desestruturada, acho eu me identifico mais com essa palavra... As pessoas, elas se afastam né! Ai você começa a andar com quem te quer!

Os amigos que eu tive, eu tive quatro amigos e todos eles eram usuários naquela época, só aqueles que usavam não achava estranho aquilo, mas Era Eu. Eu me sentia aceito naquele grupo. E aí eu comecei através dele que eu vi aqui essa questão, né? Do jeito de falar do jeito de sim por não trazia uma legitimidade, não é esta me concei assim. Foi assim que começou.

(P4)

P4 também relata que precisou lidar com uma grande perda, a morte de sua mãe, fato esse que o fez passar a fazer uso intenso de álcool e drogas, fazendo com que as relações familiares ficassem ainda mais difíceis. Aos 23 anos de idade P4 se casou e teve uma relação muito conturbada devido ao intenso uso de álcool e drogas, fazendo como que o relacionamento terminasse de forma muito difícil. E assim perdeu o emprego e tudo que já havia conquistado, o levando a precisar morar com o pai, quem ele não reconhecia como tal, ou com parentes e amigos.

Eu... eu lembro que eu lutei muito, sabe? Pra ficar de pé... para parar sozinho. Não queria, não queria pedir mais ajuda para ninguém, porque na realidade eu era só esculachado. Aonde Cé vai, né... é como a população de rua é hoje, que a gente tava conversando... ela é só... a População de rua é... é, é invisível, né? Uma população invisível perto dessas políticas públicas que tantos falam, mas é invisível, infelizmente. E... eu era um desses pros meus parentes, né? Eu era aquele que era causa.... puta, chegou na festa, né. Nossa.

Ele veio vai beber de novo, entendeu? Eu falei, eu não vou pedir mais ajuda para ninguém. Eu cansei de pedir ajuda. Daí eu, é... Não tinha mais aonde eu mora, porque eu não conseguia mais pagar aluguel, estava desempregado. Não tinha mais aonde paga... E falei, "não estou dando trabalho, cara... só estou dando trabalho pra todo mundo"., cê entendeu.... Aí tipo assim eu estou dando trabalho, eu estou dando trabalho e... Eu vou me jogar!! Eu falei desse jeito, eu vou jogar.

(P4)

E a partir daí P4 foi “morar” na rua.

Só que eu me joguei. Esse me jogar é pra rua! é morar na rua. Lá, pra zona norte mesmo ... ali, só que eu era muito conhecido. Dá todo mundo que me via. Pessoas que me conheciam né... tipo né... um cara que tinha carro, tinha isso, tinha aquilo....

... é tipo.... eu ficava com aquela cobrança... Aí eu falei, “ah não, aqui não dá pra ficar”. Na minha cabeça, não dá pra ficar... daí resolvi vir para o foco da droga, né, que é o Jardim Paulista, é o Centro.

Daí aqui eu fiquei quase um.... Não lembro se foi quase um ano.... Não foi um ano não.... não chegou a um ano não... Vou colocar ai uns 7 meses.... 8 meses..., não lembro agora exato.

Daí aqui eu fiquei, né? Na rua.... Banhado.... Santa Cruz... Jardim Paulista... Não gostava de ir pro Albergue (Abrigo). Nunca gostei. Eu dormi uma única vez no Albergue e nunca mais dormi.

(P4)

E na rua P4 relata que passou por algumas dificuldades como preconceito, frio, fome, vergonha de estar sujo e sem dinheiro. Para conseguir usar “sua” droga de preferência, pedia dinheiro às pessoas que passavam pelo local onde estava. Até que decidiu pedir ajuda a uma assistente social da equipe de abordagem para população em situação de rua, pois não conseguiu mais ficar naquela situação. P4 não esperava que a ajuda viesse tão rápido e no dia seguinte foi informado que iria para uma clínica de tratamento para dependência química, onde permaneceu por 6 meses. Na clínica teve a oportunidade de conhecer e conviver com pessoas que o ajudaram muito e que até hoje fazem parte de sua caminhada.

Ao término de seu tratamento P4 foi encaminhado à República³², permanecendo no local por cerca de 6 meses, retornando ao mercado de trabalho e retomando sua vida. Em seu primeiro trabalho pós-tratamento P4 relatou ter passado por situações de preconceito e discriminação, pois havia contado sua história a todos do local e dias depois fora dispensado acusado de um roubo que não cometeu.

³² Serviço oferecido durante a gestão dos anos de 2014 a 2016, que acolhia pessoas em situação de rua ou recém-saídas de tratamentos para dependência química em uma casa com número menor de acolhidos e que estivesse em acompanhamento social e encaminhados para o mercado de trabalho.

Aí conseguiu um emprego em uma loja de calçados... daí fiquei 2 meses lá teve um roubo lá... Sapato de R\$800... roubaram mais de 10 pares de sapato. Daí mandaram embora todos os novos e eu trabalhava na loja. Daí eu fui mandado embora.

A gente é boca aberta. Eu contei para todo mundo história que eu achava que uma história bonita... e aí todo mundo tem que entender de uma forma diferente. Aí eu peguei. Isso aí, mas beleza.... Depois de descobrir, puxaram pelas câmeras e viram que era o chefe da segurança do shopping, que entrava dentro da loja, pegava de madrugada, só que eu já tinha me mandado embora.
(P4)

Em seu relato ressaltou também a importância que o atendimento humanizado das assistentes sociais que o acompanharam fez em sua vida, a partir das oportunidades oferecidas materializadas nos programas de reinserção social, na escuta qualificada e na persistência.

A vida de P5 também se conecta as experiências vividas por P1 e P4.

P5 também teve uma infância difícil, sua mãe que era usuária de drogas e álcool a abandonou diversas vezes, levando a avó materna a se responsabilizar por ela e pelo irmão.

Minha avó contou pra mim.... minha mãe fala também porque a minha vo. Porque minha mãe também falava. Porque ela muito comigo... quando era bebê.... Ahh... tinha a Casinha do governo que chamava CDHU³³, fazia o mutirão e todo mundo ajudava unido. Cada um fazia a casa. Aí minha mãe está envolvido para ganhar a casinha também. Aí a minha avó, a minha vó achou estranho, a minha mãe 3 dias já não foi trabalhar. Aí minha avó foi na casa da minha mãe. Que era num lugar distante... cheio de mato... só calipeiro³⁴ minha avó conta. Aí, disse ao terceiro dia. Chegou lá, eu estava... estava deitada no chão. É... com a unhinha roxa, boquinha roxa. Eu fiquei um mês internada.

Ela deixou você sozinha, então ela me deixou sozinha para uso de substância química.

Aí a minha vó conta isso pra mim. E aí minha avó pegou... pegou minha guarda, a guarda do meu irmão. Minha mãe tem 5 filhos, os 5 filhos dela é um de cada pai. Ela abandonou todos.

(P5)

P5 relata que se casou e formou uma família, porém seu companheiro fazia uso de álcool e cocaína e ficava muito agressivo, chegando a agredi-la fisicamente diversas vezes. E relata que o companheiro a incentivava fazer uso da droga. Assim P5 passou a fazer uso frequente de álcool e cocaína, perdendo a guarda dos filhos, se divorciando e chegando à situação de rua.

Esteve diversas vezes em clínicas de recuperação, porém não conseguiu concluir os tratamentos, sempre retornando ao uso e à rua. Antes de vir para o município trabalhava em

³³ Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - empresa do Governo Estadual, vinculada à Secretaria da Habitação, é o maior agente promotor de moradia popular no Brasil.

³⁴ Eucaliptocultura Plantação de Eucalipto.

uma agência bancária na cidade de Taubaté, mas deixou o trabalho para seguir o companheiro “E”.

Ai ele, “E” meio que... brigou na casa que nós pagava aluguel. E como já tinha dado o aluguel, né?! O dono da casa... ele brigou lá com o dono da casa, estava alterado. Ai ele brigou que dono da casa. Ele chamou a polícia e eu saí com ele, né? Pra não dá problema. Ai foi quando eu. Sair, eu tava na rua, sair do serviço. Pra poder ficar com ele na rua que ele é meio descabeçado, né? bebe... bebe corotinho... briga.

Ai... agora me dá pra mim trabalhar mais... na rua sem tomar banho.

(P5)

P5 está em situação de rua em São José dos Campos há poucas semanas, descobriu que está grávida de 6 semanas e relata não poder frequentar o abrigo por não ser munícipe, dificultando assim o acesso aos serviços de saúde e um acompanhamento necessário para o bebê.

É, eu acho que o serviço oferecido é para população de rua, né? Mas eles não dão a devida atenção... que nem eu estava comentando com você... esses dias pelo fato de eu ter dormindo uma noite no albergue... que é o acolhimento, né? Eles me bloquearam do pop. (centro pop) E como eu tô em rua e estou grávida, eu preciso tomar um banho. E... Eu fui lá tomar banho naquele dia, você viu com apoio, veio me buscar. Eu voltei chorando porque não me deixaram tomar banho.

(P5)

P3 tem 45 anos e passou a maior parte de sua vida passando de abrigo em abrigo. Institucionalizada desde muito pequena, morou poucas vezes com sua família. A mãe abandonou a família quando P3 tinha apenas 3 anos, o pai não possuía estrutura suficiente para cuidar dos filhos, então decidiu vir de sua cidade natal, Paraíba, para a cidade de São Paulo, onde permaneceu com os filhos “morando” nos abrigos oferecidos na cidade até conhecer sua companheira se casar novamente e mudar-se para São José dos Campos.

Essa transição não foi muito fácil para P3 e devido as muitas brigas e problemas familiares, entrava e saía dos abrigos infantis, até que quando aos 13 anos fugiu do abrigo e nunca mais retornou, “vivendo” na rua.

Eu fui criada na rua, desde criança... um pouco na rua.... Um pouco no abrigo.

A minha mãe abandonou nois... quando eu era pequena.

Eu Eu fui pra rua... porque era muita briga dentro de casa... muita confusão... e eu fugi... fui embora.

(P3)

Com 18 anos passou a frequentar o abrigo destinado as pessoas em situação de rua, onde está até hoje. Na rua experienciou as mais diversas situações, como violência física e psicológica, preconceito, fome e também conheceu muitas pessoas que auxiliaram quando precisou. A principal dificuldade apontada por P3 sobre a situação de rua, é não ter a casa própria e um trabalho fixo.

A ausência materna na vida de P3 teve grande impacto, pois mesmo tendo conseguido encontrar a mãe biológica ainda relata com mágoa sobre a dificuldade em se relacionar ou ter um vínculo com a mãe.

Eu não tive vínculo com ela... difícil.... Não sei por que ela... não sei por que... eu acho que ela não me aceita, né! na minha cabeça eu acho que ela não me aceita como filha... não ta nem aí... não se preocupa...
(P3)

P3 continua frequentando o abrigo feminino do município, por vezes ainda vai para situação de rua e retorna ao abrigo, pois como a própria relata “*eu não consigo ter vínculo*”.

A história de vida de P6 está bem próxima da de P3. Proveniente da Bahia, P6 veio para São José dos Campos muito pequeno com sua mãe para tentar vida nova com mais oportunidades, porém a mãe faleceu quando P6 estava próximo de completar 12 anos, deixando-o sozinho sem meio de sobreviver, pois não tinha nenhum familiar na cidade. Assim P6 passou de abrigo em abrigo, fugindo, até completar 18 anos permanecendo em situação de rua desde então. P6 não gosta muito de frequentar o abrigo, diz ter “*muita gente e pouco espaço*”

Só fiquei no abrigo quando fiquei cego... a senhora lembra.... Porque não conseguia mesmo ficar sozinho e a gente precisava de ajuda né... mas foi só.
(P6)

Na rua P6 permanece na região do São Dimas, onde é muito conhecido pelos moradores e trabalhadores locais. Quando se solicitou que contasse sua história P6 preferiu não contar com a fala de que “*tem coisa que é melhor a gente não lembra, né?!*”.

Sua relação com o território que ocupa é repleta de significados, pois em cada esquina ou porta de comércio P6 estabelece uma relação, às vezes de confiança, às vezes somente de trabalho. Mas há sempre o respeito recíproco.

P2 tem história também de ausências e desamparo. Foi abandonado pelos pais assim que nasceu na cidade de São Paulo, sendo deixado em um orfanato e só aos 10 anos de idade teve sua certidão de nascimento, quando fugiu do orfanato para viver nas ruas.

É proclamado, por favor, você tem uma progenitora e você tem um progenitor... Não falo mais que que a progenitora e que que é progenitor. Pai e mãe. Mas cadê?... eles? Se me abandonaram...

(P2)

Para sobreviver nas ruas, vendia balas nos cruzamentos e semáforos. Assim foi se mantendo e circulando entre os municípios até chegar em Minas Gerais, onde trabalhou por um tempo em uma siderúrgica (que não soube dizer o nome). Quando retornou a São José dos Campos não conseguiu emprego e foi buscar ajudar no abrigo municipal, onde permaneceu até completar 65 anos, quando passou a receber sua aposentadoria através do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Chegou a alugar um local para morar, porém não conseguiu se manter sozinho, pois o valor do aluguel era muito alto e voltou para rua, intensificando o uso de álcool.

Seu local de permanência é a Rua Guararapes, assim conheceu uma pessoa que o ajudou deixando que morasse em sua casa (nas proximidades do abrigo), mas em contrapartida que P2 fizesse uma contribuição mensal (valor não mencionado) para manutenção da casa. Porém mesmo com este acolhimento P2 continua na rua.

A trajetória de P8 também perpassa pela migração. Marceneiro, natural da Paraíba, P8 chegou a São José dos Campos pelo trecho percorrido entre os estados em busca de uma oportunidade de emprego e uma vida melhor.

P8 possui familiares em sua cidade natal, e a princípio veio com destino à cidade de São Paulo para tentar uma recolocação no mercado de trabalho, porém, além de não ter conseguido um emprego ainda se viu na situação de rua, pois não tinha como se manter. Permaneceu em São Paulo por 6 meses e devido ao alto índice de violência contra as pessoas que dormem na rua, decidiu seguir o fluxo. Passou por diversas cidades, como Mogi das Cruzes, Santa Branca, Jacareí, e era sempre “expulso” por não se caracterizar como munícipe. Até que chegou em São José dos Campos, onde permanece a procura de uma oportunidade de emprego e recomeço.

Ao falar da família P8 se emociona, mas relata não pretender retornar: “*não tenho mais nada lá*”

Nas ruas do município P8 tem vivenciado com dificuldade a situação de rua.

A senhora viu né... como que as pessoas da prefeitura da cidade chega tratando a gente (referindo-se a um episódio em que agentes da SASC retiram seus pertences sem autorização). E eu não tenho endereço, como eu vou conseguir um emprego... vou dar endereço da onde? A gente não pode nem tomar um banho... dormir uma noite numa caminha quentinha.... Eles (poder público) acha que eu não sei que o dinheiro que paga o serviço também é meu

(P8)

Não diferente da situação dos demais, P7 também migrante, natural de Taubaté e em situação de rua em São José dos Campos há 2 meses tem dificuldades em sobreviver nas ruas.

Ah... já é difícil ficar na rua... e como a minha opção né?! (referindo-se a homossexualidade) fica ainda mais difícil... porque tem a questão do preconceito né...

(P7)

P7 relata possuir vínculos familiares fragilizados por sua opção sexual.

Quando a minha mãe e meu pai descobriu... que eu não gostava de homem... me colocou na rua... me mandou embora.. eu não pude nem pegar as minhas coisas... só depois que uma amiga foi lá e buscou meus pertences....

(P7)

Sem ter para onde ir, se refugiou na rua e nos abrigos de sua cidade, até conhecer sua companheira, munícipe de São José dos Campos que a incentivou a deixar sua cidade natal.

Nas ruas de São José dos Campos tem enfrentado muitos desafios e um deles é a dificuldade em conseguir acessar o abrigo por tratar-se de migrante. Assim, P7, sua companheira e seu cachorro têm permanecido na rua.

Uma questão que não se pode deixar de registrar é a forma reservada, sem contar muitos detalhes de suas vivências ou do lugar de onde vem, como a qual as pessoas em situação de rua classificadas como migrantes abordam sua história de vida. E a forma como sua história é muitas vezes descartada ao enquadrá-los em questões como, munícipe ou migrante.

Abre-se então um debate não menos importante sobre a identidade dessa população. A construção das identidades territoriais possui duas dimensões, uma ancorada na memória coletiva, construída em torno do passado para confirmar uma diferenciação e construir, com maior sucesso, uma identidade. E outra ancorada nos referenciais espaciais, tanto do passado como do presente que podem ter várias origens (HAESBAERT, 2007, p. 45). Essa discussão será realizada em profundidade na Seção 6.

5 CARTOGRAFIA SOCIAL DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: ENTRE FIXO E FLUXOS - O LUGAR DA TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS CIRCULATÓRIOS

As relações e as interações sociais entre os habitantes de rua são igualmente constituídas a partir do molde itinerante, em que as pessoas que compartilham do mesmo espaço passam a ter papéis familiares, bem como a relação com a vizinhança do território que ocupam.

Na rua a formação dos grupos que ocupam o território é formada usualmente de forma provisória temporal e espacial, onde várias formas de sociabilidade se manifestam. Nesta relação há comunhão dos objetos acumulados, sejam estes, comida, bebida, droga ou cobertor. Estas trocas efetivam uma particular rede de solidariedade que garante a circulação de objetos necessários à sobrevivência, que é descrita pelas pessoas em situação de rua como uma rede de ajuda, de sobrevivência. O ato de compartilhar a bebida alcoólica, o “corote” - que se trata de cachaça pura/vodca em alta concentração vendida em um pequeno barril de plástico, muito utilizada pela população em situação de rua, pelo baixo custo - simultaneamente, reitera aquilo que Brognoli (1999) define como um sistema de trocas materiais que demarcam posições de igualdade, “em contraposição ao mundo hierarquizado e competitivo dos que têm” (BROGNOLI, 1999, p. 86).

Essa reciprocidade por vezes é provisória e está ligada a uma série de fatores circunstanciais, pois as relações e interações entre a população em situação de rua estão inseridas em um contexto muito frágil, que pode a qualquer momento se desfazer, muitas vezes por causa da circulação constante ou pela disputa de território, que marcam espaços de reconhecimento social e sobrevivência. Para Magni (1994) essa reciprocidade ocorre em função de seus próprios interesses individuais, uma vez que essa circulação é parte dependente dos parâmetros sedentários que marcam a especificidade urbana:

Se a solidariedade, a ajuda mútua, a partilha do alimento, da droga, da cachaça, do calor dos corpos são, de fato, condições elementares dentre os membros deste subgrupo para sobreviver no mundo da rua, é preciso lembrar que ele interage com o conjunto social, cujo sistema de trocas visa sempre maximizar, barganhar, economizar (MAGNI, 1994, p. 171).

Diante de tais informações pode-se entender que a disputa espaço e tempo levanta a necessidade de reconsiderar a realidade vivida pela população em situação de rua a partir de

conceitos que permitam a análise desta realidade das mais diversas formas. E é por tal razão que Haesbaert (2007) questiona e desconstrói algumas questões acerca do território, buscando não restringir-se ao poder político “tradicional” do Estado como “entidade territorial”, mas, levando em conta os múltiplos sujeitos do poder; sem dispensar a materialidade econômico-política, mas levando em consideração a dimensão simbólico-cultural; e reconhecendo os territórios construídos por seu movimento, cuja parte fundamental é a rede a qual ele compõe, mas também por sua fixação e mobilidade.

Assim, o autor observa que, diante dos fluxos de informações as prerrogativas do Estado-nação são colocadas em xeque, entendendo que há uma crise na função da territorialidade diante da crise contemporânea que resulta no domínio dos processos de desterritorialização.

Embora o Estado se projete de uma forma universal no território, ele é construído historicamente e se afirma através das relações de poder advindas de instituições (família, escola, Exército) que ajudam a estabelecê-lo. É num ambiente de “descontrole territorial”, sob a hegemonia do capital econômico, que o papel do Estado é alterado, sobretudo, em relação ao seu papel político-militar: trata-se de controlar as massas de despossuídos, as populações no sentido proposto por Foucault (2008b), isto é, aqueles que são motivo de preocupação por sua reprodução biológica, representando uma ameaça à sociedade de onde derivam, seja pelo discurso de sua criminalização, e/ou do risco e da insegurança. É o que constitui a modalidade denominada por Foucault (2008b) de “biopolítica”, como trataremos na seção posterior.

O circuito de deslocamento urbano não é específico das pessoas em situação de rua. Para esta população a particularidade está em subverter o sentido de igualdade do espaço da rua ao uniformizar cotidianamente as dimensões pública e privada de sua vida. Criam cidades deslocáveis dentro da cidade, tomando de assalto a lógica urbanística com sua imagem composta de “subtrações” e o caminhar permanente, e relembrando incessantemente a característica plural do espaço urbano, em que lugares se criam por meio da disputa das fronteiras identitárias.

Para Frangela (2004) é neste cotidiano que as trocas simbólicas são reveladas por meio dos conflitos de racionalidades e uma incessante extorsão do significado dos nomes, monumentos e representações da ordem pública e os espaços da cidade transformam-se, assim, em suportes físicos de significações compartilhadas.

A população em situação de rua vive nas idas e vindas dos deslocamentos, moldando por meio de sua vivência e sobrevivência na rua uma territorialidade “delinquente” no sentido de que, a pessoa em situação de rua não se coloca à margem, ela vive nas lacunas dos códigos

que desmancha e desloca. A adaptação à vida na rua é, simultaneamente, o revés e o *continuum* dos códigos oficializados, constituída em contínua movimentação; é o privilégio do *percurso* sobre o *estado*. A constante movimentação dá a vida na rua um sentido, um cotidiano para seus habitantes, ajustando-se paulatinamente à sua visão de mundo.

É por meio do deslocamento pelo território da cidade que as pessoas em situação de rua afirmam sua existência e sua subjetividade, criando possibilidades de vida, ainda que a marca do estigma colocado pela sociedade ofereça a expulsão, a subtração e o preconceito. A circulação e o deslocamento criam algo mais que o reverso da ordem sedentária. Esses movimentos possibilitam a criação e articulação na vida das pessoas que usam a rua para morar.

Podemos então salientar o posicionamento inexato do Estado, que deve proporcionar uma abertura cada vez mais ampla relacionada ao capital financeiro e ao mercado e simultaneamente precisa conter com determinada seletividade o fluxo de pessoas. A relação entre uma “sociedade de insegurança” e as reconfigurações territoriais em jogo (a partir do controle de processos sociais por meio do controle do território) é discutida a partir de uma profícua interlocução com Michel Foucault (2008a). O autor chama a atenção para a determinação de uma sociedade disciplinar, pautada na disciplinarização dos corpos, para uma sociedade de segurança ou de controle, cuja ênfase está pautada no biopoder, que se resume no poder sobre a vida. E que as modificações dos territórios e espaços são realizadas a partir de um estudo das técnicas de poder que são elementos fundamentais na constituição destes.

Daí a importância dos arranjos e do ordenamento espacial, pois os dispositivos que instrumentalizam e medem a biopolítica de segurança são indispensáveis para o controle, seja ele por meio da circulação e fluidez do espaço ou das populações.

Haesbaert (2007), também traz um debate com Agamben (2010), afirmando que, na sociedade contemporânea, prolifera o *homo sacer* o homem sacrificável e, todavia, matável. Nesta condição denominada pelo autor de “vida nua”, as leis impostas pela sociedade e as leis de Deus são ignoradas e instala-se o chamado Estado de exceção, alicerçado como uma norma de território ambivalente, o campo, onde há a possibilidade de se sentenciar a morte de alguns, pela vida de outros.

Lançando mão da explosão dos guetos e favelas, Haesbaert (2007) pontua ainda que a situação de rua se trata de uma das grandes preocupações dos líderes contemporâneos, que acentua ainda mais o discurso da criminalização da pobreza. Para o autor, é por meio da desterritorialização em seu sentido mais absoluto que o território sofre uma perda e que os grupos subalternizados se tornam objetos de medidas de “contenção”, que é como o autor denomina os atuais processos de controle da circulação, em especial a questão relacionada aos

fluxos migratórios globais, por meio da construção de novos muros que separam a sociedade ou dos campos de refugiados ou de concentração. A necessidade deste processo de controle dos fluxos migratórios revela a debilidade dos mecanismos responsáveis. Sendo assim, o conceito de “contenção” pretende revelar a ambiguidade inerente às formas contemporâneas de territorialização, que envolve sempre a impossibilidade de reclusão integral, ou seja, seu caráter parcial, provisório e paliativo de fechamento.

As medidas e técnicas de procedimentos de contenção são dever e papel do Estado de segurança, porém, sabe-se que nem sempre o Estado é capaz de promover estes procedimentos, estimulando assim a propagação de “poderes paralelos”, como milícias e facções. Quando as leis de exceção se tornam regra, formam-se as “territorializações de exceção”, marcadas pela tentativa fracassada de controle das populações, reafirmando sua condição ambivalente de inclusão-exclusão. É neste sentido que se dispõe os novos muros, que em relação ao controle e sua eficácia deixa de exercer sua função passando a omitir as situações de insegurança, instabilidade e risco. O muro tem o papel de “evitação”, exercendo um efeito de bloqueio dos fluxos.

Assim, estar na condição de uma pessoa em situação de rua significa alterar o espaço urbano, enquanto território de vivências e ser alterado por ele. Não é naturalmente, uma identidade fixa, vedada e irredutível. A situação de rua, por vezes, pode ser temporária, mesmo que na trajetória da maioria, marque seu envelhecimento. Tampouco é um segmento que se reproduz de forma essencialmente geracional. Raramente uma pessoa que está em situação de rua desde sua primeira infância permanece na rua, na trajetória individual por longo tempo. A pessoa em situação de rua surge a partir de um processo de rupturas sociais na sua vida e do mergulho em uma experiência cujas práticas são transmitidas pelos que já se habituaram a esse modo de vida. Afirmado nas palavras de Magni (1994, p. 165) “A sobrevivência na cidade depende da transmissão e da experienciação deste conhecimento”.

Para Raffestin (1993, p. 143), o território é a apropriação concreta e simbólica do espaço onde “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa esse espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Assim, o território da população em situação de rua acontece sempre dentro das relações de poder e dominação, pois é formado pela multidimensionalidade destes sujeitos que definem e redefinem diariamente as relações que nele ocorrem. É expressão das correlações de forças que definem os contornos e os limites do território. Já a territorialidade é definida por Raffestin (1988, p. 265) como um “conjunto de relações mantidas pelo homem, enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade, com ajuda de mediadores ou instrumentos”. E pontua ainda que as

[...] relações com territórios concretos, mas também por relações com os territórios abstratos como línguas, religiões, tecnologias etc. Esta relação é então organizada segundo uma série de regras, comunicabilidade que está implícita na mesma relação societária (RAFFESTIN, 1988, p. 266).

Joel Bonnemaïson (2000) acredita que não há uma forma de construir um território sem que se passe do princípio de territorialização. Para o autor, há uma correspondência “entre os homens e os lugares”, entre “uma sociedade e sua paisagem”, que está “carregada de afetividade e exprime uma relação cultural” (BONNEMAISON, 2002, p. 91). Diante de tais informações, entende-se que não se pode compreender território sem ter como referência uma faceta multidisciplinar, como o universo cultural a qual os sujeitos estão inseridos.

Bossé (2004) nos apresenta uma dimensão de território mais subjetiva, relacionada a identidade dos lugares e os papéis que estes desempenham na consciência individual e coletiva, alicerçado na forma como os sujeitos constroem e percebem as representações e interpretações dos lugares sociais (BOSSÉ, 2004, p. 158).

Em relação a construção da identidade de território, para Bossé (2004, p. 169) o território “não é apenas ritual e simbólico, é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidade” e para Haesbaert (1999, p. 179)

[...] a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente por meio do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta”. E complementa que “as identidades só são territoriais quando sua estruturação depende da apropriação simbólica no/com o território (HAESBAERT, 1999, p. 179).

Para Haesbaert (2007) a formação da identidade territorial está atrelada a duas dimensões; a dimensão da memória coletiva, que é construída em relação ao passado e a dimensão espacial, que tem origem variada, mesmo que no passado ou no presente. A identidade de território é construída a partir de uma origem comum ou de origem grupal que tem como pilar o mesmo ideal. Podemos a partir daí afirmar que a identidade territorial surge de uma apropriação do espaço, em que se estabelece uma relação de pertencimento concreta e subjetiva, ao mesmo tempo, a partir da territorialização.

Le Goff (2003), Polak (1989), Oliven (2006) e Souza (2007), acreditam que existe uma forte ligação entre a construção da memória com a da identidade, baseando-se que a memória é o que legitima a identidade. Para além de um arquivo, a memória reinventa o passado e norteia a construção da identidade. Halbwachs (2006), enfatiza que não há memória coletiva que não

se desenvolva num quadro espacial e que estas memórias são sempre modificadas e redefinidas, transformando-se de acordo com a inserção dos indivíduos com outros grupos sociais.

O sujeito em situação de rua é caracterizado por diversos aspectos, entre eles é marcante a forma com que se vestem, seus gestos sociais, seus itinerários, os lugares que frequentam e a forma com que se relacionam com os meios em que convivem. A partir desses aspectos pode-se afirmar que a população em situação de rua está inserida em um lugar simbólico, que tem por consequência a ruptura de inúmeras regras de convivência que trazem malefícios e benefícios ao território por eles ocupado.

A pessoa em situação de rua é produtora incessante de rupturas permanentes nos códigos de convivência implícitos pela sociedade. Porém, esses códigos estão presentes também nas relações entre as pessoas que vivem em situação de rua, tais como: não é permitido ocupar o local de descanso do outro; cada qual tem seu local de trabalho na rua; o compartilhamento de comida, cigarro e principalmente do “corote” é essencial.

Para Ghirardi *et al.* (2005), esses códigos variam na forma com que cada grupo faz uso do território em questão, traduzindo o movimento transitório e permanente desta população. O que nos leva a refletir ainda sobre as diferenças que existem entre ficar na rua, como um ato de preservar e manter uma rede de relações de suporte; estar na rua, ocupá-la, que é o ato de estruturar um novo cotidiano no espaço público; e ser da rua, que é ter a rua como um local de “moradia”, é tornar este espaço seu cotidiano diário de moradia e de trabalho.

A vida de quem tem a rua como espaço de moradia tem seu cotidiano redesenhado regularmente por fatores externos, como por exemplo, sua privacidade que vai depender de como a relação estabelecida no território ocupada se dá. A vivência cotidiana da população em situação de rua produz diferentes modos de agir, se relacionar, de pensar e de sentir nos processos relacionais com a sociedade. Quando o suporte oferecido às atividades cotidianas não é sustentado faz-se necessário uma readaptação, que por vezes perde o sentido fazendo com que a pessoa em situação de rua não se sinta pertencente ao território escolhido.

A multi/transterritorialidade segundo Haesbaert (2007), daqueles que “vivem no limite” é abordada como uma forma de impossibilidade de superar e romper com estes limites, logo, fazendo-se necessário resistir, contrapor-se, transgredir seus efeitos. É o que o autor nos apresenta como “contornamentos”, que se trata de uma das implicações de “viver no limite” e é um conjunto de estratégias de fugir ou escapar sem de fato enfrentar as causas dos problemas. Ele atenta para o fato de não considerarmos essas táticas como apenas modos de sobrevivência, mas, em parte, como processos de resistência. Seria o “jeitinho (territorial) brasileiro”, a malandragem não romantizada, porém, reconhecida como uma arte da dissimulação, “essa

aversão aos limites claros [...] esse nosso falar verdades brincando” (HAESBAERT, 2007, p. 294).

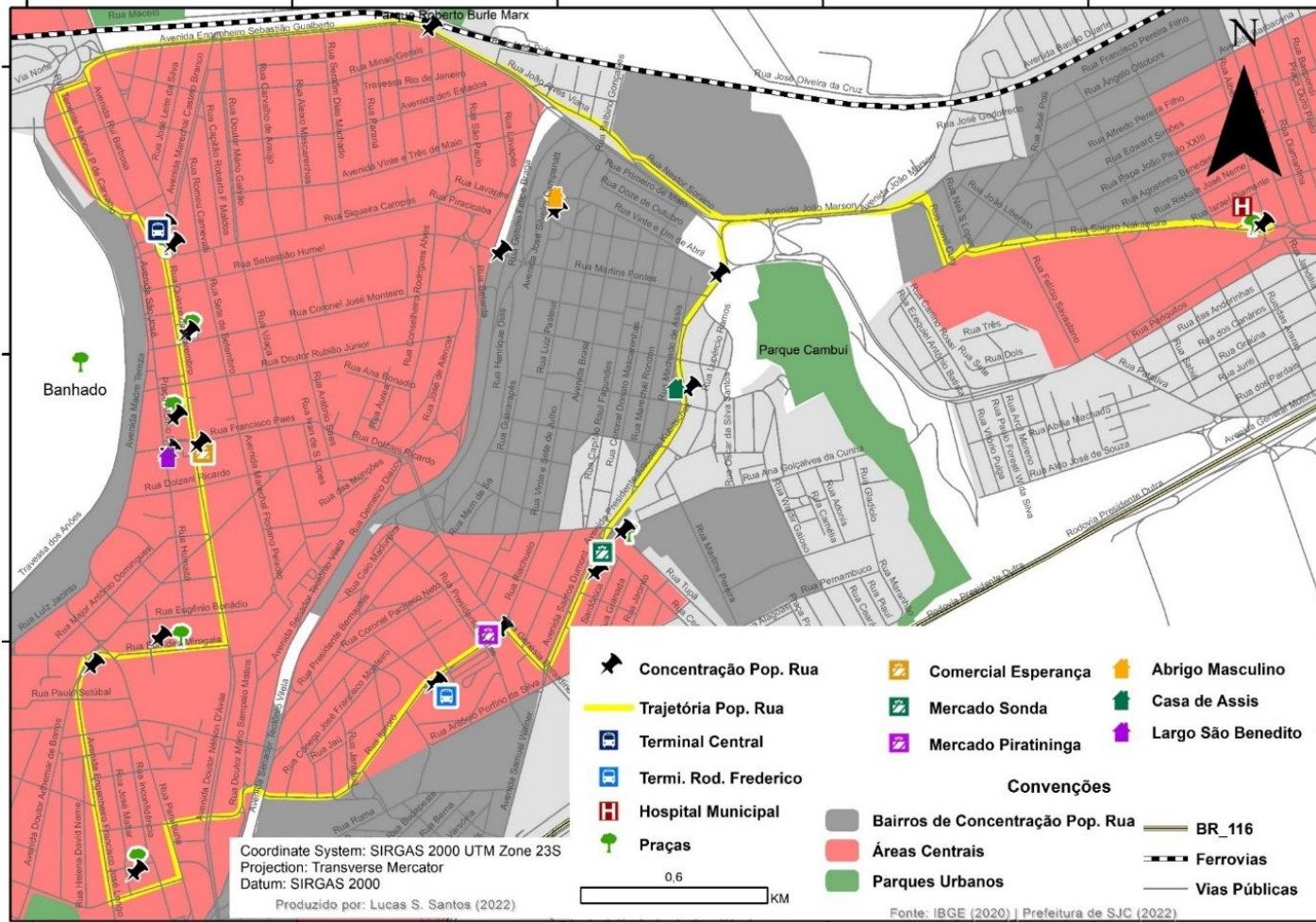
5.1 Cartografia da Experiência do “Circular”

A dinâmica da rua no contexto de vida das pessoas em situação de rua é composta por uma propriedade essencial: o deslocamento. Ele é parte importante dos mecanismos cotidianos da população de rua, na busca incessante de recursos ou em consequência da expulsão contínua dos lugares que ocupam. A intensidade da circulação varia com as condições necessárias para se adaptar ao território e ao espaço urbano e intensifica-se quando a indivíduo está na posição de *trecheiro*, que estende a circulação para outros municípios e estados seguindo o trecho e torna-se mais diluída com famílias que vivem debaixo dos viadutos e gradualmente formam favelas. Cria-se uma rede territorial na qual circulam sujeitos com diferentes intensidades de movimento que variam nas diversas experiências urbanas contemporâneas.

O Mapa 2 apresenta exatamente o fluxo³⁵ de movimentação da população em situação de rua em São José dos Campos, e os locais de grande concentração destas pessoas. É importante ressaltar que esta cartografia social foi realizada a partir dos relatos colhidos na entrevista realizada com P1, diante de sua experiência vivida nas ruas de São José dos Campos e por meio do acompanhamento e levantamento realizado durante todo o período de pesquisa.

³⁵ Assim é denominado a movimentação realizada pela população em situação de rua.

Mapa 2 – Mapa da circulação da população em situação de rua.



Fonte: IBGE (2020), Prefeitura de São José dos Campos (2022). Elaborado pela Autora (2022). Produzido por Santos (2022).

Toma-se então alguns relatos como forma de esclarecer o porquê eles representam a realidade que caracteriza a maioria dos indivíduos entrevistados. Seus depoimentos trouxeram experiências que mostram diversas situações de risco às quais foram expostos estando em situação de rua, confirmando também nossas premissas em relação ao direito à cidade e à ocupação do território pela população em situação de rua.

O ponto de partida cartografado no mapa é o terminal rodoviário central, que é um dos principais pontos de acesso aos bairros do município de São José dos Campos e, também, porque está localizado na região central próximo do centro comercial e que dá acesso aos principais pontos de concentração das pessoas em situação de rua. Este é também o ponto onde a circulação desta população se fecha, entendendo que este circuito se dá de diversas formas, através de trajetos longos e mais curtos, porém dentro do circuito apresentado. A circulação destas pessoas é feita sempre a pé, e na maior parte das vezes durante o dia, visto que o período noturno oferece maior insegurança, como relata a Participante 1

A gente que vive na rua circula mais durante o dia, de noite... de noite é complicado... de noite tem muito perigo... a gente não consegue dormir, de medo de alguém fazer mal pra gente... as vezes a gente que fazia uso de droga... a gente tava muito ruim e andava a noite inteira pra lá e pra cá.... Mas de dia, a gente anda pela cidade, principalmente pelo centro... pra... pra conseguir dinheiro... pra conseguir alguma comida...

(P1)

O Mapa mostra ainda a circularidade que as pessoas em situação de rua utilizam para sobrevivência, tais como: o deslocamento em busca de alimentação, descanso, banho, trabalho e, também para uso de drogas lícitas e ilícitas. Cada ponto cartografado apresenta suas características peculiares, como grande concentração de comércio, fácil localização, câmeras de segurança, meio de conseguir um trabalho informal, estar localizado próximo de algum abrigo municipal ou até mesmo próximo de um local que ofereça meios de alimentação.

Durante o deslocamento entre um ponto e outro é que as pessoas em situação de rua constroem sua rede de sobrevivência e interação. Muitas dessas pessoas que vivem na rua, são bem conhecidas pelos comerciantes, trabalhadores e moradores locais, mas nem sempre essas pessoas são “aceitas” no território por onde passam. Há espaços onde a expulsão das pessoas em situação de rua é frequente, e se dá por diversos motivos: insegurança; não aceitação; preconceito.

A circulação está atrelada principalmente a sobrevivência, pois é por meio desta circulação diária que as pessoas em situação de rua adquirem um saber sobre o território e

conseguem se articular para sobreviver. Tarrus (1993) chamou esse processo entre migrantes do norte da África na França de *saber circular*.

Também é possível visualizar no mapa que a concentração de pessoas em situação de rua, em sua maioria está vinculada a algum equipamento público, seja um abrigo municipal de acolhimento desta população, seja um hospital, terminais rodoviários, praças e supermercados. Fato este que chama a atenção mais uma vez em relação às estratégias de sobrevivência utilizadas por estas pessoas.

Ahh... a gente vai reconhecendo os lugar...vai observando enquanto a gente anda.... Tem lugar que dá pra dormi.... porque... porque é mais seguro, mais tranquilo e a gente não vai precisa sair correndo.... Agora.... tem lugar... tem lugar que se a gente passa perto.... já chama polícia... já chama guarda (guarda-municipal), já chama a abordagem... ou xinga a gente mesmo... joga água na calçada pra gente não sentar....
(P8)

Situações como a descrita por P8 são quase rotineiras no dia a dia das pessoas em situação de rua. Durante o período de observação dos locais cartografados e na vivência diária passando por esses locais, é possível constatar que a permanência das pessoas em situação de rua nos locais denominados públicos, é sempre interrompida por um “pedido” de saída do local. Principalmente em locais de grande visualização, como os comércios, viadutos, praças etc. O apoio social é sempre acionado e junto dele a guarda municipal, são responsáveis pela retirada da pessoa em situação de rua do local.

Durante o tempo dedicado à observação dos locais etnografados e ocupados pela população em situação de rua, foi possível refletir sobre o propósito dos diversos elementos destes espaços e o tempo que compõem os ambientes observados, as transformações que estes lugares sofrem ao longo do dia e da noite, com as mudanças ocorridas quando chove, faz frio ou faz muito sol, ou mesmo quando estes locais são palcos de alguma fatalidade. Uma das questões que devem ser distinguidas é a dissimetria na forma de vivenciar os locais, seja para o grupo dos moradores (das pessoas que têm suas casas no entorno desses locais), para o grupo dos passantes (o grupo de todas as pessoas que passam pelos locais, seja de carro, ônibus, caminhão, motocicleta, bicicleta ou a pé), e para as pessoas em situação de rua que ocupam o lugar.

Essas formas diferentes de vivenciar os espaços dizem respeito à propriedade transformadora da ação que convoca o lugar ao seu serviço. Ao mesmo tempo em que a ação de alguém toma um lugar para enunciá-lo como espaço, para torná-lo em espaço de sua existência, essa mesma ação reproduz o lugar, transformando-o em novidade, entendida por

Certeau (1994), como “[...] lugar praticado.” (p. 202), as práticas de espaço realizam e promovem o lugar. Portanto, quando abordamos aqui a ideia de espaço, esta refere-se ao espaço experienciado, não o geométrico.

5.2 Território ocupado, vivido e vivenciado

O local escolhido para iniciar o trabalho de campo, diante das informações colhidas com a Participante número 1, trata-se da rua onde está situado o abrigo municipal masculino – Viva Masculino, no bairro Monte Castelo e trata-se de um equipamento público destinado ao acolhimento de pessoas que se encontram em situação de rua no município. O abrigo Viva masculino oferece cerca de 50 vagas de acolhimento com banho, local para dormir e alimentação, além do atendimento social e psicológico e oficinas de artesanato.

A rua Guararapes é uma via estreita e pouco favorável à permanência de pessoas, pois a calçada não permite a presença de duas pessoas, por exemplo. A rua é de outra época histórica, faz parte do que se chama extensão do centro antigo, e há muitos carros em circulação e estacionados, possivelmente dos trabalhadores do abrigo e moradores. Em frente ao abrigo há uma pequena árvore utilizada pelas pessoas em situação de rua como guarda-volumes (figura 13). Também é um ponto de paradas para os animais, como cachorros que acompanham essas pessoas.

Figura 13 - Árvore em frente ao abrigo da Rua Guararapes.



Fonte: Autora (2021).

Nas proximidades do abrigo há também uma praça situada em um local de terreno íngreme, que contém diversas árvores e alguns bancos, onde pode-se notar a permanência de algumas pessoas em situação de rua que usam o local quando são impedidas de acessar o abrigo. Ficar próximas aos abrigos é estratégico, pois lá se obtém informações também privilegiadas. Forma-se uma verdadeira rede de informações, composta pelos diferentes saberes daqueles que vivem na circulação. As árvores são utilizadas como uma espécie de “guarda-volumes”, onde essas pessoas guardam seus pertences como cobertores, roupas, colchonetes e outros.

A primeira aproximação das pessoas que se encontravam no local, consistiu de fato, em uma prática regular de observação. Assim, escolhemos um ponto de observação e construía o registro do cotidiano no diário de campo. Desde o primeiro momento em que deixei minha presença à percepção, as pessoas ali presentes pareceram ter me notado como um acontecimento fora do comum. Em nenhum momento passei despercebida e em diversos momentos pensei que seria interpelada por algum deles, até determinado momento em que fui abordada por um dos rapazes que me reconheceu, pelo fato de ter atuado no serviço de acolhimento em outro período, anterior à esta pesquisa³⁶

Nas primeiras visitas de campo encontrei um local com muitos homens jovens e homens com idade entre quarenta e cinquenta anos; moradores de casas próximas ou outros bairros, que ali comercializam diferentes objetos e faziam também uso de drogas e álcool, se misturando às pessoas em situação de rua que aguardavam para acessar o abrigo. O abrigo Viva masculino assim como os demais, possui regras com horários que determinam quando se pode sair e retornar ao equipamento. São regras pré-determinadas pela equipe de gestão de cada abrigo juntamente com a equipe da SASC, onde destacam-se:

- ✓ Horário de entrada a partir das 16h;
- ✓ Horário máximo de acesso: até às 22h (sem acompanhamento do Apoio Social);

³⁶ Pode ser que a descrição do ambiente como um local que não oferecia qualquer segurança aos que ali passavam pareça forte. Porém, foi a primeira vez desde a minha graduação, quando iniciei minhas pesquisas com a população em situação de rua, que me senti insegura de estar naquele local. A situação de violência parece ter se aprofundado nos anos recentes. Em relação a minha presença nas proximidades do “abrigo Guararapes”, a primeira reação foi justamente a de curiosidade, estranheza e incômodo, pois o local estava sendo ocupado não somente pelas pessoas em situação de rua que aguardavam para acessar o abrigo ou que usam o local como moradia, mas também por homens e jovens que utilizavam o espaço para outros fins, como mencionamos acima. Sendo assim, minha presença destoava do cenário proposto. Uma impressão que tive, diz respeito às características do próprio ambiente. Em primeiro lugar, a sensação desconfortável de exposição, devido ao fato de que a incomum presença de alguém naquele lugar, onde nada justifica a permanência, e com o detalhe considerável de ser alguém do sexo feminino próximo de um abrigo masculino, atrai olhares. Em segundo lugar, a sensação de que estava em território alheio.

- ✓ Após às 22h, somente acompanhado do Apoio Social ou com autorização assinada pela Técnica Assistente Social;
- ✓ Não é permitida a entrada no abrigo estando alcoolizado ou sob efeito de drogas ilícitas;
- ✓ Não é permitida a entrada de qualquer tipo de objetos pontiagudos ou que ofereçam qualquer risco aos demais frequentadores³⁷;
- ✓ Em caso de envolvimento de brigas e agressões os envolvidos são convidados a deixar o equipamento;
- ✓ Em caso de qualquer desrespeito com os agentes educadores e/ou equipe técnica o usuário é convidado a deixar o equipamento.
- ✓ A partir das 7h da manhã os usuários tomam o café e precisam deixar o local. Salvo os usuários que desenvolvem alguma atividade oferecida no abrigo ou que apresentam alguma situação de saúde.

Sendo assim, é bem comum que próximo do horário permitido de acesso exista uma grande concentração de pessoas em situação de rua ao redor do local.

Antes das visitas conversei com algumas pessoas que conheciam e frequentavam o bairro Monte Castelo, perguntei sobre aquele local antes de ir observar a dinâmica que ali transcorria. Todos me disseram do contato dessas pessoas com drogas e a violência, e do grande número de assaltos que ocorriam frequentemente nos arredores do abrigo. Tais falas sempre finalizavam com a possível causa desse aumento na criminalidade ser devido à população que acessa o abrigo. O que não me pareceu muito fundamentado, devido à intensa circulação de outros passantes em meio aos atendidos pelo abrigo. Estas falas sugerem o estigma da violência que repousa historicamente sob a população em situação de rua confirmada na fala de Goffman (1982, p. 8) que conceitua que o estigma é uma “situação do indivíduo que é inabilitado para a aceitação social plena” e refere-se a “um atributo profundamente depreciativo” que é a condição de não possuir atributos considerados importantes por um grupo social. Para este autor existem três formas de estigma: deformidades físicas, deficiências motoras, auditivas, visuais, desfigurações do rosto ou corpo; características pessoais e comportamentais materializados a partir dos distúrbios mentais, comportamento político radical, desemprego, toxicodependências, vícios, prisão e os estigmas tribais relacionados ao pertencimento a uma

³⁷ Os usuários dos abrigos passam por revistas com detectores de metais e tem suas mochilas e bolsas igualmente verificadas. Quando identificado qualquer objeto ou álcool e drogas, o usuário tem é orientado a descartar ou não poderá acessar o abrigo.

raça, nação, religião. Assim, o conceito de estigma poder variar de acordo com cada sociedade, considerando que o que constitui um estigma em um grupo social não o é necessariamente em outro. E na realidade apresentada das pessoas em situação de rua, trata-se das mais diversas formas de estigma da violência.

A rua Guararapes é bem peculiar. Trata-se do final de um bairro que dá acesso a uma das principais vias da cidade, a Avenida Teotônio Vilela, que leva à rodovia Presidente Dutra e outras regiões da cidade. Em outra direção, a rua Guararapes cruza como um limite importante da região, situada no final de um trecho de importância econômica, com lojas, bares e supermercados ao longo de sua extensão. A rua também está próxima da rodoviária interestadual.

A rua costuma ser entendida como território de ninguém. Geralmente, as marcas de comportamento de posse territorial não comparecem nas relações entre as pessoas na rua. Mas essas marcas eram perceptíveis nos que ali permaneciam, no modo despojado que assumiam a sua presença na rua, pelos traços de seu interesse por qualquer acontecimento naquele espaço, pelo tipo de atividade que realizavam na rua, tais como dormir ou se vestir, e até pelo uso do local para venda e uso de substâncias lícitas, como álcool e ilícitas, como maconha.

Depois de um tempo, um dos rapazes, que chamarei aqui de “L”, me reconheceu, me chamando pelo nome. Tratava-se de um usuário do serviço para população em situação de rua de longa data, que reconheço desde que iniciei como estagiária em serviço social no então Centro de Convivência. Assim, “L” gritou meu nome e me permitiu a aproximação do grupo que era composto por aproximadamente dez pessoas que ocupava uma das calçadas. Alguns notaram minha aproximação e mostraram-se apreensivos, e muitos deixaram o local.

Iniciei uma conversa informal, quando notei a aproximação de um senhor, por volta de seus 66 anos, P2, também usuário do serviço para população em situação de rua desde muito antes do Centro de Convivência.

Conversamos acerca das situações atuais do abrigo, a queda na qualidade do serviço oferecido, pontuando que depois das mudanças ocorridas na troca de gestão dos serviços somente era oferecido aos usuários do abrigo o tratamento para dependência química e nenhuma outra oportunidade como inserção em programas de trabalho, ou inserção no auxílio aluguel para saída do abrigo. Falamos também da capacidade de atendimento, que mesmo com a ampliação divulgada pela prefeitura do município, faltavam camas para tantas pessoas que acessavam e que os quartos comportavam pessoas demais, cerca de 20 camas por quarto e que os funcionários, não eram como os das gestões anteriores, que tinham olhar mais humanizado, e outras coisas. Um fato interessante foi que, enquanto conversávamos pude notar que alguns

se afastavam, e alguns chegavam mais próximo da conversa para em determinado momento também participar ou para simplesmente entender qual era o meu papel ali. Sempre havia o questionamento sobre “quem era eu”.

Aproveitando o interesse de alguns, apresentei-lhes sobre a pesquisa de modo que lhes fosse claro, que minha intenção era conhecer um pouco de suas trajetórias morando na rua e suas experiências e a forma como se dava a ocupação daquele território. Disse também que isso faria a minha presença assídua entre eles, para observá-los e conversar com eles. P2 de imediato se propôs a contar sua história relatando ter uma história de vida incrível, uma vez que vive a situação de rua desde os 3 anos de idade.

Antes de deixar o local, combinei com P2 para nos encontrarmos no mesmo local para conversar melhor sobre a pesquisa e poder escutar um pouco mais sobre sua história. Retornei à rua Guararapes vários dias seguidos, porém não consegui encontrar com P2, ora porque estava em outro local, ora porque não tinha dormido na casa que está acolhido, o que é comum entre os usuários do serviço.

Nestes dias em que retornei à Rua Guararapes, notei que minha presença já não era bem-vinda. Por diversas vezes, percebi estar atrapalhando o fluxo natural do local. Mesmo só estando ali observando.

Depois destes episódios, retornei mais duas tardes à Rua Guararapes e o movimento de jovens rapazes advindos de outros bairros da cidade e da venda e uso de álcool, entre eles o “corote” que é comumente consumido pelas pessoas em situação de rua, geralmente os mais idosos e o “copão” (mistura de vodca de baixa qualidade com energético e gelo de coco) que é fortemente consumida entre a população mais jovem em situação de rua além da venda e uso drogas como maconha e a cocaína que eram consumidas ali no local, estava muito intenso. Aa rua Guararapes já não apresentava um ambiente seguro para continuar a realização das observações, pois quando tentava aproximação do grupo que ali se instalava era inibida com falas como “ninguém quer conversar com você não dona” ou “ta aqui pra vigia nois” “vaza daqui dona!” na intenção de que eu deixasse o local.

Em conversa informal com trabalhadores dos serviços destinados à população em situação de rua ligados à Secretaria de Apoio Social ao Cidadão (SASC), soube que devido a presença dessas pessoas ocupando a rua e da existência do abrigo Viva masculino na rua Guararapes, a SASC tem mediado muitos conflitos entre os moradores e o poder público, devido as marcas de ocupação produzidas por estas pessoas, que montam suas barracas feitas

de papelão ou madeirite³⁸ nas praças, calçadas ou embaixo do viaduto próximo; pela sujeira deixada nos locais onde se instalam e a constante presença de cachorros que as acompanham fazendo desse ambiente um espaço de vida (onde se dorme, se come, se brinca, se trabalha); ao passo que a permanência dessas pessoas nos arredores do abrigo também altera as práticas de espaço dos moradores, as quais, nesse caso, foram incrementadas de tecnologias de proteção com a utilização de câmeras de segurança; por meio da contratação de um segurança particular que percorrer as ruas em uma moto na tentativa de garantir alguma segurança, incrementando a segurança nos portões e portas e, principalmente, na grande movimentação para que o abrigo deixasse a Rua Guararapes.

Cerca de 850 metros da rua Guararapes, localizado na Avenida Juscelino Kubitschek está a Casa de Assis (figura 14).

Figura 14 - Casa de Assis.



Fonte: Autora (2022).

A Casa de Assis é uma fraternidade com o carisma de São Francisco de Assis, ligada à Igreja Católica, com a finalidade de resgatar seus valores fundamentais e que tem como princípio de vida a adoração a Jesus e o acolhimento dos pobres de rua em sua totalidade; jovens, mulheres e crianças. A Casa sobrevive de doações da sociedade para acolher as pessoas que necessitam de ajuda. Ao todo são 4 casas, localizadas na região Sudeste, a Casa Frei

³⁸ Madeirites ou compensados são madeiras modificadas formadas pela sobreposição de lâminas de madeira. É um material de baixo custo e de fácil acesso as pessoas de baixa renda.

Junípero no bairro do Putim, que acolhe pessoas com doenças mentais e físicas; na região Sul, a Casa Nossa Senhora Virgem dos Pobres do Santíssimo Sacramento no Jardim Satélite que acolhe mulheres; na região norte, a Comunidade Santíssima Trindade no bairro do Freitas, que acolhe famílias e por fim na região Central no bairro Monte Castelo a Casa (Mt,25), que acolhe homens.

Figura 15 - Logo da Casa de Assis.



Fonte: Casa de Assis³⁹.

O trajeto entre a Rua Guararapes e a Casa de Assis leva cerca de 15 minutos caminhando, e é trajeto frequente das pessoas em situação de rua, pois é neste local onde estas pessoas conseguem se alimentar quando não o fazem no abrigo. É também um trajeto que mesmo sendo em sua maioria residencial oferece às pessoas em situação de rua uma forma de conseguirem meios de trabalho, mesmo que informal, limpando um quintal, cortando a grama, aparando plantas, e também pedindo de casa em casa alguma ajuda.

A avenida Presidente Juscelino Kubitschek tem seu início no bairro Monte Castelo, próximo ao estádio de futebol Martins Pereira e segue até o encontro com a Avenida General Motors, passando por diversos bairros e sendo uma das principais vias de acesso nesta região à Rodovia Presidente Dutra, no sentido São Paulo e Rio de Janeiro, dando também acesso a região leste do município.

Por se tratar de uma avenida de tamanha extensão, o movimento de carros, ônibus e caminhões é intenso, o que acaba oferecendo determinada insegurança à população em situação

³⁹ Disponível em:

https://www.facebook.com/photo/?fbid=214376640922070&set=a.214376600922074&locale=pt_BR. Acesso em 20 nov. 2022

de rua. Mas, também, é nas suas proximidades que se localiza a Casa de Assis, onde se realizam refeição diária, assim, necessitam cruzar a avenida para poder pegar a refeição.

A Casa fica localizada no sentido zona leste da Avenida Juscelino Kubitschek e o local não dispõe de espaço suficiente para acolher esta população, quer seja somente para alimentar toda a população que comparece ao local. Ao longo da avenida e, principalmente, próximo à Casa de Assis verifica-se o grande número de estabelecimentos comerciais, em sua maioria, oficinas de carros e motos.

Assim como na Rua Guararapes, a presença da população em situação de rua é motivo de reclamações com o poder público, que inclusive levou os moradores das regiões próximas a Casa, a realizarem um abaixo assinado solicitando da prefeitura, a retirada da Casa de Assis do local, segundo informações colhidas com o responsável pela casa, pois, além estarem muito visível aos olhos dos comerciantes locais que tive contato durante o período de observação, traz insegurança, afasta seus clientes, além de sujarem a rua e ficarem deitados nas calçadas com seus pertences e animais, atrapalhando o ir e vir das pessoas que por ali circulam.

A Casa de Assis funciona o dia todo, mas é comum que nas tardes o local esteja fechado e não haja muitas pessoas em situação de rua no local, pois a concentração é no horário do almoço. Pude observar nas vezes que estive lá que algumas pessoas deitadas usavam cobertores, que cobriam inclusive suas cabeças. Fato que me chamou a atenção é que o local é somente ocupado pela população em situação de rua com um único fim, o de se alimentar. Já que a maioria dos que frequentam o local, segundo o responsável pela casa, em conversa informal, são de outras cidades ou estados, ou está bloqueado (impedido de acessar o abrigo por ter brigado ou desrespeitado algum outro usuário do serviço ou agente educador, ou cometido algum ato mais grave) ou impedido de acessar por um dia ou dois (por descumprir as regras como chegar no horário; não chegar alcoolizado ou alterado por alguma outra substancia) os equipamentos da prefeitura, não podendo assim realizar nenhum tipo de acesso, seja no abrigo ou no centro pop. O responsável pela casa de Assis, explicou ainda que são servidas cerca de 500 refeições diárias, entre café da manhã, almoço e jantar e que antes da pandemia da Covid-19, todas as pessoas eram acolhidas para realizarem a refeição dentro da casa, porém com a pandemia, isso não foi mais possível, devido a casa não possuir uma estrutura que garantisse a segurança necessária para proteger do contágio do vírus da Covid-19

O fim da tarde trazia mais movimento à avenida já que esta é responsável por ligar cerca de 5 bairros da região. Certa vez no trabalho de campo, me chamou muita a atenção um homem enrolado no cobertor que remexia a lata de lixo procurando por algo para se alimentar, como podemos ver na figura 16. Esta situação é representativa da Questão Social hoje em aberto e

nos traz a discussão da importância da oferta dos serviços de atendimento para população em situação de rua, sendo ela pertencente ao município ou procedente de outro município, com a oferta de banho, comida, acolhimento, atendimento social, conforme aborda Oliveira (2017), que em sua tese, desenvolvida neste município, analisa como as práticas de trabalho operam na vida das pessoas em situação de rua, em especial os determinados migrantes⁴⁰.

Figura 16 - Homem revira lixeira em frente à Casa de Assis.



Fonte: Autora (2022).

Passei vários dias observando o local e sua movimentação. Todos os dias por volta de 13h havia grande movimentação, pois era a hora de servir o almoço. Sempre se formava uma grande fila, que tinha início na porta da Casa de Assis e seguia pela calçada até a porta do mercadinho na esquina. A grande maioria das pessoas que ali estavam era de homens, alguns com vestimentas sujas ou com problemas físicos, como a falta de um membro ou utilizando muletas para se locomover, outros aparentemente com algum problema de saúde mental, fato este constatado na fala confusa e no comportamento oferecido aos demais; idosos; alguns carregando consigo objetos dos mais variados ou então seguidos por seus cães. Alguns se apresentavam cabisbaixos e com aspecto de desânimo, esperando apenas por receber uma comida. Outros conversavam com euforia entre si, fazendo brincadeiras ou provocações.

⁴⁰ Pessoas que procedem de outro município ou Estado.

Enquanto esperavam, os que estavam acompanhados de seus cães faziam questão do animal estar na sombra e ao seu lado, nunca perdendo o animal de vista. Quando recebiam a comida, ela era imediatamente dividida com o animal. Um fato interessante é que não somente as pessoas em situação de rua iam até o local para pegar um marmitex, mas também moradores dos arredores da “Casa”, em sua maioria idosos que, quando abordados, relatavam a dificuldade de se manter recebendo somente a aposentadoria ou até trabalhadores do comércio próximo trajando seus uniformes de trabalho.

De frente à Casa de Assis a avenida dispõe de um canteiro bem estreito que possui árvores pequenas onde as pessoas em situação de rua atendidas com marmitex utilizam para fazer suas refeições ou até se abrigar para descanso. A figura 17 é representativa desse momento. Meu ponto de observação era a mureta do canteiro, assim como os que ocupavam o local eu me sentava todos os dias ali, de um ângulo em que podia observar a porta de entrada da “Casa”, as pessoas a procura de comida e o ambiente envolto. Algumas das pessoas em situação de rua passavam por mim e me cumprimentavam “com um boa tarde” ou simplesmente com um aceno de cabeça e seguiam seu caminho, outras me encaravam, talvez curiosas para saber o que de fato eu fazia no local, afinal, eu nunca solicitei marmita e apenas observava de longe.

Figura 17 - Canteiro de frente a Casa de Assis que é utilizado pela população em situação de rua.



Fonte: Autora (2022).

Com o tempo, com indicações sólidas das pessoas que frequentavam a praça e que sempre me cumprimentavam, passei a fazer parte do local e a ocupar o território junto às pessoas que lá ficavam rotineiramente. Assim, todos que ali acessavam a “Casa” em busca de alimentação já me reconheciam como parte do ambiente e me convidavam a sentar mais próxima deles, me contando sobre suas vidas, suas dificuldades e necessidades.

Em um desses momentos, conheci o senhor “S” que me convidou para me sentar com ele do outro lado da rua para conversar. Atravessamos a movimentada avenida e nos sentamos embaixo de uma pequena árvore. Curioso em saber qual era meu papel ali, foi logo perguntando se eu era assistente social e que ele precisava de ajuda. Apresentei-me e confirmei sua suspeita. Aos poucos “S” foi falando de sua vida, e sua passagem pela situação de rua. Mesmo se recusando a me dar uma entrevista, pediu para me contar sua trajetória e suas experiências. No decorrer da conversa, “S” exaltava o orgulho que sentia de ter passado pelo programa Pró Trabalho, dizendo que foi uma oportunidade única que teve na vida. Relembrou com muita satisfação a época em que trabalhou no Centro Pop⁴¹, declarando que era muito querido pela então coordenadora do local, e que se sentia orgulhoso de ter sido seu braço direito. Diante de seu relato pode-se compreender a diferença que o reconhecimento faz na vida das pessoas em situação de rua e a importância das oportunidades, sejam elas de trabalho, moradia, estudo ou no simples fato de serem notadas.

Fato este constatado também na trajetória de vida de P1, que diante de sua saída da situação de rua teve a oportunidade de inserção no programa Pró Trabalho do município e conseguiu conquistar sua independência, alugando um local para moradia.

O pró trabalho foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida.... Eu pude sair do abrigo onde eu tava. Alugar minha casinha.... ter minhas coisinhas. Pena que estão (o município) acabando com essa oportunidade. Deixando a gente sem emprego, né!!? Esse programa ajuda muito a gente a recomeçar né.... tipo assim... a ter uma nova vida....
(P1)

Prates, Prates e Machado (2011, p. 194), acreditam que um dos principais fatores da situação de rua é o desemprego. Apesar da literatura apontar diversos fatores, o desemprego

⁴¹ Centro Pop é o Centro de Referência especializado para população em situação de rua. O Centro Pop é voltado às pessoas que fazem das ruas seu espaço de moradia e/ou sobrevivência, por meio de ações integralizadas, com foco na inserção social, no acesso a direitos e à proteção social; deve oferecer acompanhamento individual e/ou familiar e promover a articulação intersetorial com as demais políticas públicas, como saúde, habitação, segurança alimentar, trabalho e renda, favorecendo o convívio, a participação social, novos projetos de vida, fortalecimento coletivo e social, bem como da autoestima e autonomia (BRASIL, 2011).

ainda parece fator determinante nos “processos de rualização”, ou mesmo da manutenção dos sujeitos nessa situação. Os autores consideram que há uma contradição entre a importância do trabalho apontada pelas políticas públicas e pelas próprias pessoas em situação de rua e a dificuldade desse segmento em acessá-lo.

A partir do Decreto n.º 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), no contexto da política de Assistência Social, passa a se constituir como local para oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2011).

Dentre as ações previstas para inclusão produtiva, as articulações com as políticas locais de fomento ao trabalho, voltadas à capacitação/qualificação, bem como a oferta de informações sobre oportunidade e vagas de trabalho, figuram como possibilidades oferecidas pelo Centro Pop (BRASIL, 2011). Assim, refletir, organizar e articular estratégias acerca da inclusão produtiva das pessoas em situação de rua é papel fundamental dos Centros Pop na organização do acompanhamento desses sujeitos. Ressalta-se que não há um conceito explícito de inclusão produtiva no âmbito da política de Assistência Social, para se referir à inclusão no mundo do trabalho dos sujeitos que se encontram em situação de rua.

A perspectiva do trabalho como forma de conquista de autonomia e emancipação, que contribuem para a superação da rua, é reiterada pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), bem como pelos movimentos sociais que pautam a inclusão produtiva como forma sobreposta para superação do desemprego e da situação de rua (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009).

Enquanto conversávamos, fomos interrompidos muitas vezes por outros homens e mulheres que ali estavam e que também queriam ser ouvidos. A maioria vinha com algum pedido de ajuda, roupa, local para acolhimento, emprego, moradia. Todos relataram ser muito difícil e perigoso estar nas ruas do município. Fato esse que pudemos confirmar na fala de P5 quando foi entrevistada

[...] ...a gente arruma um lugarzinho mais seguro, que passa bastante gente, porque na rua tem muita maldade.

(P5)

Durante o processo cartográfico foi possível constatar que a grande maioria das pessoas que estavam em situação de rua procurava locais com determinada segurança, como câmeras do sistema de segurança do município, ou dos pontos comerciais que utilizavam para dormir,

sempre na perspectiva apontada por P5, de que ofereciam um pouco mais de segurança para permanecerem no local, evitando assim situações de grande risco pessoal.

P5 é uma das pessoas que frequenta a Casa de Assis para se alimentar, junto com seu companheiro “E” e P8 um colega de rua, que a acompanham. Todos os dias nos horários das refeições, eles deixam o local de ocupação, a Praça Capitão Pedro Pinto da Cunha, mais conhecida como a “praça da Paróquia São Judas Tadeu”, localizada na mesma avenida da Casa de Assis, a Avenida Juscelino Kubistcheck que fica cerca de 700 metros da Casa. O trajeto percorrido não é longo, porém, é estratégico para a sobrevivência destas pessoas, pois trata-se de uma avenida de grande concentração dos mais variados comércios, o que é propício para conseguir uma ajuda, sendo esta dinheiro, comida, vestimenta ou um trabalho mesmo que informal. Durante todo o tempo que permaneci no local observando e interagindo com a população que ali estava, era perceptível o desconforto por parte dos donos dos estabelecimentos comerciais ao redor. Muitos saíam a porta na tentativa de descobrir alguma informação sobre meu papel ali. Até que fui abordada pela proprietária de um mercadinho localizado ao lado da “Casa de Assis”, que perguntou qual era meu papel ali, e se isso traria uma solução para retirada dessas pessoas do local.

Em geral a sociedade enxerga a população em situação de rua como um grupo que oferece um determinado risco, e não como um segmento que se encontra em risco, isso talvez por suas vestimentas ou pelo contexto social que carregam consigo. Com isso o poder público, de forma geral, reforça a construção de um imaginário de uma sociedade do medo, que deve ser temida, que necessita ser controlada cada vez mais pela polícia. Principalmente quando confrontada com os interesses econômicos, essas pessoas em situação de rua são percebidas como um problema, enquanto, na verdade, o problema é a própria situação de rua.

Assim, os interesses econômicos se sobrepõem à dignidade das pessoas que se encontram em situação de rua, uma vez que não compõem o campo de produtividade capitalista, confirmado nas palavras de Deleuze e Guattari (1995, p. 213): “[...] Não há Estado democrático que não esteja totalmente comprometido nesta fabricação da miséria humana.”

Partindo dos efeitos colaterais intrínsecos do capitalismo neoliberal, Adorno (2004) afirma que as pessoas em situação de rua são “descartáveis urbanos” ou para Bauman (2005, p. 12) o “refugo humano”, caracterizados como um ônus social e um dos pontos paradigmáticos dos direitos humanos, porque viver em condições de extrema fragilidade social significa vivenciar maiores obstáculos de efetivação de direitos fundamentais, que nas palavras de Arendt (1989, p. 30) “[...] só em uma humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade.”

Durante o período de observação do local, pude conversar com diversas pessoas em situação de rua. Pessoas estas que ocupavam outras partes da cidade para dormir e que por lá passavam em busca de uma alimentação e qualquer tipo de ajuda que lhes fossem oferecidas. Tais fatos que nos revela muito da forma como a população em situação de rua se apropria e faz uso dos mais diversos territórios. Em uma dessas conversas pôde-se conhecer a história de “R”. Inicialmente seu relato era confuso e misturava-se às emoções pelo vivido e pelo “corote” que bebia. “R”, emocionado contava que sempre viveu na rua, porque nunca teve uma casa para morar e que por algumas vezes esteve no abrigo municipal, mas quando sua esposa veio a óbito dentro do abrigo, nunca mais quis retornar ao local e, desde então, dorme nas praças, casas abandonadas e até em um barraco feito de bambus e madeira que achara na região do Banhado⁴². Relatou que atualmente tinha uma companheira que também não gostava de ficar no abrigo, pois não há um abrigo que permita que os dois fiquem juntos, assim permaneciam na circulação entre um local e outro. Quando questionado em qual região mais circulavam, “R” disse ter preferência pela região central, pois era mais fácil conseguir meios de se alimentar e conseguir um dinheiro para a bebida de preferência, o “corote”.

Outros relataram sobre a dificuldade de acessar os serviços destinados às pessoas em situação de rua por serem provenientes de outros municípios ou estados. Relataram que passavam pelo atendimento com a assistente social no Centro Pop, mas eram sempre “convidados” a deixar a cidade retornando para o município ou estado de origem ou a ir para o município. Por vezes aceitavam a passagem para o próximo município, mas sempre retornavam para a cidade, pois “aqui a cidade tem mais oportunidade de vida”.

Pude constatar também que muitos que ali estavam eram migrantes, advindos de outros municípios ou Estados, e que também haviam pessoas que moravam no entorno da “Casa de Assis” e que retiravam sua refeição no local. Como o relato de uma senhora, que declarou estar com quase 70 anos e cuidava no neto deficiente e que o que recebia de aposentadoria não era suficiente para pagar as contas, aluguel e se alimentar. Fato este que também nos remete a precariedade dos serviços oferecidos à população em geral e também a discussão de uma situação social ao qual o cidadão precisa escolher entre morar e comer. O valor do salário-mínimo brasileiro no ano de 2022 é de, R\$ 1.212,00 sendo o valor que cerca de 60% dos idosos no país têm para sobreviver. Mesmo que por lei aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-

⁴² Banhado é uma região localizada na região central do município. O Banhado é formado pelo Rio Paraíba e sua várzea, delimitada por uma encosta semicircular que o caracteriza como fenômeno natural singular. Em 2002 a Lei Estadual n.º 11.262/2002 declarou como Área de Proteção Ambiental Estadual do Banhado a área de aproximadamente 9.100 hectares inserida no município de São José dos Campos, que corresponde à Concha do Banhado.

reclusão, pensão por morte e o Benefício de Prestação Continuada pagas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) não podem ser inferiores a um salário mínimo, este valor é insuficiente para que estas pessoas consigam ter acesso digno às questões básicas de sobrevivência, como moradia digna, alimentação, saúde etc.

Dados do IBGE mostraram que de julho de 2021 a julho de 2022 os gastos da população com alimentação tiveram um aumento de cerca de 14% enquanto os custos com habitação, água, luz, botijão de gás, aumentaram 9,57%. O encarecimento também impactou no acesso aos serviços de saúde, uma vez que os medicamentos tiveram alta autorizada de 10,8% para este ano.

Durante as conversas, foi possível identificar os locais utilizados pela população em situação de rua e suas funções. Por exemplo, descobri que o melhor local utilizado para descansar eram lugares com as câmeras de segurança utilizadas pelo município, câmeras do Centro de Operações Integradas (COI), pois de certa forma, ofereciam alguma segurança para um descanso mais tranquilo.

Segundo o Boletim Epidemiológico n.º 14, da Secretária de Vigilância em Saúde e do Ministério da Saúde, entre 2015 e 2017, no Brasil foram registrados 17.386 casos de violência direta contra a população em situação de rua. (BRASIL, 2019). O Boletim levantou ainda às formas de violência sofrida pelas pessoas em situação de rua, sendo com maior predominância a violência física, com 92,9%, seguida da violência psicológica e moral com 23,2% e a violência sexual com 3,9%. Os dados mostram ainda que essa violência é exercida em sua maior parte por autores desconhecidos com uma percentagem de 34,9%, seguido de amigos e/ou conhecidos, com 31,5% dos casos (BRASIL, 2019). Dados estes que comprovam o motivo pelo qual as pessoas em situação de rua têm procurado cada vez mais locais com câmeras de segurança para seu descanso.

Foi possível identificar ainda onde era possível conseguir comida com mais facilidade ou através das doações feitas por grupos de voluntários. Onde podiam conseguir um “bico” para levantar um dinheiro, e até onde eram os fluxos⁴³.

Uma das principais questões levantadas entre os que ali estavam era a do acolhimento e do atendimento. Relataram sobre a diferença em que os serviços destinados às pessoas em situação de rua faziam entre acolhimento institucional através dos abrigos serem somente direcionados às pessoas que comprovavam (com documento como a carteira de identidade) que

⁴³ Nome utilizado entre a população jovem para festas em locais públicos, como ruas e avenidas, onde há comercialização e uso de drogas e álcool.

eram municipais, e o atendimento oferecidos às pessoas que não se enquadravam na condição, denominadas migrantes. No atendimento social, segundo os relatos, era oferecido contato familiar, alimentação (café e pão), por vezes se era oferecido higienização (banho) e passagem de ônibus para retorno para o município de origem ou para seguir no trecho.

Relatos como a de P5 que, por ser migrante não pode acessar o abrigo, ou de P2 que recebe um benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), são comuns. Além de outros relatos de pessoas que preferiram não dar entrevista, mas que expressavam sua indignação na dificuldade em conseguir “*uma ajuda*” para pelo menos dormir uma noite no abrigo sem o medo e à exposição que a rua oferece.

É, eu acho que o serviço oferecido é para população de rua, né? Mas eles não dão a devida atenção que nem eu tava comentando com você... esses dias pelo fato de eu ter dormindo uma noite no albergue... que é o acolhimento, né? Eles me bloquearam do pop. E como eu tô em rua e estou grávida, eu preciso tomar um banho. E... Eu fui lá tomar banho naquele dia, você viu com apoio, veio me buscar. Eu voltei chorando porque não me deixaram tomar banho. Não, não... não consegui ter acesso lá...

(P5)

Eu... eu não posso entrar no abrigo.... eu tô bloqueado lá... porque... porque eu recebo benefício... um salário-mínimo... eu... eu não consigo morar sozinho...

(P2)

P7 também relata a dificuldade em acessar o abrigo porque é de outro município.

Eu e “Z” e nosso bichinho, nós não tem pra onde ir. Eu sou migrante né.... e não posso ir pro abrigo... a “Z” pode, mas a gente ta junto. A gente queria só um lugar pra dormir sossegada e guardar nossas coisas... A gente fica ali perto da rodoviária (Interestadual), no paredão. O centro pop não tem onde guardar nossas coisa... rouba tudo... A gente vem aqui na Casa de Assis pra comer e volta pra la.

(P7)

Da Casa de Assis, seguimos para o próximo ponto cartografado, a Praça Capitão Pedro Pinto da Cunha, localizada no Jardim Paulista, considerada região central da cidade e mais conhecida como praça da Igreja São Judas, justamente por abrigar em sua extremidade a Igreja São Judas Tadeu (figura 18). A igreja é católica e tem papel importante no dia a dia das pessoas em situação de rua, pois é também através dos movimentos pastorais e das doações feitas pelos que frequentam a igreja, que as pessoas em situação de rua conseguem sobreviver. O

simbolismo do local religioso traz às pessoas que permanecem no local uma segurança de serem respeitados e de não serem expulsos do local, conforme relata P5:

As pessoas ali da igreja respeita a gente... quando a gente entra lá pra usar o banheiro ou até pra rezar... eles não tira a gente de lá não. As vezes quando a porta ta fechada e a gente precisa entrar, eles abre pra gente... o pessoal respeita a gente.

(P5)

Figura 18 - Praça Capitão Pedro Pinto da Cunha – Praça São Judas.



Fonte: Souza, 2018.

A praça da Igreja São Judas ocupa uma parte muito importante do bairro Jardim Paulista, pois dá acesso à Avenida Juscelino Kubitschek, a via Dutra e a rodoviária interestadual. Há uma grande fonte no início da praça, e muitas árvores e grandes bancos de alvenaria que abrigam não só as pessoas em situação de rua, mas também pessoas uniformizadas ou não, trabalhadores locais, que usam os bancos para seu descanso. Em seu entorno há uma grande concentração de comércio dos mais variados tipos, como posto de gasolina, açougues, lanchonetes, lojas de roupas, sapatos e artigos para casa, padarias, supermercados e bancos.

Há também um supermercado de um lado e um posto de gasolina do outro, o que resulta em grande movimento de pessoas passando pela praça durante todo o dia. A praça abriga um ponto de taxi, que por estar localizado bem próximo à Rodovia Presidente Dutra. A rodovia tem uma extensão total de 402 quilômetros, e tem início no Rio de Janeiro e terminando na Ponte Presidente Dutra, no acesso à Marginal Tietê, em São Paulo, com movimento intenso de caminhões, ônibus, carros e motos.

Com a movimentação intensa de pessoas que passam pela praça, seja para irem à igreja ou ao supermercado, as pessoas em situação de rua que ocupam este território parecem fazer parte do mesmo movimento de ir e vir. É possível identificá-las rapidamente pois elas ocupam a parte inicial da praça, com seus pertences pessoais, mochilas, papelão, cobertores e um cachorro.

Normalmente, os grupos que ocupam a praça são compostos por 8 pessoas, entre homens e mulheres que, assim como os passantes, se movimentavam entre a praça, os pontos de comércio, o supermercado e o posto de gasolina, em busca de algum alimento, um “bico”, trabalho informal, ou abordando alguns passantes na esperança de conseguir algum dinheiro.

Verifica-se também pela forma de ocupação do território da praça, seja utilizando o local para dormir, seja usando a fonte para higiene pessoal, formas de paradas e nas afirmações de que aquele local era até mesmo considerado local de “moradia”.

Por esse motivo, a circulação do carro do Apoio Social, serviço de apoio e abordagem das pessoas em situação de rua, é intenso na região, e por diversas vezes o grupo foi abordado pelos educadores do apoio social e até mesmo pela guarda civil do município, na intenção de retirá-los do local. Durante o tempo dispensado a descrição do local, pode-se acompanhar algumas dessas ações de “abordagem” realizadas, algumas vezes pelo Apoio Social e algumas vezes pelos funcionários responsáveis pela SASC acompanhados da guarda civil, e em todas as ações de abordagem as pessoas em situação de rua são “convidadas” a deixarem o local.

O público da praça é quase sempre o mesmo que encontramos na mediações da casa de Assis. Homens em variadas faixas etárias, sempre em circulação com seus objetos e cachorros, o que nos faz identificá-los como pessoas em vulnerabilidade social na primeira observação.

“E”, por exemplo, na praça pode ser vista sob efeito de álcool e por isso bem alterada, ameaçando e brigando com os outros integrantes do grupo. “E” é usuária antiga dos serviços destinados a população em situação de rua, por isso é conhecida por todos técnicos e educadores do Centro Pop. Numa ocasião que me reconheceu passou a se sentar ao meu lado durante todos os dias que estive presente no local, fazendo com que os demais integrantes do grupo se aproximassem também, contando suas histórias, dificuldades e a forma como enfrentavam na rua, como o frio, a exposição a violência, a dificuldade de aceitação das pessoas ao redor e muitas vezes o preconceito que sofriam por estarem na rua e a forma como enfrentavam a situação de rua. As histórias eram de atores diferentes, mas se cruzavam, pois tinha em comum para além do território rua, elas compartilhavam o rompimento, a ausência da família, a ausência do Estado, desilusões. Mas as histórias contadas ofereciam também situações de solidariedade, amor, esperança e sonhos.

Em uma dessas ocasiões presenciei uma ação da Secretaria de Apoio ao Cidadão (SASC) acompanhados da Guarda Municipal, na intenção de retirar o grupo da praça. No dia dessa abordagem, eu estava sentada realizando minhas anotações junto a um pequeno grupo de pessoas em situação de rua, P5 e “E” conversavam comigo sobre suas necessidades diárias, quando avistamos o carro da prefeitura estacionar na praça junto a um carro da guarda civil. Na ocasião além de P5 e “E” havia dois grupos, um composto por dois homens com idade em torno de 30 a 40 anos, que dormiam em cima de seus papelões envoltos em cobertores e o outro grupo um pouco maior composto de 6 homens mais jovens e entre eles P8 e o companheiro de P5.

Com a chegada da guarda civil o grupo mais jovem se dispersou rapidamente levando consigo seus pertences, papelão e cobertores, ficando somente o grupo composto pelos dois homens mais velhos que dormiam e foram abordados. Ação impetuosa e truculenta, em que os agentes da SASC com um saco preto na mão iam recolhendo os cobertores e pertences das pessoas em situação de rua que ali estavam, enquanto a guarda municipal fazia a segurança, munidos de seus cacetetes, observando e acompanhando de perto a ação dos agentes da SASC. Esse acontecimento fez o grupo se aproximar ainda mais de minha presença no local, fazendo denúncias e reclamações de ações recorrentes que traziam medo e insegurança aos que ali estavam. Confirmado na fala de P5 e P8.

[...] vem a prefeitura, tira a nossas coberta e joga fora e fala que não pode ficar aí ... né?”

(P5)

Pela gente se de outra cidade a prefeitura quer mandar a gente embora... eu só quero uma oportunidade. Quero trabalhar. Eu sou marceneiro, não sou... não sou vagabundo não.... Ai eles trata a gente igual vagabundo, pegando as coisa da gente... quando eles chega, eu levanto e vou saindo...

(P8)

Fazendo uma complementação a discussão, verifica-se que matéria do Jornal G1 – também publicada pelo página do *Facebook* “Resgatando São José dos Campos” toma ar de ineditismos.

Prefeitura de São José terá que indenizar morador de rua que teve pertences recolhidos.

Morador teve pertences recolhidos em ação da prefeitura e moveu ação na justiça pela devolução. Gestão foi condenada a pagar R\$ 700 pelos itens e R\$ 5 mil por danos morais.

A Justiça condenou a Prefeitura de São José dos Campos a indenizar em R\$ 5,7 mil um morador de rua por danos materiais e morais. O processo foi movido

contra a gestão depois de uma ação com pessoas em situação de rua em que agentes recolheram roupas e pertences do homem sem autorização.

A ação foi em 2019 na praça Duque de Caxias no Jardim Paulista. De acordo com o **morador de rua, onde funcionários da Urbam (Urbanizadora municipal) em parceria da Guarda Municipal**, recolheram duas barracas. No espaço, tinham três calças, um par de tênis e uma mala de viagem pertencentes ao morador de rua.

O homem contou à Justiça que fez um boletim de ocorrência pela recolhida dos pertences e pediu à prefeitura a devolução, mas com a recusa recorreu à Defensoria Pública.

À Justiça, pedia a devolução de duas barracas no valor de R\$ 120 cada, três calças femininas cada uma no valor de R\$ 100, um par de tênis de R\$ 250 reais e uma mala de viagem grande no valor de R\$ 120.

Inicialmente, a Justiça indeferiu o pedido do órgão da devolução dos pertences. Mas a Defensoria recorreu e conseguiu a condenação da gestão por danos morais e materiais.

“Ficou provado que agentes municipais apreenderam bens pertencentes ao autor e esse fato jurídico deve ser analisado à luz dos princípios legais e constitucionais aplicáveis a todas as pessoas, independentemente de possuírem ou não um lar, estarem ou não inseridas na sociedade de consumo, uma vez que para o mundo jurídico não há cidadãos de ‘segunda classe’, mesmo que esses sejam desprovidos de recursos mínimos à sobrevivência digna”, afirmou no acórdão a Relatora, Desembargadora Laís Helena de Carvalho Scamilla Jardim. Com isso, a Justiça condenou a gestão a pagar R\$ 710 pelos itens levados e R\$ 5 mil de indenização por danos morais.

A reportagem do G1 acionou a prefeitura, mas não obteve retorno até a publicação (G1, 2021).

Para superar acontecimentos como este que a situação de rua quase que impõe, é comum o relato que muitos fazem sobre o uso de álcool e outras substâncias ilícitas para, de certa forma esquecer ou amenizar a situação. Segundo P2

Eu bebo... bebo pra esquecer... bebo... porque eu gosto... se eu num bebo eu... eu fico até tremendo, olha.... Quando a gente ta nessa situação... a gente... a gente, não que lembra.

(P2)

Durante a noite o ambiente da praça é diferente. O movimento intenso de carros e ônibus e pedestres dá lugar a um movimento mais tranquilo, quase que sem pressa. Na praça no período da noite, seus únicos ocupantes são as pessoas em situação de rua, que usam o local para dormir e os voluntários⁴⁴ que chegam e vão embora, oferecendo comida, cobertores ou uma palavra de conforto ou de ajuda para incentivar o não uso de bebidas alcóolicas e drogas.

⁴⁴ Voluntários estes dos mais diversos grupos, ligados na maioria das vezes a igrejas evangélicas, católica e protestantes. Há também os grupos que não estão ligados a religião e que se organizam para realizar este tipo de trabalho voluntário. Em levantamento realizado por esta pesquisadora, pudemos identificar cerca de 15 organizações que fazem distribuição de alimentos as pessoas em situação de rua.

Por volta das 22h o grupo começa a se ajeitar para dormir. Há sempre alguém do grupo que ainda fica por mais tempo acordado, como uma espécie de vigia, para que os demais possam descansar. O Apoio Social já não se faz presente com frequência nesse horário, “somente se houver alguma denúncia”, disse um dos integrantes do grupo, ou se o tempo estiver frio ou chuvoso demais.

A noite na rua, oferece muito assim... muita violência. Principalmente pra gente, nós mulheres. A noite eu nem dormia... eu ficava... ficava perambulando por aí, porque eu tinha medo de alguém fazer mal pra mim... Quando eu tava muito cansada, eu ia... ia para casa de algum amigo pra poder descansar.

(P1)

... medo de ser assaltado, né? É o efeito da droga, né... o cara, tá sob efeito ele vai, né? Pode tirar uma faca... isso que... aquilo... E o medo né... um medo de alguém fazer alguma coisa, né? Eu tinha muito medo de... Eu não tinha medo das pessoas que moravam na rua comigo. Meu... eu me dava... chegava a ter uma conversa legal com todo mundo, mas eu tinha medo da polícia. Eu tinha medo do.... Sabe... de... Abordagem policial de madrugada. Alguém te matar, entendeu? Porque a gente via essas questão, não é?

(P4)

Seguindo o fluxo indicado pelas pessoas em situação de rua, o próximo ponto de observação é o Terminal Rodoviário Intermunicipal Frederico Ozanan, mais conhecido com a “Rodoviária Nova”. Como pode-se observar no mapa 3, trata-se de um trajeto de cerca de um quilometro e que requer cerca de 15 minutos de caminhada.

Todo o percurso é composto por supermercados, postos de gasolina, lojas e outros tipos de comércio, o que compõe um cenário atrativo à população em situação de rua, como meio sobrevivência, seja para trabalho, para conseguir alimentação ou para levantar algum dinheiro. E por este motivo, também, a região que liga a praça a rodoviária é muito frequentada pela população migrante.

Figura 19 - Entrada do Terminal Rodoviário Intermunicipal Frederico Ozanan – “Rodoviária Nova”.



Fonte: SILVA, MACIEL e SOUZA (2020).

Figura 20 - Kombi do Apoio social em frente ao Centro Pop.



Fonte: SILVA, MACIEL e SOUZA (2020).

No primeiro dia de observação neste local era feriado e por esse motivo a movimentação na rodoviária era maior. Por ser feriado, o Centro Pop que atende a população em situação de rua estava fechado e apenas as Kombis do apoio social funcionavam. Na ocasião, havia duas kombis no local como os agentes educadores.

Uma imagem que chamou muito atenção, na calçada que dá acesso tanto ao Centro Pop como à entrada da Rodoviária, próximo as kombis do apoio social estacionadas, havia uma fila de pessoas em situação de rua, que se acomodava lado a lado, com seus pertences e camas de papelão improvisadas, com seus cobertores. Algumas dessas pessoas eu havia avistado na fila de refeição na “Casa de Assis” nos dias em que estive por lá.

As pessoas que passavam pelo local eram obrigadas a desviar daquela ocupação da população em situação de rua e era perceptível que isso incomodava. Muitos passavam resmungando sobre a necessidade das autoridades tomar alguma atitude, outros mostravam-se sensíveis a situação, parando e oferecendo ajuda ou alguma coisa para comer. Porém durante o período que estive no local, ninguém se aproximou para oferecer qualquer ajuda ou até mesmo para retirar as pessoas do local.

Habitualmente o dia a dia da “Rodoviária Nova” é movimentado. A rodoviária é administrada pela empresa Socicam e recebe diariamente mais de dez mil pessoas. Desde sua fundação, em 1989, tem integração direta com linhas interestaduais para dentro e fora de São Paulo, até longas distâncias como cidades do nordeste brasileiro. Atualmente, conta com mais de 25 empresas de ônibus parceiras.

Entre chegadas e partidas, quase não se pode notar a presença de algumas pessoas em situação de rua que por ali circulam. Raras vezes se observa algum viajante sendo abordado por uma destas pessoas na intenção de conseguir algo para comer ou algum dinheiro. Este fato se dá porque os seguranças contratados pela empresa que administra a rodoviária frequentemente não permitem a permanência das pessoas em situação de rua no local. Também não é permitido usar o banheiro ou se sentar nos bancos de espera. Essas pessoas são sempre expulsas do local, considerando que seus corpos são facilmente identificáveis.

Verifica-se que mesmo diante da expulsão as pessoas insistem em retornar em forma de resistência e demanda daquele espaço para si. Seja para ocupar o espaço em forma de obrigo, uso para suas necessidades básicas, ou até mesmo como uma forma de levantar algum dinheiro para se alimentar ou para outros fins. Há também um trabalho intenso da equipe do Apoio Social em manter as pessoas em situação de rua longe desses locais de grande circulação.

Entre o ir e vir é possível observar que as pessoas que por ali passam quase não notam a presença das pessoas em situação de rua, a não ser que sejam abordadas por uma delas ou que presenciem a forma pouco amigável pela qual são convidados a se retirar do local. Nas vezes em que se pode presenciar estas ações, o agente de segurança responsável pela rodoviária em tom agressivo expulsou uma senhora, que é bem conhecida entre as pessoas em situação de rua, do local. Ao tentar retornar, ela foi pega pelo braço e conduzida para fora.

Muitas vezes, as pessoas identificadas como em situação de rua, são orientadas a procurar ajuda no Centro Pop, onde recebem atendimento social⁴⁶ e higienização, se desejarem. O atendimento social tem o objetivo de identificar a demanda de cada pessoa providenciar o encaminhamento necessário.

Mesmo a população em situação de rua sofrendo determinada repressão por parte da segurança do local, há nos arredores da rodoviária uma ocupação por parte destas pessoas em situação de rua, seja próximo às árvores na parte externa ou na entrada do estacionamento. Essa movimentação pode ser observada no dia da realização da pesquisa de campo, quando um jovem, aparentando ter quase 30 anos e acompanhado de um cachorro amarrado por um cadarço de tênis, trazia consigo um pedaço de papelão e uma mochila bem grande, de onde retirou alguns pertences e um grande pano de juta preenchido por bijuterias.

Observando esse jovem, que é representativo de muitos, percebeu-se que ele se sentou no chão junto a árvore e ao seu cachorro e começou a se ajeitar para fazer daquele local seu meio de trabalho. Ficaram ali, os dois, aguardando algum transeunte para oferecer sua arte. Não demorou muito para que os seguranças notassem o rapaz, mas decidissem não ir até ele. Com uma certa frequência passava alguém que era abordado pelo rapaz, que oferecia suas bijuterias sempre enfatizando que eram de sua própria produção e que a venda poderia ajudá-lo a abandonar a situação de rua. Algumas vezes a venda foi feita com sucesso. Outras vezes, as pessoas sequer pararam para ouvir o que o rapaz tinha para dizer. Algumas pessoas, ao passar, comoveram-se com o fato de o rapaz estar acompanhado de seu cachorro, que fielmente aguardava deitado ao seu lado, e se ofereceram para comprar ração ou água para o animal. Ao cair da noite, tanto rapaz quanto seu cachorro começaram a se movimentar, a recolher a mercadoria e a ajeitar o papelão embaixo da árvore. Ele, então, tirou alguns pertences da bolsa, isto é, uma blusa de frio e um cobertor, E ali os dois permaneceram, homem e animal, fazendo da rua seu local de trabalho e “casa”.

Em uma outra oportunidade observou-se uma senhora, com cerca de seus 40 anos, que como característica da população em situação de rua, carregava seus pertences em mochilas e sacolas, iniciou uma movimentação para se instalar no jardim de entrada da rodoviária estendendo uma toalha na grama. Antes que pudesse se acomodar, foi abordada pelo agente

⁴⁶ Em atendimento social, a população em situação de rua é identificada como munícipe ou migrante. Se munícipe é realizado contato familiar e se for o caso, encaminhado para o abrigo. Quando identificado como migrante, também é realizado contato familiar, se for o caso, encaminhado de volta a seu município de origem; se apresentar e alguma questão de saúde, ele é encaminhado para o hospital e atendido com pernoites no abrigo até que se sinta curado e possa continuar sua viagem e caso o atendido não deseje retornar ao município de origem, ele é atendido com passagem para o próximo município.

educador e assistente social do Centro Pop, informando que não poderia ficar em tal lugar. De longe ouvia-se a conversa, onde a senhora pedia para ficar no local e era impedida, sendo oferecido atendimento e passagem para retorno para seu município de origem, uma vez que foi identificada como migrante.

Cerca de trinta minutos depois, avistei a senhora do outro lado da rua próximo a rodoviária, abordando algumas pessoas na rua, solicitando ajuda para comer. Aproveitei a oportunidade para iniciar uma conversa.

Durante a conversa pude identificar que tal senhora vinha de outro estado e declarava estar à procura de uma oportunidade de emprego, porém estando na rua, era quase impossível alguém a contratar. Durante a conversa o fato de ser classificada como migrante pelo serviço do município era o que tinha maior peso nas decisões futuras, pois sem dinheiro ou qualquer forma de se manter ou ter um local para descansar e guardar seus pertences as chances de conseguir uma oportunidade de trabalho diminuía ainda mais.

Um fato interessante durante o período dispensado ao trabalho de campo nos arredores da “Rodoviária nova” e do Centro Pop, é que sempre que tinha oportunidade de travar uma conversa com alguma pessoa em situação de rua, ela era interrompida pelo fato que eles não desejavam ser entrevistados. Muitos relatavam que por serem migrantes eram frequentemente expulsos do município e tinham receio de contar sua história e isso influenciava ainda mais nesta expulsão, mesmo tendo explicado o propósito da pesquisa.

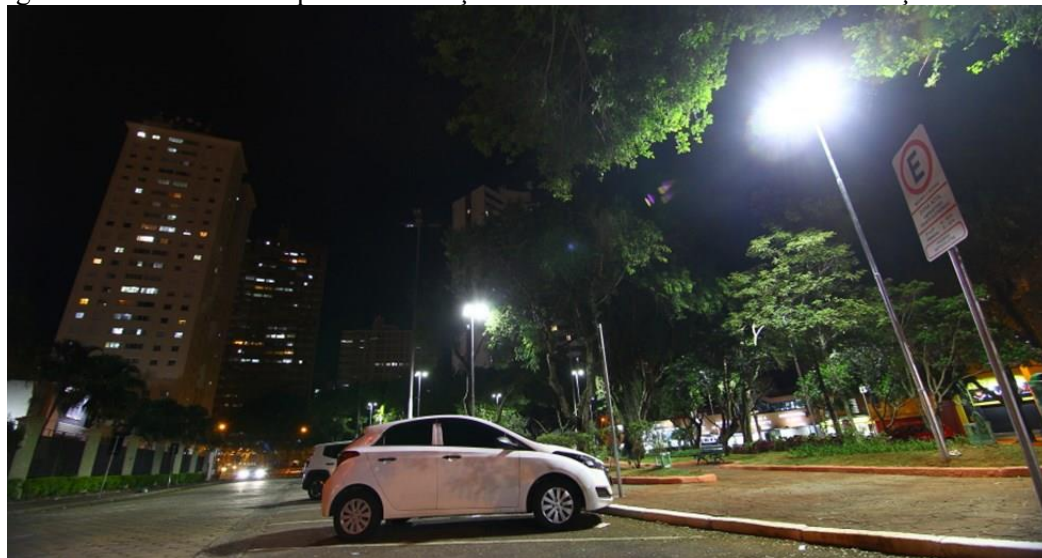
As chegadas e partidas da rodoviária e a pressão quase palpável que a população em situação de rua sofre para ‘desocupar’ o território comum é cenário habitual e que é marcado pelo fato de que mesmo facilmente identificadas, a população em situação de rua ali alocada nem é percebida, nem parece fazer parte da paisagem. Em diversos momentos pude constatar que aquela população e seus pertences eram apenas mais uma paisagem que precisa de uma intervenção do poder público, pois estavam poluindo e atrapalhando o movimentado portal de chegadas e partidas.

Não muito longe da rodoviária está a Praça Monsenhor Ascânio Brandão, a praça São Dimas como é conhecida pelos munícipes. O trajeto percorrido pelas pessoas em situação de rua entre um ponto e outro leva cerca de 25 minutos, totalizando aproximadamente 2 quilômetros de caminhada. Assim como a circulação entre os demais pontos de concentração, este também é repleto de meios de sobrevivência entre o grupo que ocupa a rua. E este trajeto é realizado com calma e de forma cautelosa, na intenção de observar cada ponto e cada nova mudança ocorrida no trajeto para melhorar a interação com o território em que estes convivem. Pode-se realizar o trajeto na companhia de P3, que foi descrevendo cada local, cada significado

e as formas de sobrevivência dos territórios por onde passávamos. Ao longo do trajeto P3 foi descrevendo qual o melhor lugar para dormir, caso necessário, se havia algum ponto de comércio novo, onde se possa conseguir um trabalho, mesmo que informal; identificando outras pessoas em situação de rua ocupando os lugares por onde se passava. Cada descrição era carregada de significados e emoções, pois em cada lugar ocupado havia sido vivido e transformado. Para Haesbaert (2007) pode-se entender que o conceito de análise espacial estendesse desde uma posição estritamente empirista ou realista, sendo considerado “[...] um retrato fiel da realidade” (HAESBAERT, 2007, p. 61) até outra posição extrema, a posição racionalista/idealista, na qual o conceito é considerado como um produto do pensamento, cuja fonte é a construção teórica realizada pelo investigador. Admitindo tal afirmação, o autor esclarece que “cada conceito parte de uma questão particular” (HAESBAERT, 2007 p. 61), que surge ao problematizar o real, sempre geo-historicamente situado.

A praça está localizada no bairro São Dimas, também na região central e é conhecida por abrigar restaurantes e bares de todos os tipos em seu entorno e também pela Catedral São Dimas. (figura 21)

Figura 21 - Vista noturna parcial da Praça Monsenhor Ascânio Brandão - Praça São Dimas.



Fonte: Souza, 2019.

A praça não é extensa, porém ocupa o coração do bairro e a movimentação é constante durante o dia, porém maior a partir das 18h, quando os bares e restaurantes começam a funcionar. A partir deste horário é muito comum encontrar algumas pessoas em situação de rua no local, cuidando dos carros estacionados ou pedindo ajuda as pessoas que frequentam nos diversos comércios do local.

Às quartas feiras no período da manhã acontece a feira livre que ocupa toda a extensão da praça, neste dia em particular a concentração de população de rua é intensa no período da manhã, pois é quando eles conseguem levantar um pouco mais de dinheiro cuidando dos carros estacionados ao redor, ajudando algum feirante ou ainda ajudando algum morador local a carregar sacolas.

Uma figura muito conhecida do local é P6, que é frequentador assíduo da praça, quando perguntado a quanto tempo está no local, a resposta é:

Já tô a tanto tempo aqui.... que eu... eu já nem sei conta... aqui eu trabalho... os amigo meu me ajuda... ali o dono da danceteria... eu cuido dos carro do cliente dele e ele paga eu”.

(P6)

P6 é pessoa muito conhecida também no serviço destinado a população em situação de rua, pois entre a situação de rua a institucionalização somam-se cerca de 15 anos. Quando perguntado por que não fica no abrigo municipal, relata preferir ficar na rua.

Na rua eu faço meus corre... olho carro... cato reciclável... ajudo o pessoal aqui da praça...

No abrigo eu não gosto... tem muita gente... tem horário pra sair... pra entrar.... sete horas já tem que sair. Lá tem muita briga também... eu não gosto. Aqui (na rua) todo mundo me trata bem. Já so conhecido aqui... as pessoa gosta de mim... confia em mim.

(P6)

Durante o tempo dedicado ao local, pude observar a relação de P6 como os moradores e donos de comércio local. Muitos relatavam que ele é “bem bonzinho e prestativo”, outros sequer sabiam da existência de P6, afirmando que nunca o tinham visto. Alguns dias pude observar P6 sendo retirado de alguns locais. E outros presenciei P6 retirando outras pessoas em situação de rua dos arredores da praça. Em nossa conversa pude questioná-lo sobre o ocorrido e a resposta veio firme e decidida.

Aqui é meu lugar de trabalho e onde as pessoa deixa eu dormi... eu... eu não posso deixar qualquer um querer ficar aqui...

(P6)

Diante de tal situação pode-se observar a importância que o território e a forma de ocupação deste tem representatividade para a população em situação de rua que por vezes, mesmo sendo expulsa ou impedida de permanecer no espaço, ainda tem a preocupação e o cuidado de manter as relações construídas no território de uma forma saudável e respeitosa.

Diferentemente do que é imposto pela sociedade que estigmatiza e exclui, rotulando a população em situação de rua como, *vagabundos e perigosos*.

Em um dos dias em que retornei ao local, fomos surpreendidos pela última parada das pessoas em situação de rua, a morte. Tratava-se de um homem de 38 anos que dormia na calçada de um imóvel abandonado e foi agredido até a morte. Tal situação fez com que a população em situação de rua que fazia da praça seu território de vivências, desaparecesse. Por diversos dias fui até a praça na esperança de reencontrá-los, porém sem êxito.

Fica evidente a exposição de violência a qual as pessoas em situação de rua estão sempre expostas, sejam elas físicas, psicológicas ou temporais. E ainda mais evidente o descaso e a forma com que são tratadas as questões relacionadas à segurança da população em situação de rua. O local onde aconteceu a tragédia é monitorado por câmeras do COI, o que não impediu que tal fato ocorresse.

Com o tempo a insegurança foi passando e a rotina da “Praça São Dimas” restaurada, porém os resquícios da violência ainda sondava e preocupava P6.

A gente fica com medo, né!... eu... eu já nem durmo mais aqui... eu arrumei outro lugar pra mim dormir... Mas eu venho aqui pra trabalhar né... as pessoas daqui gosta de mim... não posso deixar elas na mão.... Mas eu fico com medo....

(P6)

Um pouco mais acima sentido centro, ponto também de grande concentração da população em situação de rua está a Praça Presidente Kennedy. A praça comporta pontos de paradas de ônibus municipais que ligam diversos bairros da zona central à leste, norte, sul, sudeste e oeste. A movimentação é intensa durante o dia e noite, devido ao grande volume de trabalhadores e transeuntes que passam pelo local diariamente. No período da noite é mais comum a movimentação de estudantes advindos de diversos locais e principalmente da Universidade do Vale do Paraíba, que se localiza a cerca de 200 metros da praça. E ainda porque a praça está localizada em uma das principais avenidas que liga alguns bairros da cidade, a Avenida Dr. João Guilhermino.

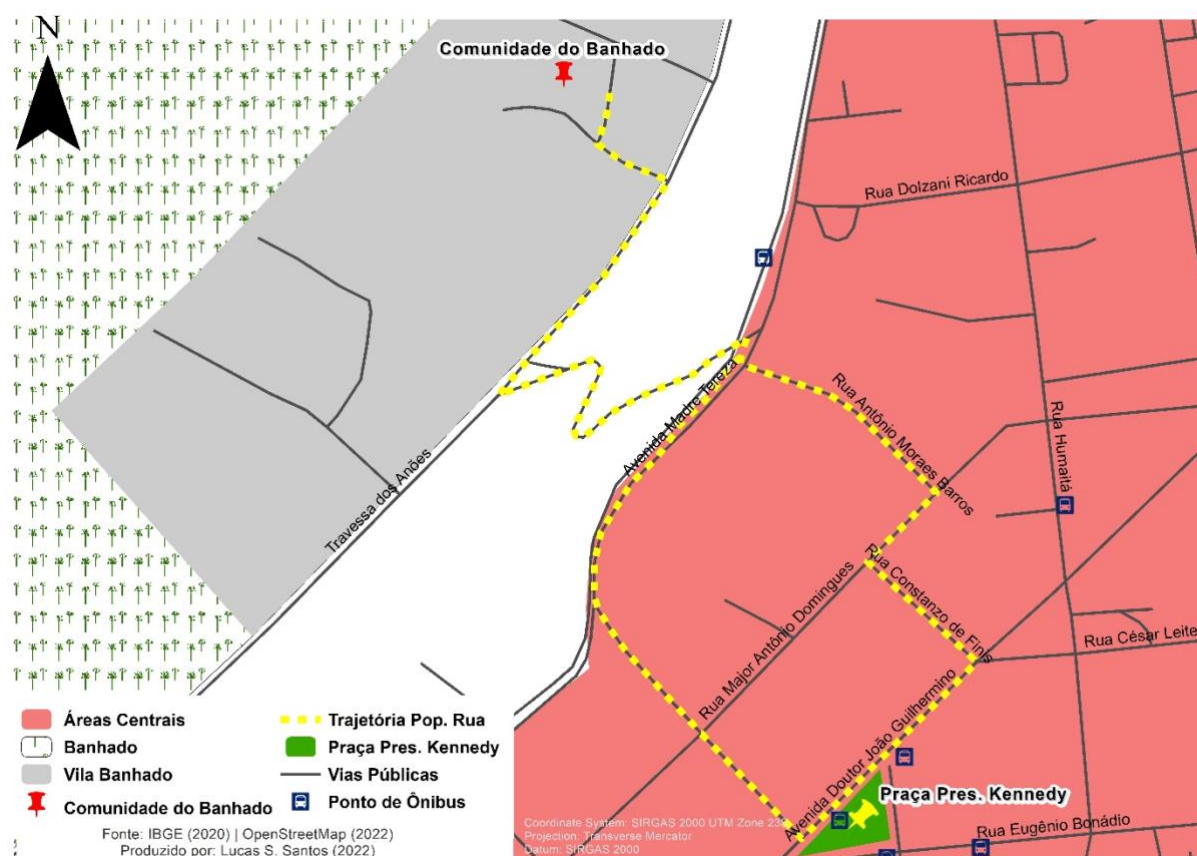
Como está localizada na região central e é próxima do bairro do “Banhado”, um dos principais pontos de compra e venda de entorpecentes segundo relatos da população em situação de rua, a movimentação desta população é intensa, pois estão sempre de passagem pela praça pedindo ou vendendo algo no intuito de levantar um dinheiro para o uso (mapa 4).

Aquela praça ali (Praça Presidente Kennedy) é onde o pessoal vai pra levantar um dinheirinho para usa droga... as pessoa que passa ali sempre dá uma ajudinha... tem umas pessoa que trabalha ali na praça que vende (droga), mas é disfarçado né....

Aí... como a praça fica pertinho da biqueira do Banhado... a gente vende ali na praça... ou consegue pedindo um dinheiro... já corre pro Banhado pra usa.... a gente faz isso o dia inteiro....o dia inteiro nesse vai e vem....

(P1)

Mapa 4 - Trajeto da Praça Presidente Kennedy ao Banhado.



Fonte: IBGE (2020), Open Street Map (2022). Elaborado pela Autora (2022). Produzido por Santos (2022).

Não é muito comum encontrar pessoas em situação de rua dormindo no local durante o dia ou noite, talvez por se tratar de um local de muita circulação e também, por estar ao lado de uma padaria que tem muito movimento, e ter em sua outra extensão um supermercado e em sua frente a avenida movimentada. Pode ser que tal cenário também não ofereça situação favorável para uma ocupação, pois a praça também não é muito extensa. Apesar disso, ela é ponto importante no trajeto da população em situação de rua.

Dalí, seguimos para a Praça Afonso Pena, onde está localizado o coração da região central do município. A praça é bem famosa por sua extensão, localização e fama e ocupa um

quarteirão inteiro que liga diversas ruas e comércios local. É utilizada por diferentes públicos, em horários e dias variados.

A praça é conhecida por ser ponto de trabalho de profissionais do sexo, que circulam pelo local a procura de clientes dia e noite. A praça é atrativa também a população em situação de rua pois fica em frente ao supermercado Esperança, onde eles conseguem vender seus produtos como pano de prato, doces e artesanatos ou para pedir alguma ajuda as pessoas que acessam o supermercado. A praça dá acesso também a região do banhado que é muito frequentada pelas pessoas em situação de rua para compra e uso de drogas, como podemos observar no relato de P1.

Eu... eu vivia no corre⁴⁷... descia e subia aquele morro do Banhado uma cinquenta vez... nem sentia... de tão louca que tava... e ... e essas pessoas que tão no mundo das drogas não sente, sabe... nem sente que ta pra la e pra cá igual doido... mas... né... o banhado né ... é onde o pessoal vai pra compra droga... no Banhado... na Santa Cruz...
(P1)

Durante uma época do ano, é muito comum encontrar mulheres sempre acompanhadas de muitas crianças na praça, são as famílias que se identificam como ciganas, que usam a praça com meio de trabalho, oferecendo a famosa leitura das mãos ou pedindo ajuda para suas famílias.

O cenário oferecido é muito arborizado e em toda sua extensão é possível observar canteiros de flores sempre bem cuidados. Há também um parquinho destinado as crianças, os brinquedos, escorregador, balaço e o brinquedo gaiola labirinto, destinados as pessoas acompanhadas de crianças que passam pela praça. Um lado da praça é utilizado para os pontos dos ônibus municipais, então o movimento é intenso, de ir e vir de trabalhadores apressados.

Do outro lado está localizado parte do comércio central. Em seu início, há um prédio onde funciona um equipamento do Prefeitura municipal e em seu fim, do outro lado da rua, o Banco Caixa Econômica Federal, que também é ponto de fixação da população em situação de rua e ao lado, na mesma calçada a Igreja São Benedito, que tem uma grande área em sua entrada e que abriga um monumento turístico com dizeres “Eu AMO SJC” (figura 22) e também a noite, abriga a população em situação de rua, por se tratar de um local iluminado e com câmeras de segurança.

⁴⁷ Gíria utilizada para descrever a movimentação exercida para conseguir acesso a compra e venda de drogas ilícitas

Figura 22 - Igreja São Benedito, 2021.



Fonte: SILVA, MACIEL e SOUZA (2021).

A praça oferece ainda muitos bancos, que são utilizados não somente pela população em situação de rua, mas também pela população em geral, para descanso. Há também algumas torneiras espalhadas pela praça, e sempre é possível ver alguma pessoa em situação de rua, utilizando para se limpar ou simplesmente para beber água.

O local é rota de passagem de muitas pessoas, pois interliga o supermercado Esperança, o Banco Caixa Econômica Federal e as lojas comerciais do outro lado da rua. E mesmo com a grande circulação de pessoas, a população em situação de rua é quase imperceptível.

Na praça é quase impossível se aproximar da população em situação de rua, pois a presença da guarda municipal e da Kombi do Apoio Social é diária e muito frequente. Sempre que tentamos nos aproximar de alguma pessoa identificada como situação de rua, esta evadia, dizendo que não queria confusão com o “*peçoal do apoio*”, referindo-se também a guarda municipal.

Em relato P3 e P1 descrevem por que grande parte das pessoas em situação de rua não permanecem na praça Afonso Pena:

Na praça Afonso Pena a gente não fica não... porque senão a gente é confundida... as mulher que fica lá pra fazer programa (profissionais do sexo) ... e dá briga. Se a gente para lá, elas (profissionais do sexo) já vem falando: “sai... sai ... sai que aqui o ponto é meu.

(P3)

A praça tem muito movimento... tem muita câmara do COI também... aí pro pessoal que é do corre... não dá pra ficar moscando⁴⁸. Tem a guarda que fica na praça o tempo todo... e tem a abordagem também... aí aí cê vê.... Né! não dá pra fica lá.
(P1)

O Mercado Esperança era um ponto de encontro e estadia durante o dia da população em situação de rua, pois por se tratar de um supermercado, o acesso a pessoas que possam ajudar, seja qual forma for, é muito maior. No início do trabalho de campo notava-se grande movimentação de pedidos de ajuda, para comida, bebida, dinheiro ou até a compra de materiais para venda nos semáforos, como balas e outros itens. Era muito comum encontrar na porta, famílias inteiras pedindo ajuda, seja com itens de sobrevivência ou dinheiro, como podemos observar na figura 23.

Figura 23 - Porta de entrada do Supermercado Comercial Esperança no início do trabalho etnográfico.

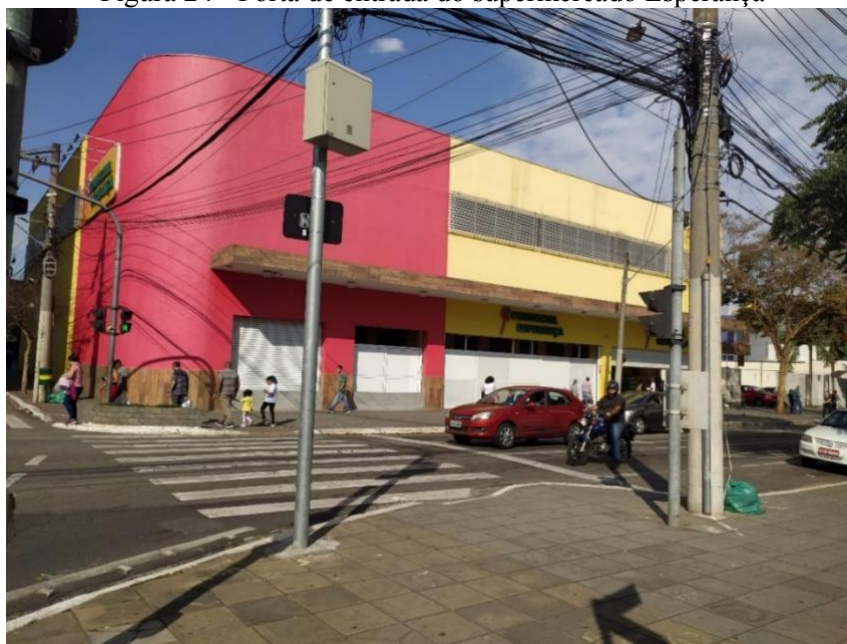


Fonte: SILVA, MACIEL e SOUZA (2020).

Porém no decorrer do trabalho foi percebendo a diminuição gradativa da presença dessas pessoas nos arredores do supermercado, da praça Afonso Pena e até da praça da Igreja São Benedito, como podemos ver nas figuras 24 e 25. No segundo semestre de 2022 a presença da guarda municipal nos principais pontos de concentração de população em situação de rua tornou-se mais intensa, assim como as ações do apoio social também.

⁴⁸ Gíria utilizada para descrever o ato de estar parado distraído e de fácil alvo.

Figura 24 - Porta de entrada do supermercado Esperança



Fonte: AUTORA (2022).

Figura 25 - Praça da Igreja São Benedito.



Fonte: AUTORA (2022).

Esse esvaziamento de território pode ter várias causas que podemos apontar, como o momento político eleitoral, em que os municípios se preparam para a eleição do presidente da república, governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Nenhuma cidade quer ter em seus principais pontos centrais um problema social tão latente como o da população em

situação de rua. O fato também da obra interminável de revitalização da região central, que acaba de certa forma ‘expulsando’ a população em situação de rua do local. Fato é que esta população já não se encontrava mais na região central, em seu território de sobrevivência.

Dali, segue-se para a Praça Padre João, praça que aloca a Igreja Matriz São José e que se localiza ao lado do terminal urbano central, chamado de “Rodoviária Velha”. E cerca de 300 metros dali, localizava-se o Abrigo Feminino e LGBTQIA+.

A praça era ponto de encontro não somente da população em situação de rua, mas também, da população em geral que usava o espaço com a ‘feira do rolo’, onde são vendidos ou trocados itens usados, como eletrônicos, roupas e outros. Como está localizada ao lado da “rodoviária velha”, a praça é ponto de passagem de muitas pessoas, tendo grande fluxo diário. Durante nosso trabalho de campo a praça foi interditada para a reforma de revitalização do centro realizado pela gestão atual do município, o que fez com que a população em situação de rua migrasse para a calçada da loja Ted. A figura 26 mostra uma visão da praça antes de ser interditada, com pessoas passando pelo local e uma pessoa em situação de rua ocupando o local para dormir.

Figura 26 - Parte da Praça Padre João antes de ser fechada para revitalização.



Fonte: Autora (2022).

Às quintas feiras a noite a Associação Fênix⁴⁹, de Jacareí faz uma distribuição de sopa, por meio do projeto “Sopa Solidária”, a população em situação de rua e a população em geral. Então, neste dia toda semana, a única parte da praça que é possível ser utilizada é tomada por uma fila de pessoas misturadas, pessoas em situação de rua e munícipes, na intenção de se alimentar dignamente por uma noite.

Em uma das quintas-feiras pode-se acompanhar a entrega da “Sopa Solidária” observou-se que a população ali presente sempre solicita alguma outra ajuda aos voluntários, seja de roupa, calçados, remédio. A presença de famílias, compostas por algumas crianças é intensa, e por isso os pedidos de brinquedos também é presente.

Em um dos dias em que estivemos no local, abordamos uma família composta por um casal e duas crianças, uma de 4 anos e um bebê de 6 meses. Durante a conversa, a família nos relatou que já esteve em situação de rua, porém com a ajuda de algumas pessoas e o ‘auxílio Brasil’⁵⁰ do Governo Federal lançado durante a pandemia de COVID-19, conseguiram locar um quarto para se instalarem. Relataram ainda vir a praça todas as noites no intuito de conseguir alimentação, pois é frequente a passagem de grupos de voluntários fazendo a distribuição de comida, cobertores, roupas e outros artigos. O que segundo a família “*ajuda a sobreviver*”.

A presença da guarda municipal no local é diária e de certa forma inibe a circulação da população em situação de rua no local. A obra de revitalização, também atrapalha a circulação o que não permite a instalação da população em situação de rua no local. Assim, no período da noite, essas pessoas se instalam na marquise da loja Teddy.

As meninas do abrigo quando... quando fica bloqueada porque aprontou alguma coisa, vai... vai dormi ali na porta da loja Teddy... lá fica um monte de gente que não pode entrar no abrigo... ali é um ponto bom... tem câmera... e sempre tem gente que leva comida e coberta pras pessoa que fica ali. Eu não fico ali não... eu... eu... não gosto... eu dou meu jeito e vou pra casa da minha irmã... ou vou pra Jacareí na Casa de Assis... eu... eu num fico na rua não.

(P3)

Bem ao lado da praça está localizado terminal Urbano Central, chamado pelos munícipes como rodoviária Velha e também é ponto de “acolhida” da população em situação

⁴⁹ A Associação Fênix é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), fundada em 2006, que tem como foco o trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na cidade de Jacareí.

⁵⁰ O Auxílio Brasil é um programa de transferência de renda destinado à famílias em situação de pobreza e extrema pobreza garantindo uma renda básica e buscando a emancipação dessas famílias. O Auxílio Brasil é coordenado pelo Ministério da Cidadania. Atualmente o valor do benefício é de R\$600,00. Ver mais em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil#oque>

de rua, que acessa o local para usar o banheiro e se abrigar do frio e da chuva. E também porque a segurança que o local oferece, como câmeras e iluminação auxilia a população em situação de rua em um dia em que precisam de um espaço seguro para descansar. Frequentemente se vê a população em situação de rua de passagem pelo local, mas a permanência é quase impossível pois a própria movimentação intensa de pessoas no local faz o ambiente incomodo a presença desta população.

As vezes a gente vai ali na rodoviária velha pra compra um cigarro... ali vende uns cigarro do Paraguai... (risos) . Ai a gente aproveita pra descansar um pouco... usar o banheiro... ali o pessoal deixa a gente usar o banheiro sem expulsar a gente... não é igual a rodoviária nova ... o banheiro é sempre limpinho... da até gosto de usar....
(P2)

Com a obra que acerca a região central, durante o dia não é tão comum encontrar alguém em situação de rua nos arredores destes locais, talvez pela movimentação de caminhões e máquinas ou pelo próprio ato de expulsão do território realizado pelo poder público através da guarda municipal ou o apoio social. Por vezes essas pessoas caminham pelo Calçadão⁵¹, porém há uma grande movimentação do poder público para que as pessoas de um modo geral não “ajudem” as pessoas em situação de rua doando comida ou dinheiro, os agentes educadores fazem uma força tarefa para inibir este tipo de prática no município, orientando e entregando panfletos a população, como instruções de como proceder ligando para os números de telefone 153 e 156⁵² para que o Apoio Social ou a guarda municipal venha abordar e retirar o indivíduo do local.

Um outro local descrito, mas que não fiz qualquer intervenção foi o Viaduto Professor Everardo Passos (figura 27), pela orientação inclusive da própria população em situação de rua.

Lá (no viaduto) não é bom cê ir não... é muito perigoso.... quando a gente ta sobre efeito da droga... a gente acha que é super-herói... acha que... não tem noção de nada... medo de nada... acha que pode tudo... rouba... machuca... lá não vai não...
(P1)

⁵¹ Como é chamado a rua destinada somente a circulação de pedestres e é repleta de lojas

⁵² Canal utilizado pelo município para receber reclamações, solicitações e sugestões da população em geral. O canal recebe a solicitação e encaminha ao órgão responsável.

Figura 27 - Viaduto Professor Everardo Passos.



Fonte: Autora (2022).

O Viaduto Professor Everardo Passos, liga a região central ao bairro Monte Castelo, e localiza-se bem próximo da Rua Guararapes, onde está localizado o Abrigo Viva Masculino. A parte de baixo do viaduto é utilizada pela população em situação de rua como abrigo, mas principalmente como local para uso de drogas. É muito comum ver a movimentação desta população durante o dia e a noite no local. Igualmente comum a presença da Kombi do Apoio Social abordando as pessoas ou simplesmente solicitando que deixem o local.

O pessoal que fica na cidade (região central)... os que gosta de usar alguma coisa (drogas ilícitas) trabalha no centro, olhando carro... ou vendendo alguma coisa... quando vem pra dormi no abrigo... passa ali.... né.... usa sua maconhinha... ou outra coisa. Mas não fica ali não... ali é perigoso... só fica ali o pessoal que já ta no fundo do poço... as pessoa que não consegue mais para de usa... P2

Por estar localizado em uma das principais vias da cidade a Rodovia Monteiro Lobato, o chamado “Anel Viário” que liga as regiões sul, norte, centro, leste e oeste da cidade e ainda fazer conexão com a comunidade Santa Cruz, que segundo as informações colhidas com as pessoas em situação de rua, também é ponto de compra e venda de drogas, as pessoas que se instalam embaixo do viaduto ficam muito visíveis a todos que passam pela movimentada rodovia. Fato este que chama muita atenção e geram muitas reclamações no número de telefone de atendimento ao Cidadão “156”, causando “transtorno” ao município. Outro canal de

comunicação entre o município e a população é o “153”, este é um canal direto para reclamações e solicitações referente a população em situação de rua.

Várias Campanhas contrárias a presença de população em situação de rua foram realizadas na cidade. Segundo dados institucionais disponível no site da própria Prefeitura Municipal de São José dos Campos, em 2008 um dessas campanhas chamou a atenção pois enfatizava a importância da denúncia:

“A Prefeitura de São José dos Campos quer a ajuda da população para acabar com a mendicância e a exploração do trabalho infantil no município. Daí o slogan da campanha que vem sendo veiculada nos meios de comunicação: **Não dê esmola, dê um telefonema.**

A intenção é que as pessoas façam denúncias sobre estas situações, ligando gratuitamente para o número 153, que está interligado ao Centro de Operações Integradas (COI). **Ao receber a denúncia, uma assistente social aciona as equipes de educadores (que fazem as rondas 24 horas) para uma averiguação e encaminhamentos necessários. Efeito contrário**

Levantamento feito pela SDS aponta que as doações dos munícipes (em dinheiro ou lanche) viram moeda de troca no mercado de drogas, alimentando o narcotráfico e o vício de dependentes químicos. Isto leva crianças e adolescentes à exploração, fazendo da mendicância o seu modo de vida permanente.

(SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2008. Grifos nossos)⁵³.

Ainda se verifica que o viaduto é território representativo de insegurança as pessoas que passam próximo ao local a pé. Conversando com alguns moradores e trabalhadores que usam o trajeto, pode-se constatar que com o cair da noite, estes relatavam mudar o trajeto para não passar próximo ao viaduto. E algumas pessoas em situação de rua que frequentam o abrigo Viva Masculino, relatavam não gostar da movimentação e uso de droga no local, pois trazia um determinado “preconceito” a imagem das pessoas em situação de rua *“assim o povo vai achar que todo mundo aqui é nóia... que tudo nois usa droga. E isso não é verdade”*.

Com o passar dos dias descrevendo e observando o local, percebi que a presença da Guarda Municipal passava a ser constante. Outra cena comum era que pela manhã e no fim da tarde um caminhão pipa molhava toda a extensão onde a população em situação de rua se instalava embaixo do viaduto, fazendo com que esta população não ficasse mais no local. E

⁵³ Disponível [Campanha tem telefone 153 interligado ao COI - Prefeitura de São José dos Campos \(sjc.sp.gov.br\)](http://Campanha%20tem%20telefone%20153%20interligado%20ao%20COI%20-%20Prefeitura%20de%20S%C3%A3o%20Jos%C3%A9%20dos%20Campos%20(sjc.sp.gov.br).). Acesso em 20 de dez. 2022. Em outubro de 2022 as ligações ao telefone 153 passam a ser atendidas 24 horas pela Urbam (Urbanizadora Municipal), em São José dos Campos.

assim como os outros locais descritos a Guarda Municipal passou a fazer do viaduto seu território.

Segundo informações institucionais:

A Guarda Civil Municipal de São José dos Campos foi criada em 6 de janeiro de 1988 **como uma instituição de caráter civil, responsável por zelar pelos bens, serviços e instalações públicas**. A corporação mantém efetivo **24 horas nas ruas, apoia e integra operações de atividades de fiscalização e ordenamento urbano, coibir atos de vandalismo, zela pela estética urbana e promover a segurança dos bens públicos e em eventos oficiais**. A atuação do GCM ganhou versatilidade com a lei federal 13.022, de 8 de agosto de 2014, ampliando a importância de sua ação no município (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2022. Grifos nossos⁵⁴).

Seus princípios são: “Proteção dos direitos humanos e fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas”; “Preservação da vida”; “Patrulhamento preventivo”; “Compromisso com a evolução social da comunidade”; “Uso progressivo da força”. A nível de prática são deslocados da ordem discursiva.

Durante todos os meses dedicados ao trabalho de campo estes locais denominados território de construção do viver pela população em situação de rua e ouvindo suas experiências de vida, as diversas violências vivenciadas no território e por parte da sociedade e do poder público nos remete a reflexão acerca do “não direito a cidade”.

O “não direito a cidade” ocorre quando há uma leitura, justamente, contrária do conceito de direito à cidade. Quando há uma negação do direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao lazer.

O direito à cidade deve ser visto para além do direito. Para Lefebvre (2011) é uma espécie de acesso amplo aos direitos do cidadão que deve ser entendido primordialmente como o “direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2011, p. 118). E para o autor o direito a cidadã reafirma ainda que há “de um lado, o direito dos ‘usuários’ a se pronunciar sobre o espaço e o tempo de suas atividades no território urbano; e, de outro, o direito ao uso da centralidade, lugar privilegiado, em vez de se verem dispersos, isolados nos guetos” (LEFEBVRE, 1986, p. 170). É preciso encará-lo como uma filosofia, uma posição política, que deve ser utilizada em contraponto àquela visão da cidade que é tratada como mercadoria, aquela

⁵⁴ [Guarda Civil Municipal - Prefeitura de São José dos Campos \(sjc.sp.gov.br\)](http://sjc.sp.gov.br).

cidade que é produzida para dar acesso a bens e serviços públicos e a fruição do espaço só por algumas pessoas ou por determinadas classes sociais.

E enquanto filosofia, deve disputar com essa visão de cidade-mercado, que provém de uma ideologia capitalista na produção do espaço urbano que para Harvey (2012) as cidades são produto e condições de reprodução social que lhe são inerentes, fazendo com que ao mesmo tempo que se manifesta a humanidade nas possibilidades para habitar o território, tem-se as contradições impostas pela sociedade.

O capitalismo e seus momentos de crise se dão por superprodução de capital, formas de absorver o excedente são sempre necessárias, considerado por Harvey (2012, p. 75) "a urbanização desempenhou um papel particularmente ativo, ao lado de fenômenos tais como gastos militares, na absorção do excedente que os capitalistas produzem perpetuamente em sua busca pelo lucro"

A violação do direito à cidade quando praticada no âmbito do Estado ocorre justamente, quando o Estado atua como função do modo de produção capitalista, quando ele está a serviço como instituição, que trabalha patrocinada pelo capitalismo.

Verifica-se que a vida e as experiências da população em situação de rua são carregadas de rupturas, faltas, ausências de direitos, inclusões perversas. Quando analisamos os motivos de ida para a rua, que muitas das vezes está ligado, a ruptura familiar, ou uma estrutura familiar inexistente, as drogas, a ausência de trabalhos efetivos por parte do Estado constatamos que é um ciclo que dificilmente é rompido, por isso a importância do direito efetivamente dito, seja direito à cidade, à saúde, à educação.

A pesquisa de campo realizada nos permitiu refletir sobre a circularidade no trajeto feito pela população em situação de rua. Tal trajeto ilustrado no mapa 1, representa o movimento circular contínuo feito por estas pessoas, que é carregado de sentidos e significados e se dá das mais diversas formas. O ato de caminhar/circular entre um ponto e outro, traz não somente o reconhecimento do território, mas também a produção de sua identidade e do território por eles ocupado e as mais diversas formas que as pessoas em situação de rua vivenciam as leis e normativas destinadas, no nível discursivo, minimizar sua condição de vulnerabilidade.

6 “CURTO-CIRCUÍTO” AS NORMATIVAS DO ESTADO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - ESTADO DA BIOPOLÍTICA A NECROPOLÍTICA

Diante de diversas normativas que tratam sobre cada esfera dos direitos, para a população em situação de rua, as que tratam sobre os direitos sociais e individuais, a segurança, a assistência social e, principalmente, a do direito a cidade, são as que mais se evidenciam.

A Lei Orgânica da Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social tratam sobre os serviços direcionados a população em situação de rua, e incluem a atenção especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e preveem que os serviços “possibilitem a organização de um novo projeto de vida, buscando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos” (BRASIL, 2005, p. 37).

Os direitos conquistados pela população em situação de rua no Brasil têm sido legitimados por meio de algumas ações do governo federal. Um exemplo foi o 1º Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, que reuniu representantes do Movimento Nacional do Povo de Rua (MNPR).

Também em 2005 o Ministério de Desenvolvimento Social realizou o encontro em Brasília. Já o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que tem como principal objetivo idealização das políticas públicas para a população em situação de rua foi criado em 2006. No ano de 2009 aconteceu o 2º Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, que foi um passo importante para esta população, pois foi discutida questões sobre a Política Nacional voltada a este seguimento, que seria instituída neste mesmo ano.

Portanto a partir dos encontros realizados e as demandas que acompanham esta população, em dezembro de 2009, foi implantado o Decreto nº 7.053/200916 que se trata da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que tem como diretriz promover ações integradas e articuladas em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, e como seus objetivos:

- I. Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, **moradia**, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II. Garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- III. Instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
- IV. Produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

- V. Desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
- VI. Incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
- VII. Implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII. Incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX. Proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- X. Criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- XI. Adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;
- XII. Implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;
- XIII. Implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade;
- XIV. Disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho (Art. 7º, BRASIL, 2009).

Juntamente aos objetivos do decreto 7.053/2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) também prevê serviços especializados para as pessoas em situação de rua com a implantação do Centro Pop, que são os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, no SUAS, que em 2010 teve total apoio do Ministério do Desenvolvimento Social.

O Centro Pop é uma unidade pública e estatal, que oferece atendimento especializado e espaço para construção de convívio social a população em situação de rua no âmbito de proteção social especial de média complexidade.

Estabeleceu-se também a criação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, que trata especificamente de violações de direitos desta população por meio de denúncias e na produção de indicadores na proposição de política públicas.

Por meio do Plano Brasil Sem Miséria, criado pelo Governo Federal em 2011, que tinha como principal objetivo superar a extrema pobreza até o ano de 2014, trouxe uma flexibilização

para possibilidade de a população em situação de rua utilizar-se de endereços de abrigos para ser inserida no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O que possibilita as pessoas em situação de rua, poder acessar benefícios como o Auxílio Brasil.

Houve também a ampliação do Disque 100, entre os anos de 2009 e 2011, que é uma linha direta para denúncias de violações de direitos de pessoas em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, e outros.

Em relação ao direito à moradia, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, foi instituída em 2010 uma portaria por meio da Revisão Periódica Universal (RPU)⁵⁵ que determina que 5% das moradias deste programa devem ser destinadas a população em situação de rua.

Mesmo diante de tal determinação, as políticas públicas de acesso à moradia adequada para a população em situação de rua devem trabalhar não apenas a oferta de moradia, mas a geração de renda, a inclusão social e outros problemas que afetam, de forma mais direta e especial, a população em situação de rua. Como afirma Costa (2005, p. 7) “[...] a possibilidade efetiva de saída da rua não se restringe à oferta isolada de moradia”. Neste caso, devem ser consideradas políticas habitacionais diferenciadas, tais como aluguel social, recuperação de áreas degradadas para criar espaços de lazer, esporte e cultura para a inclusão.

As políticas públicas de acesso à moradia da população em situação de rua necessitam ser construídas sob o viés da cidadania e da emancipação social, utilizando-se da metodologia da constituição de capital social e humano e de formação de redes sociais mistas, como esclarece Gustin (2012, p. 26-27).

Uma das questões a serem obtidas pela constituição de capital social e humano em determinada comunidade é, fundamentalmente, torná-la emancipada, ou seja, capaz de dialogar, influenciar, deliberar e intervir nas decisões do poder público e/ou da própria comunidade. Este deve perceber-se como um ator social capaz de atuar na solução de seus problemas a partir das relações de organização e solidariedade, minimizando a reiteração das diversas formas de danos econômicos e sociais. Além disso, deve atuar de forma incisiva quanto aos seus próprios interesses (GUSTIN, 2012, p. 26-27).

Em relação ao direito a saúde, o Ministério da Saúde (MS) na da portaria nº 3.305/09 criou o Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua, cria formas de acesso e ações programáticas voltadas a população em situação de rua. Dando abertura para outras

⁵⁵ Revisão Periódica Universal – RPU, é um mecanismo de avaliação da situação dos direitos humanos nos 193 Estados membros da ONU. A RPU foi estabelecida por uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, quando o Conselho de Direitos Humanos foi criado.

iniciativas com o Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua, realizado no período de 2012 a 2015 e teve como objetivo a garantia de acesso à saúde, através de diálogos com o SUS.

[...]por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, idade, raça/cor, etnia, orientação religiosa e orientação sexual; a redução de riscos à saúde, decorrentes dos processos de trabalho na rua e das condições de vida e a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida. (BRASIL, 2012).

Em relação ao plano prevista para que esta população tenha um acesso digno a saúde, destaca-se a atuação dos Consultórios de/na Rua, que foram instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica, e tem por finalidade o atendimento integral da população em situação de rua. O Consultório conta com uma equipe multiprofissional que percorrem as ruas desenvolvendo ações junto as Unidades Básicas de Saúde (UBS), os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), o serviço de urgência e emergência e ações e estratégias direcionadas à redução de danos para aqueles que fazem uso de álcool e drogas.

Em 2015, o país contava com 129 Consultórios na Rua e este número baixou para 117 em 2020, segundo informações dadas por Marcelo Pedra, pesquisador da FIOCRUZ, em entrevista a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca⁵⁶.

Podemos citar também alguns outros equipamentos que atendem a população em situação de rua, como o Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), o CREAS Itinerante em alguns estados, o CREAS POP.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) é fruto do decreto presidencial nº 7.053/2009. Segundo a MDS (Ministério do desenvolvimento Social) é uma unidade pública de referência da proteção Social especial de média complexidade, constituída segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Portanto, o Centro POP é voltado exclusivamente para à população em situação de rua podendo ser jovens, adultos, idosos e famílias. Tendo a obrigação de oferecer o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e a unidade poderá proporcionar o Serviço Especializado em Abordagem Social, o qual mostraremos mais adiante. Vejamos o trabalho social principal ofertado pelo Serviço Especializado para `a População em situação de rua:

⁵⁶ Mais informações em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/secoes/noticia/428/49969>. Acesso em 24/10/2022.

Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; referência e contra referência; orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; elaboração de relatórios e/ou prontuários (BRASIL, 2014, p. 29).

Tendo por objetivo por meio do trabalho ofertado neste serviço de assegurar atividades que possa desenvolver sociabilidade, possibilitando o resgate e de fortalecer e construir vínculos com os familiares. Para que gradativamente esta pessoa venha sair da situação de rua. Além do serviço citado acima o Centro POP oferta também o Serviço Especializado em Abordagem Social é uma das formas⁵⁷ em que a população em situação de rua tem acesso ao Centro POP. Também é um trabalho social que tem por objetivo constatar o trabalho infantil, exploração sexual de criança e adolescente, pessoas em situação de rua e outras violações de direito. Trabalho este realizado por uma equipe técnica ou de Educadores Sociais do Centro POP, realizando rondas diárias ou também quando solicitado por pessoas da comunidade ou de outros serviços. E por fim fazem o mapeamento dos territórios e locais de vulnerabilidade pessoal e social, como também o encaminhamento ao Serviço oferecido no Centro POP.

E pode-se contar ainda com o serviço do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), o Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência (CAPS-INF), o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O decreto policial de 1928 em seu capítulo II, artigo 126 previa que a autoridade policial, inspetor de quartelão ou agente de segurança, que encontrasse qualquer indivíduo, mendigo, vicioso, ébrio, ou louco perigoso, levaria em custódia, no posto policial mais próximo, ou na cadeia, enquanto não aparecer pessoa da família ou responsável, que se encarregue de contê-lo e curá-lo.

Koga (2013) ressalta que a forma como as políticas sociais no Brasil é estruturada tem sido um grande empasse para a sociedade, pois trata-se de políticas segmentadoras da realidade

⁵⁷ Encaminhamentos do Serviço Especializado em Abordagem Social, de outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; - Demanda espontânea.

social, que tem dividido as necessidades e demandas selecionando seu público-alvo, marcados por sua vulnerabilidade social ou pessoal, condições de renda ou faixa etária.

Essa segmentação tem prevalecido em algumas dessas políticas, como a de assistência social, mesmo com Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que prevê a dimensão territorial como fator primordial na atuação. Fator esse que veio na contramão da base do Sistema Único de Assistência Social. Mesmo diante de alguns avanços com a PNAS, é possível identificar na atuação das políticas uma perspectiva homogeneizadora, que segmenta as políticas ofertadas e não se conecta ao território onde estas são aplicadas.

Para que haja uma mudança na forma segmentada de atuação das políticas, ainda é preciso superar o campo que diz respeito a disputa política onde são colocados em discussão o paradigma do direito e da benevolência, porque no Brasil a proteção social é encarada como uma responsabilidade do ciclo familiar e não público.

No processo de concretização da assistência social como uma política pública, pode-se observar de um lado uma disputa identitária e do outro um cenário de incertezas e muita luta para essa efetivação, o que levou a regulamentação desta política somente em 2004, mesmo diante da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social de 1993.

Resultante deste movimento tem-se o risco de perder a finalidade da política, materializada no próprio cidadão, devido a verticalidade na construção das propostas, na quantidade de políticas e na velocidade com que são instituídas, pois o processo envolve 5.565 municípios que apresentam diferentes realidades, mas que experimentam a efetivação destas políticas nos mesmos conceitos, significados e práticas.

Oliveira (2017), traz uma reflexão acerca dessas desigualdades e a não efetivação das políticas que no caso da população em situação de rua, por muitas vezes não é considerado um cidadão, diante de tantas exigências para acessar a política que o deve proteger e incluir. A forma de execução dessas políticas, por meio de entidades, na maioria, ligadas a determinadas crenças, dificulta ainda mais o acesso e garantia de direitos e proteção dessa população.

O grande impasse enfrentado pela cidade de São José dos Campos, segundo a pesquisa de Oliveira (2017), está no modelo de atenção adotado no município, caracterizado como público, filantrópico, benemerente e policial, principalmente quando a pessoa que se encontra em situação de rua não se enquadra nas condições de município.

Oliveira (2017) considera que ao apontar em sua pesquisa as questões que permitem repensar as práticas da política de assistência social enquanto política de proteção social existe uma possibilidade de um enfrentamento aos resquícios conservadores adotados no município.

Outro desafio a nível de política pública é a própria moradia para a população em situação de rua.

Em São José dos Campos, em meado da década de 2010, o déficit de moradia conforme o Ministério das Cidades, era de 21.910 moradias. A produção habitacional na RMVPLN no período 2009-2014 foi promovida significativamente pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV): na faixa 1 foram construídas 4.914 moradias, faixa 2 7.353, faixa 3, 3.100 e na faixa 4, 15.367 moradias. Soma-se a esse programa federal o “Casa Joseense” da Prefeitura Municipal. No entanto, dada a dinâmica populacional da cidade, essas moradias construídas são insuficientes para atender tamanha demanda. No entanto, outras iniciativas de inserção já se apresentam com possibilidade de uma nova gestão da questão da população em situação de rua. A cidade de São Paulo, em 2019, por exemplo, iniciou um novo programa que visava a adequação/requalificação de edifício desocupado localizados na região central da cidade, esses imóveis foram destinados a pessoa em estágio mais avançados de autonomia, que se comprometem em pagar um aluguel social à prefeitura.

Luiz Kohara e Francisco Comaru, em palestra no Fórum Nacional de População de rua em 2018, ao destacarem as experiências debatidas no âmbito das capitais São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza, colocaram os desafios a serem vencidos para uma política verdadeiramente eficaz de habitação para a população em situação de rua.

Segundo os autores, há entre ela uma heterogeneidade significativa que exige a construção de várias modalidades de programas habitacionais, ofertas de diferentes estratégias de acesso à propriedade, além de um importante trabalho interdisciplinar de inserção ao mercado de trabalho. Além desses desafios, os pesquisadores ainda destacaram a problemática das localizações das moradias que devem ser inseridas na cidade com infraestrutura e serviços. A vida cotidiana, quando pensada na lógica do prédio também exige uma gestão condominial, para afastar determinados estigmas de vizinhança os empreendimentos devem ser mistos, ocupados por outros perfis. Estratégias de atendimento a mulheres, muitas das quais responsáveis por suas famílias deve fazer parte do debate da política. Dessa forma, a reinserção social dessa população não é simples nem banal, exige diferentes esforços e vontade política. No entanto, no atual contexto, pensar novas estratégias de assegurar que o direito à cidade seja inclusivo e destinados a todos moradores, e não somente a uma parcela, é uma emergência para qual a sociedade deve se voltar.

Em 2016, foi apresentado uma proposta de iniciativa de representantes da sociedade civil que encaminharam ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a proposta do programa *Housing First* (Moradia Primeiro) que se trata de políticas

de habitação, trabalho, assistência social e saúde para a emancipação das pessoas em situação de rua, transcendendo o modelo assistencialista dos programas para um modelo adaptado às realidades brasileiras que pressupõe resultados efetivos de saída das ruas e redução de custos para a administração pública.

O modelo *Housing First* tem como objetivo colocar o acesso à habitação permanente e individualizada como ponto de partida e não como a última etapa da intervenção e disponibiliza serviços de apoio ajustados às necessidades concretas dos participantes. E é baseado em oito princípios fundamentais⁵⁸, que refletem valores subjacentes ao modelo do projeto e também oferecem um estrutura eficaz do programa.

- ✓ Moradia é um direito humano
- ✓ Usuários tem controle e escolhas autônomas
- ✓ Separação entre moradia e tratamento
- ✓ Orientação ao tratamento
- ✓ Redução de danos
- ✓ Engajamento ativo sem coerção
- ✓ Planejamento centrado na pessoa
- ✓ Atenção flexível quando necessária

No Brasil a implantação do *Housing First* teve início em 2018 pelo município de Curitiba/PR através do Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua (INRua), em parceria com a Mitra da Arquidiocese de Curitiba com financiamento do poder público. Em 2019 o projeto dispunha de 3 residências destinadas a população em situação de rua. E pelo município de Porto Alegre com o lançamento do Plano Municipal de Superação da Situação de Rua (PMSSR), 2018 implementado junta a Política da População em Situação de Rua (PopRua). No caso de Porto Alegre a demanda para a implantação do *Housing First* foi centrada na necessidade de moradia, saúde mental e tratamento de uso de álcool e outras drogas.

Durante a pandemia do COVID-19 verificou-se o quão é necessário a construção de política de acolhimento efetiva a partir das estratégias adotadas pelo Governo Federal, Estadual e pelos municípios, a partir de medidas como: distribuição de máscaras, álcool em gel, orientações frequentes sobre higiene e formas de prevenção. A prefeitura da cidade de São

⁵⁸ <https://housingfirstguide.eu/rentabilite-locative-calcul/>. Acesso em 28 dez. de 2022.

Paulo, como medida emergencial, publicou um edital de credenciamento sob nº001/2020/SMADS, tinha como objetivo cadastrar estabelecimentos como hotéis e pousadas para acolhimento das pessoas que não era absorvidas pelos centros de acolhimentos disponíveis para prover as condições de distanciamento social necessárias.

6.1 Biopolítica e a vida na rua: a rua como espaço de ser e estar

A rua, segundo Magni (2006), pode ser entendida como um espaço material e simbólico que apresenta diversos conjuntos de sociabilidade e de formas de obtenção de recursos. Então, partindo desta concepção, a pessoa em situação de rua, pode também ser considerada um agente produtor de um modo de vida específico diante da territorialização por ele praticada; como ocupa os espaços públicos e constitui nele sua produção de vida cotidiana. (KASPER, 2006, p. 125).

Podemos então entender a rua como, ter a liberdade de ocupá-la e ao mesmo tempo, ser intimado a deixá-la. Mas que liberdade é essa que, enquanto se é livre, se é também condenado por ela. Na realidade da população em situação de rua, nos parece incompatível, a liberdade, a moradia e o trabalho diante dos olhos da sociedade, pois quando se trata desta população, a visibilidade pode se confundir com invisibilidade.

Há neste contexto uma forte contradição afirmada por Taylor (1994), com relação a rejeição a opressão que são a materialização em carne do polo negativo de uma configuração moral: é, aos olhos dos outros em sociedade, encarnar o que se institui como mais degradado, sujo e indesejável. É admitir que a noção de pessoa e de indivíduo estão interligadas, e necessariamente atravessadas pela dimensão moral, compreender pessoas como fato moral. Como se essas pessoas não pertencessem àquele espaço.

Por outra via, ao abordar a questão das pessoas em situação de rua, há uma reflexão histórica no conceito de rua, que envolvem conceitos de público e privado. Sennett (1998) denominou como vírus da intimidade, que revela o autoritarismo da intimidade que se manifesta de diversas formas, seja na promoção exclusiva de relações sociais ou na psicologização da vida social ou na valorização excessiva das relações privadas dentre as relações público/sociais. Essa relação da intimidade e desvalorização da vida e espaços públicos está mais do que presente na sociedade contemporânea, exemplificados na limitação das práticas sociais, cotidianas e afetivas.

No funcionamento dessa intrínseca relação da rua com a biopolítica, a biopolítica se concretiza no cotidiano, quando, por exemplo: define quem pode ser atendido pelos

equipamentos destinados à população em situação de rua; estabelece rotinas disciplinares e quais são as punições cabíveis quando há desobediência; desenha qual a relação de fluxo de atendimento e intersectorialidade entre o abrigo e o Serviço de Atendimento aos Usuários de Álcool e Drogas (Saúde).

Gestão da vida em seus mais variados aspectos: comida, entrada e saída da instituição, eventuais punições, controle de rotinas diárias, engrenagens das políticas públicas, intersectorialidade que não se concretiza facilmente na prática, uma vida institucionalizada em todas as suas dimensões. Tais aspectos exemplificados acima, com excertos de meu diário de campo, trazem à tona as características cotidianas do dispositivo de acolhimento e de gestão da população em situação de rua. Mesmo que pareçam descrições bem pontuais e particulares do equipamento de acolhimento, essas práticas, estratégias e táticas de gestão compõem um mosaico de intervenções e investimentos sobre a vida dos usuários do sistema, assim como regulações diversas, seja em seu aspecto individual e corpóreo, ou em seu aspecto coletivo, que forja – ou toma como objeto – uma população.

Sob a perspectiva das práticas cotidianas, podemos falar em estratégias e táticas. Estratégias dizem respeito, segundo Certeau (1994, p. 99), ao “cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”. Portanto a estratégia está relacionada à racionalização, à modernidade científica, à política ou à prática militar. A tática, por sua vez, nas palavras de Certeau (1994, p. 100) “opera golpe por golpe, lance por lance. “Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas”. Embora o Estado seja uma instituição racional moderna e tenha um tipo de dominação racional-legal e, portanto, opere sob a lógica da estratégia, ele também se concretiza no cotidiano como tática, quando resolve conflitos e opera contingencialmente. Desta forma, o Estado também tem uma dimensão irracional – do imponderável da vida – que é regido “golpe por golpe”⁵⁹.

Numa outra dimensão de análise, o mecanismo que forja populações – ou dispositivo⁶⁰, nos termos foucaultianos – age duplamente: na disciplinarização dos corpos e na padronização das populações.

⁵⁹ Embora haja normativas e estratégias de gestão identificadas em documentos variados, há também uma pressão para como alocar recursos e responder às demandas não previstas. No caso da Assistência Social, para dilemas do dia a dia e alocação de recurso de forma para-além do racional estatal, ver BREDA (2013).

⁶⁰ “O termo “dispositivos” aparece em Foucault nos anos 70 e designa inicialmente os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. A partir do momento em que a análise foucaultiana se concentra na questão do poder, o filósofo insiste sobre a importância de se ocupar

A política pública, que torna homogêneo o que é plural, tenciona cotidianamente essas identificações⁶¹. Opera sob a lógica da gestão e impõem toda uma sorte de regras e rotinas cotidianas no ambiente de acolhimento, que, dispõe da totalidade da vida cotidiana dos usuários atendidos. Desta forma, o “Estado em ação”⁶² apresenta nuances específicas, que criam conflitos no atendimento e demonstram, na prática cotidiana, a biopolítica instrumentalizada.

O conceito de biopolítica em Foucault, discorre sobre como o biopoder passa a investir sobre a vida, embora consiga produzir também a morte. Tal possibilidade se dá por meio do racismo e da lógica da guerra, onde é necessário para minha sobrevivência que o outro morra ou, ainda, que é necessário sacrificar a vida de alguns para o bem da sociedade. Esta estrutura de pensamento é essencial para entender não apenas a disciplina dos corpos, mas também os mecanismos de regulação da população.

6.2 Biopoder e biopolítica

Foucault (2012), afirma que o poder de vida e de morte tem origens históricas no Pátria protestas do Direito romano, que dava ao pai o direito de vida e de morte de seus filhos e de seus escravos. Isto se dava porque, diante da lógica deste poder, era o pai que concedia aos filhos e escravos a oportunidade de viver e, sendo assim, também tinha o direito de retirar esta oportunidade por ele oferecida. Daí a formulação do direito “como “de vida e de morte” é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver” (FOUCAULT, 2012, p. 148). A relação entre biopoder e capitalismo, assim como entre capitalismo e medicina social, é estabelecida

não “do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos do Estado, das ideologias que o acompanham, mas dos mecanismos de dominação: é essa escolha metodológica que engendra a utilização da noção de “dispositivos”. Eles são, por definição, de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo o caso, de “dispositivos de poder”, de “dispositivos de saber”, de “dispositivos disciplinares”, de “dispositivos de sexualidade” etc.” (REVEL, 2005. p. 39). Para uma maior discussão sobre dispositivo, ver AGAMBEN (2009), que retoma o pensamento foucaultiano e avança em outras direções mais contemporâneas.

⁶¹ Para Stuart Hall, falar em *identidade* pode ser engessador da realidade, porque houve um processo de *descentramento do sujeito*, devido às contribuições da teoria marxista, da psicanálise (Freud e Lacan), da Linguística (Saussure), de uma genealogia do sujeito moderno e poder disciplinar (Foucault) e do movimento feminista – tanto teórico como praticamente – que contribuíram para desconstrução de uma sujeito iluminista, centrado e racional. Desta forma, ele prefere *identificação*, pois “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2005. p. 39). Esta parece ser uma abordagem mais adequada à fase atual da modernidade, bem como à população em situação de rua, que já ocupa desde o início um *não-lugar* identitário, mas que manipula sua identificação na interação com os outros, como no caso das histórias para pedir esmolas (“mangueio”) e tem sua identificação manipulada pelas políticas públicas.

⁶² Expressão que designa como o Estado age por meio das políticas públicas (JOBERT; MÜLLER, 1987).

não apenas no nível populacional, mas também nos micropoderes e perpassa diversas instituições:

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto do seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como as *instituições* de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVII como *técnicas* de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operam, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos (FOUCAULT, 2012, p. 153-154).

Diante deste biopoder pulverizado, que é possível falar em biopolítica:

O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tender a ser transformar, entre fim do século XVIII e começo do século XIX, afim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, etc., na medida em que elas se tornam preocupações políticas [...] Enquanto a disciplina se dá como anátomo-política dos corpos e se aplica essencialmente aos indivíduos, a biopolítica apresenta uma “grande medicina social” que se aplica à população a fim de governar a vida: a vida, portanto, parte do campo do poder (REVEL, 2005, p. 26-27).

Trata-se de pensar a governamentalidade em seus mais variados aspectos e, ainda, em suas diferentes escalas. Analisando um setor, entendendo como este setor funciona e, talvez, expandir a análise para os demais setores. Desta maneira, esta questão metodológica, diz respeito a um olhar, um ponto de vista. E, assim sendo, o espectro de análise da biopolítica deve atingir as teias de saberes-poderes em suas mais variadas escalas, dentro de um determinado setor.

Há uma reflexão principal: como um poder que se interessa pela vida e que além da disciplina dos corpos, age através da regulação da população, pode permitir a morte? Como que a morte se relaciona com a vida? E, mais do que isso, como a morte também legitima o biopoder? Segundo o pensamento foucaultiano, a morte só é possível para garantir a vida:

[...] De que modo um poder viria a exercer suas mais altas prerrogativas e causar a morte se o seu papel mais importante é o de garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem? Para um poder deste tipo, a pena capital é, ao mesmo tempo, o limite, o escândalo e a contradição. Daí o fato de que não se pôde mantê-la a não ser invocando, nem tanto a enormidade do crime quanto a monstruosidade do criminoso, sua incorrigibilidade e a salvaguarda da sociedade. São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros (FOUCAULT, 2012, p. 50).

Portanto, somente é possível pensar a morte em relação à vida. Mas, é importante destacar que os princípios para pensar a vida são biológicos e populacionais. Desta forma, o entendimento de que alguns vivos que constituem a população são representantes de um “perigo biológico” para o total da população. E, como perigo iminente para a população, são objeto de intervenções mais severas e, possivelmente, letais.

A biopolítica precisa ser entendida tendo como base esses três pontos: população (biológica); racismo e lógica da guerra. População, porque nessa investida do biopoder, o que está em questão é o homem-espécie e não mais o homem-corpo. Portanto, não mais apenas a disciplina dos corpos, mas também a regulação da população, com seus índices de natalidade, mortalidade, expectativa de vida, alimentação etc., bem como a diferenciação interna entre os vivos que constituem a população.

Para que haja essa diferenciação, faz-se necessário um recorte do racismo. É ele quem vai definir quem faz parte da “boa parte da população” e quem não faz e, desta forma, quem deve morrer para o outro viver. Esta lógica, por sua vez, embora encontre no racismo uma forma de exclusão, também com a ideia biológica de população, não é algo recente na história. É a dialética da guerra, onde um morre, para que o outro viva. No caso da população, que a parte “infectada” da população desapareça, para não degenerar os demais vivos. Partindo então para a função reguladora da biopolítica, porque é ela que vai gerir a vida dos que merecem viver, através das instituições:

[...] Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os

súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras [...] (FOUCAULT, 2012, p. 57).

O valor e a utilidade são medidos pelo corpo dóceis que trabalham e que rendem, dentro de determinada expectativa de vida e de modo de viver. Daí os padrões de constituição física dos corpos e de comportamento aceitável das mentes. Tudo que tiver relação com a “anormalidade”⁶³ vai estar fora do espectro esperado da população e, portanto, por isso mesmo, é classificado como perigoso. Desta forma, a norma é um importante mecanismo do biopoder.

A vida, então, além de estar no centro da política, enquanto regulação da população, também é objeto de disputa política. Embora as afirmações neste campo de disputa estejam no campo do direito, sendo que a vida quem é reivindicada, como totalidade do possível. Surgindo a partir daí um movimento pelo direito à vida, que deveria ser garantida pelo Estado, através das políticas públicas. Diante desta gramática, que surgem os movimentos sociais, por exemplo, que dão origem às reformas sanitárias, cujo objetivo é o atendimento integral em saúde, para toda a população.

Dessa forma, mesmo que haja uma infinidade de estratégias apresentadas pelo Estado, a urgência social pode abalar o planejamento e exigir que sejam aplicadas táticas de gestão. Isto ocorre, entre outros motivos, devido a criação da categoria população. Ao tornar homogêneo o que é diverso, a categoria população emerge na prática cotidiana. As diversidades internas aparecem e cobram respostas não previstas na política pública.

É possível, ainda, afirmar que essas políticas sociais são pensadas de maneira a se concretizarem da forma mais democrática possível, já que há controle social e participação social prevista no SUAS, os limites das políticas públicas vão além dos citados acima, mas principalmente pela constituição do Estado e da relação que existe com a população. Pensando no argumento de Agamben (2010), toda sociedade elege os seus matáveis. Desta maneira, além

⁶³ Em seu livro *Os Anormais*, Foucault demonstra, através de uma genealogia, como o conceito “anormal”, em princípio se constrói no campo jurídico e penal, passa paulatinamente para sua constituição no campo médico, elaborando uma psiquiatrização da sexualidade (e do desejo). Daí, portanto, o poder da normalização: “[...] funcionamento de um poder que não é nem o poder judiciário nem o poder médico, um poder de outro tipo, que eu chamarei, provisoriamente e por enquanto, de poder de normalização. Com o exame, tem-se uma prática que diz respeito aos anormais, que faz intervir certo poder de normalização e que tende, pouco a pouco, por sua força própria, pelos efeitos de junção que ele proporciona entre o médico e o judiciário, a transformar tanto o poder judiciário, como o poder psiquiátrico, a se constituir como instância de controle do anormal [...]” (FOUCAULT, 2010, p.36).

da questão da biopolítica, da necessidade de entender os mecanismos jurídicos que permitem ações que representam um estado de exceção em contextos democráticos.

Há enorme diferença entre os formuladores das políticas públicas e os executores das políticas públicas. Isto porque há distância entre espaço e tempo entre uma fase e a outra, bem como a forma de interpretação das políticas, que passam por interpretações pessoalizadas e níveis diferentes de instrução formal. Ainda, outra questão a ser levada em consideração são os imponderáveis da vida: seja nos surgimentos de casos não previstos ou nas ações que geram resultados exatamente opostos dos pretendidos.

Além de toda a crítica que se pode fazer sobre as políticas públicas não realizarem o que se propõem, pode-se ainda evidenciar a relação que o Estado possui com a sociedade. De acordo com o raciocínio de Agamben (2010), toda sociedade elege seus *homines sacre*. Como não estamos mais em sociedades sacrificiais, esta condição reverbera em algumas vidas como matáveis. Ainda, se adicionarmos à discussão a perspectiva de margens do Estado (DAS; POOLE, 2009), chegamos à conclusão de que os *homines sacre* estão nas margens do Estado e, como tais, por sua relação específica com o soberano – ou nos casos modernos, com o aparato jurídico – tem sua “vida apolítica” politizada de modo radical. Dito de outra maneira, são exatamente os excluídos sociais que são incluídos por todas as formas de captura das políticas públicas.

A partir daí a rua pode ser entendida como o destino último de todos os anormais que não foram acolhidos – ou capturados – em outros equipamentos. São, portanto, os anormais “mais anormais”, ou seja, aqueles que a normatização não capturou ou que abriu mão e condenou compulsoriamente à errância.

Desta forma, diante destas reflexões e da etnografia retratada através das trajetórias de vida apresentadas, é possível apontar que as políticas públicas destinadas à população em situação de rua ficam aquém de seu discurso emancipatório e de cuidado e/ou prevenção. Especialmente, devido à guerra às drogas no que concerne à segurança pública. Em considerações ampliadas, é ainda possível destacar que devido à lógica da guerra – que coloca pobres e periféricos como inimigos em potencial – é impossível a construção de políticas que atendam às demandas da população e construam a emancipação social, garantindo acesso a direitos básicos que constroem o Estado Democrático de Direito. Existe apenas o controle e a retroalimentação do dispositivo de captura desta população. Dispositivo este que se ocupa com a vida (biopolítica), mas que também produz ativamente a morte (tanatopolítica).

A assimetria dada por essa relação desigual aparece também nas relações de cuidado dessas políticas. Embora a Constituição de 1988 preconize práticas democráticas, ainda estamos

num caldo de cultura autoritário, que Fuganti (2009), retrata que sem mudanças nesta cultura política, as mudanças nas práticas das políticas públicas serão apenas mudanças de fachada feitas com movimentos cautelosos para não potencializarem nos outros a autonomia, mas que tem ligações íntimas com o poder pastoral foucaultiano, ou seja, sendo governado pelos outros e que não permite o governo de si e, na verdade, estabelece uma relação desarmônica, que não caminha para autonomia.

Grande parte da sociedade está diariamente em movimento entre a rua e suas casas. Este movimento contribui para a caracterização da identidade do sujeito e faz distinção entre o que é público e o que é privado através de características objetivas e peculiares, como por exemplo os muros. Para as pessoas em situação de rua, esse movimento é mais complexo e marcante, porque é na rua que a vida dessas pessoas acontece através de suas vivências. É através do movimento do território da rua que estas pessoas encontram sua identidade e a percepção do real sentido do que é privacidade.

Assim identidade do sujeito em situação de rua é moldada a partir de suas vivências na rua, fazendo com que estas vivências o permitam ocupar um lugar simbólico neste território através da relação social que constitui a rede existente. E através deste agrupamento de relações estabelecidas, por meio dos acontecimentos cotidianos, forma-se a partir daí a identidade do sujeito que ocupa o território chamado rua. Portanto, podemos afirmar que a identidade da pessoa em situação de rua está diariamente sendo construída pelas relações que acontecem no território, que Geertz (1989, p. 27) ressalta que “[...] Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou, mais precisamente, da ação social – que as formas de cultura encontram articulação”.

Para Bossé (2004, p. 169) a identidade territorial “não é apenas ritual e simbólico, é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades”, o que nos leva a refletir que a construção desta identidade está alicerçada em uma memória coletiva que une as experiências vivenciadas no passado e as vivências no presente, no território propriamente dito. O que é confirmado por Haesbaert (1999, p. 172) quando afirma que “[...] a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta [...]” E acrescenta que “as identidades só são territoriais quando sua estruturação depende da apropriação simbólica no/com o território” (HAESBAERT, 1999, p. 179).

A identidade territorial é considerada por Dealtry (2002) como uma construção coletiva onde se compartilha o conhecimento e a vivência com base em uma mesma realidade. O que

também pode modificar a narrativa de experiências vivenciadas no passado. Para o autor, “[...] reconstruirmos o passado de um povo, esquecemos e lembramo-nos dos fatos, informações e interpretações que nos interessam para reafirmar uma identidade” (DEALTRY, 2002, p. 190).

A partir de tais reflexões pode-se afirmar que na construção da identidade, há uma apropriação do espaço onde constitui uma relação de pertencimento subjetiva e ao mesmo tempo concreta entre o sujeito e o espaço ocupado a partir do território. A partir da relação de identidade e pertencimento, a população em situação de rua constrói seu espaço subjetivamente e concretamente.

A construção identitária e a construção da memória é um fato muito importante para a população em situação de rua, pois a memória é um ingrediente imprescindível na construção e legitimação da identidade do sujeito. Que segundo Halbwachs (2006), a memória é uma importante ferramenta na construção da identidade territorial, porque trava uma discussão em relação as identidades territoriais e porque acredita que existe um dinamismo entre a identidade e as memórias coletivas.

Na realidade da população em situação de rua, as regras que permeiam o território onde ocupam determinam as possibilidades de vivência e experiência (MAYOL; GIARD; CERTEAU, 1996).

Ressaltamos, baseados em Costa (2008), a importância da construção da memória social da população em situação de rua, que se destaca por passar por constantes transformações mesmo diante da incessante busca de sustentar questões do passado no presente. Todo esse processo de construção de memórias, geram diversos conflitos e podem ter muitos significados na construção da identidade da pessoa em situação de rua, pois essas experiências refletem diretamente na maneira como o sujeito age e pensa, do modo como pode encarar sua realidade através de sua vivência na rua.

E diante da realidade em que vivenciamos com a Pandemia do Covid-19, a construção desta identidade está cada vez mais comprometida, pois há pelo menos quatro décadas vivemos segundo Boaventura de Souza Santos (2020) em uma situação de “normalidade da exceção”, em que a gestão do Estado pela ordem neoliberal impõe à vida a lógica do setor financeiro. Assim, “o mundo tem vivido em permanente estado de crise”, e, de maneira sagaz, faz-se uso ideológico de ações como o chamado ajuste fiscal e os cortes em programas governamentais que garantiriam direitos sociais.

A questão de como lidar com os mais vulneráveis dentre os vulneráveis em um futuro pós-pandemia ainda é alvo de questionamentos. Os ensinamentos dessa experiência se figuram como reconhecimento do momento histórico neoliberal.

Dardot e Laval (2016) citados por Maciel, Silva e Souza (2020), apontam que, no final do século XX, os países democráticos integrados à ordem mundial que eram regidos por instituições financeiras como o Banco Mundial, vivenciaram uma “mercadorização das instituições públicas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 275). Onde o Estado funciona conforme as regras de um padrão novo de governança.

Para as autoras o empreendedorismo competitivo no território, que é proposto pela ordem neoliberal, torna as cidades incapazes de lidar com questões sanitárias de emergência. Levando-nos ao questionamento apontado pelas autoras de: como é realizado o jogo da política pública em atenção à população?

E, para além da melhor articulação das políticas, ainda é preciso fortalecer a sociedade civil. Somente ela é capaz de exercer pressão sobre o Estado em busca de uma efetivação de fato das políticas existentes (DE LUCCA, 2007).

O município de São José dos Campos, como tantos outros, e diferentemente da cidade de São Paulo, não conta com a organização de movimentos que defendam e lutem pela população em situação de rua. A permanência de uma violência estrutural em que as formas de implementação das políticas estatais são um agente importante.

Percebe-se diante das políticas apresentadas e a forma como são empregadas no território ocupado pelas pessoas em situação de rua a existência de uma política que mantém o sujeito na ordem da circulação, não permitindo o rompimento deste ciclo, através das mais diversas formas de inclusão marginal. O não acesso ou o acesso precário as políticas sociais é chão da efetivação deste ciclo que mantém as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Foucault (2008a) em suas obras demonstra que o Estado tem centrado seu “poder sobre a vida”, no controle disciplinar da população conceituado como biopolítica. Bourdieu (2003), no livro *A Miséria do Mundo* salienta a luta das pessoas para sobreviver a crueldade da vida num mundo de contrastes entre a ostentação, a riqueza e a sobrevivência que é conquistada dia após dia, mostrando o medo da exclusão moral por parte de quem tem um lar e uma vida organizada convencional.

É a centralidade do poder sobre a vida exercida pelo Estado, tem como finalidade a gestão da morte dos cidadãos indesejáveis, onerosos e sem função social na nova ordem, nomeado de necropolítica por Achille Mbembe (2016).

7 CONCLUSÃO

O tema central dessa tese foi a explicitação teórica e empírica, da Questão Social da pessoa em situação de rua, frente ao desafio de ter seu direito a cidade efetivado por meio das políticas públicas e sociais. Sendo estes direitos considerados fundamentais, e sua evolução ligada ao desenvolvimento do Estado; o principal direito é justamente a proteção à dignidade humana e os direitos fundamentais. Trata-se de direitos elencados a partir do art. 6º da Constituição Federal referentes à educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. E que proporcionam uma melhoria das condições de vida das pessoas em vulnerabilidade social, no intuito de promover a igualdade social.

A discussão também expõe uma gestão Estatal que apresenta nuances específicas, que criam conflitos no atendimento e demonstram, na prática cotidiana, de uma biopolítica instrumentalizada que em Foucault (2012), como vimos anteriormente, define como poder de vida e de morte analisando os problemas que a experiência coloca para a ação política em determinada formação histórica.

Estar nas ruas significa o enfrentamento de um cotidiano de muitas perdas, que vão sendo vivenciadas ao longo de suas vidas, mas, principalmente, enfrenta-se a perda da identidade de origem e a incorporação de uma identidade advinda de um processo perverso que envolve abandonar e incorporar novos meios de sobrevivência e de conduta lidando com as limitações impostas pelo território e pela sociedade.

Em fevereiro de 2022 quando se retomou a pesquisa de campo no município de São José dos Campos, a realidade era de abrigos municipais destinados às pessoas em situação de rua localizados nas/ou próximos da região central do município o que facilitava e dava maior acesso a estas pessoas, aos serviços públicos dos mais variados (CAPS AD; Pronto atendimento de saúde; Posto de atendimento ao Trabalhador (PAT), Centro Pop etc.) e também aos meios de sobrevivência por meio dos trabalhos informais (cuidar de um carro na rua; limpar um jardim para alguém; recolher material reciclável etc.) e na facilidade de circulação dessas pessoas para obtenção de comida e da própria circulação em si. No decorrer de 2022 observou-se que o cenário estava passando por mudanças políticas que afetaram diretamente as pessoas em situação de rua, sendo assim em meados do mês de setembro os abrigos masculinos para pessoas em situação de rua foram remanejados para regiões mais afastadas do centro do município dificultando ainda mais a circulação dessas pessoas pelos bairros e pela região central da cidade.

Anteriormente, o abrigo masculino localizava-se no bairro Monte Castelo, como registrado, cerca de 1 quilometro e meio do Terminal Rodoviário Central e cerca de 2 quilômetros do Terminal Rodoviário Interestadual. Em dezembro de 2022, o cenário é o de 2 abrigos masculinos localizados nas regiões leste, o do bairro Majestic com distância de cerca de 18 quilômetros do terminal rodoviário central, equivalente a mais de 3 horas ininterruptas de caminhada, e outro no bairro Serrote com mais de 15 quilômetros de distância da região central e por fim, o abrigo localizado na região sul no bairro Torrão de Ouro, com distância de mais de duas horas de caminhada, totalizando 10 quilometro de distância do centro da cidade.

Tal mudança não somente afetou a circulação das pessoas em situação de rua, como dificultou o acesso aos serviços básicos e aos meios de sobrevivência já mapeados por estas pessoas. Como também transferiu um cenário de circulação das pessoas em situação de rua para estes bairros mais afastados que ainda oferece um cenário precário de circulação de ônibus que dão acesso a outras regiões da cidade, poucos e/ou precários equipamentos públicos de atenção de saúde, trabalho e escolas e caracteriza uma forma de violência presente no território ocupado pelas pessoas em situação de rua chamada por Bourdieu (2003) de violência simbólica⁶⁴, que descrever o processo pelo qual a classe dominante impõe seu modo de pensar ao resto da sociedade através de uma forma dissimulada de violência exercida sem coação física. Essa violência exercida contra as pessoas em situação de rua é muitas vezes naturalizada pela sociedade, contribuindo para a reprodução e manutenção da situação de rua. A omissão do Estado nas intervenções de segurança dessas pessoas, contribui de forma direta e indireta na manutenção da insegurança desses indivíduos.

Para além dos atos das mais variadas formas de discriminação e preconceito a pessoa em situação de rua é alvo de intervenções violentas de agentes de segurança pública e/ou privada; remoções arbitrárias ou recolhimento de pertences; negligência no atendimento e ausência de políticas públicas, que resultam, em muitos casos, em agressões, tentativas de homicídio e chacinas, claros sinais de tentativa de extermínio e higienização e criminalização da população em situação de rua no contexto do atual estágio do capitalismo neoliberal. Mas, também, e, principalmente, na forma de inclusão perversa que é praticada por meio das políticas sociais de atendimento que ao incluírem e atender essas pessoas, o fazem de forma precária,

⁶⁴ O conceito de violência simbólica foi criado pelo francês Pierre Bourdieu para De sorte que a: [...] violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural [...] (BOURDIEU, 2003, p. 47). Que pode, desse modo, ser compreendida como um meio mais sutil de dominação e exclusão social.

oferecendo sempre o mínimo social. Nos leva a refletir sobre a crueldade da vida em um mundo de contrastes entre a ostentação e a riqueza e a sobrevivência (MARTINS,1997).

Enquanto parte de uma Questão Social latente, as pessoas em situação de rua estão sujeitas à violência urbana gratuita e desmedida justificada na garantia de ordem e segurança pública praticada por meio da repressão de práticas sociais exercidas por tal população. Então, ao analisar as relações de poder e o campo social diante do material empírico levantado nesta tese, nos fica tal indagação: “como o poder se exerce?”

Desta forma, diante destas reflexões, é possível apontar que as políticas públicas destinadas às pessoas em situação de rua ficam aquém de seu discurso emancipatório e de cuidado não garantindo o direito a cidade.

Ao analisarmos os dados levantados por meio do trabalho de campo fica evidente que a intersetorialidade é peça fundamental na construção e execução das políticas para as pessoas em situação de rua, pois por meio de saberes e práticas e diferentes olhares é possível uma construção integrada de soluções à complexidade do território ocupado por estas pessoas. Tal cenário reforça ainda o papel fundamental dos Centros Pop, da Política de Assistência Social e das demais políticas públicas como de Habitação, Emprego e Renda, sensibilizando para a efetivação de parcerias e articulações para a garantia de acessos e direitos das pessoas em situação de rua especialmente no que tange ao direito a cidade.

Superar a situação de rua nem sempre está vinculado ao significado de reconstrução de vida alcançando um novo projeto pessoal e social, pois por vezes a saída da situação de rua pode associar-se também à circulação, mudança de lugar, ao acesso a emprego considerados subempregos, sem qualquer perspectiva de transformação ou novas possibilidades concretas de construção de autonomia e emancipação.

No contexto atual materializado pelos dados empírico desta tese é possível afirmar que mesmo a partir das mobilizações de movimentos, organizações não governamentais, igrejas e voluntários, a crise político-econômica no Brasil atual, além de favorecer a chegada de novos habitantes às ruas, exerce o papel organizado de manutenção dessas pessoas dentro deste sistema, impedindo que se exerça um rompimento do ciclo de pobreza extrema e da inclusão precária ao mínimo social.

Assim, a realidade do “morar” nas ruas, portanto, colocados em uma relação com o “outro” representados pela sociedade e/ou pelo Estado que os estigmatiza, as pessoas em situação de rua não se mantêm passivos. As formas de circulação apresentadas permitem-nos aí vislumbrar uma persistente resistência à exclusão. Trata-se de uma resistência que se dá por meio da circulação e expõe a recusa de uma ordem que periferiza e marginaliza. A forma

encontrada de resistir é pelo circular, manipulando códigos sociais que perpassam pelos deslocamentos, criando novas territorialidades e ocupando novos territórios.

Não adianta... não adianta eles (poder público) querer tirar a gente daqui da praça... eles vem, a gente sai... eles vão embora a gente volta... E quando insiste muito... ou põe a guarda pra não deixar a gente ficar aqui... a gente vai pra outro lugar... a gente vai continuar aqui!

(P8)

A resistência dessas pessoas em situação de rua não muda a sua situação de pauperização e opressão, mas, por meio dela, essas pessoas registram suas marcas de territorialidade, apresentando que o território é mais do que um simples local de sobrevivência, embora ofereça somente estrutura para as necessidades básicas, o território traduz um sentido de lugar, contingente, transgressor, efêmero, mas um sentido próprio.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 56-69, jan./abr. 2004.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFGM, 2010.
- AGAMBEN, G. **Reflexões sobre a peste**: ensaios em tempos de pandemia. São Paulo: Ed. Boitempo, 2020.
- ARAÚJO, V.F. C. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**: Breve análise. 2012. 59 f. Monografia (Especialização Curso de Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- ARENDRT, H. **Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Ed. Cortez. 2008.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BONAVIDES, P. **Teoria do Estado**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2004.
- BONNEMAISON, J. **La Géographie Culturelle**. Paris: Éditions du C.T.H.S, 2000.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131
- BOSSÉ, M. L. As Questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. **Choses dites**. Paris: Les Editions de Minuit, 1987.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 747p.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. **Orientações técnicas**: centro de referência especializado para população em situação de rua (centro pop) e serviço especializado para pessoas em situação de rua. Brasília: MDS 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População e Situação de Rua**, 2012 – 2015. Brasília. 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa**: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2014.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, 2008.

BRASIL. Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

BRASIL. **População em situação de rua e violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017**. Secretaria de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico, n. 14, v. 50, junho, 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/13/2019-010-publicacao.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BREDA, R. de L. **Entre recursos e escolhas**: Limites e possibilidades em torno da rotina de atendimento de um CRAS. 2013. Monografia (bacharelado Departamento de Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

BRITO. M. M. A. **O uso da entrevista na pesquisa empírica**. *In*: Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco quantitativo. Sesc SP. CEBRAP. p. 32 – 51. 2016.

BROGNOLI, F. F. **Com a cara no mundo**: seguindo o rastro de nômades urbanos. *In*: MARQUES, Ana Claudia *et al.* **Andarilhos e Cangaceiros**: a arte de oroduzir território em movimento. Itajaí: Editora da Univali, 1999.

CALMON, T. As condições objetivas para o enfrentamento ao Covid-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. **Revista NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 131-136, 2020.

CANEZIN, M. T. *et al.* **Jovens, educação e campos simbólicos**. Goiânia: PUCGO, 2007.

CARRARA, S. As ciências humanas e sociais entre múltiplas epidemias. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, 2020.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica da sociedade salarial**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Projeto Ético-Político do Serviço Social: 30 anos na luta em defesa da humanidade**. In: CFESS Manifesta, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Pelo direito à vida e dignidade da população em situação de rua. In: CONGRESSO DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 1., 2011. Brasília. **Anais...**, Brasília: CFESS Manifesta, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_poprua_SITE.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DE MINAS GERAIS - CORECON-MG. Sobre curvas e pirâmides: a geometria da desigualdade na pandemia. **Boletim Observatório das desigualdades**, n. 9, p. 1-29, 2020.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, v. 4, n. 1, 2005. Disponível em:

COSTA, D. L. R. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COSTA, S. M. F. da.; SILVA, D. C. da. Caracterização da Dispersão Residencial (Urban Sprawl) Utilizando Geotecnologias. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 2007, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis, 2007, p. 5167-5174.

COSTA, S. M. F. da.; MELLO, L. F. de. **Crescimento Urbano e Industrialização em São Jose dos Campos**. São Jose dos Campos: Intergraf. 2010.

COSTA, S. L. **Os sentidos da comunidade: construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória, ES**. 2008. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- COSTA, J. Abrigo Viva Família oferece espaço diferenciado e confortável. **Notícias**, 2019a. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/julho/11/abrigo-viva-familia-oferece-espaço-diferenciado-e-confortavel/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- COSTA, J. Com a chegada do frio, São José amplia vagas em abrigos. **Notícias**, 2019b. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/julho/06/com-a-chegada-do-frio-sao-jose-amplia-vagas-em-abrigos/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CUNHA, J. M. P. *et al.* A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. **Cad. Metrop.**, v. 15, n. 30, p. 433-459, 2013.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **Nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016
- DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. **Cuad. Antropol. Soc.**, n. 27, p. 19-52, jul. 2008.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 1, 1995.
- DEALTRY, G. F. Memória e esquecimento como formas de construção do imaginário da nação. *In*: MOITA LOPES, L. P; BASTOS, L. C. (org.). **Identities**: Recortes Multi e Interdisciplinares. São Paulo: Mercado de Letras, 2002. p. 189-200.
- DE LUCCA, D. **A rua em movimento**: experiências urbanas e jogos sociais em torna da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP: CEM: Cebrap, 2011.
- FERRO, M. C. T. Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. **Revista Direitos Humanos**, n. 8, 2012.
- FIORI, J. L. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. **Novos Estudos**, n. 40, p. 125-144, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. 361f. Tese (Doutorado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FUGANTI, L. Biopolítica e produção de saúde: um outro humanismo? **Interface: comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 1, p. 667-79, 2009.

G1. Prefeitura de São José terá que indenizar morador de rua que teve pertences recolhidos. **G1 Vale Paraíba e Região**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2021/06/02/justica-condena-prefeitura-a-indenizar-em-r-57-mil-morador-de-rua-que-teve-pertences-recolhidos.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1989.

GHIRARDI, M. I. G. *et al.* Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 9, n. 18, p. 601-610, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, C. Região, rede, mobilidade e policentralidade: reflexões para uma perspectiva teórica ao planejamento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional - G&DR**, v. 14, n. 2, p. 133-156, jan. 2018.

GOULART, M. **Vidas na rua**: políticas e despolíticas. Dissertação (Mestrado Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

GUSTIN, M. B. de S. A governança social em comunidades periféricas e de exclusão: questões de fundo sobre sua efetividade. **Revista Observatório do Milênio**, v. 3, n. 3, p. 14-35, jun. 2012.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). *In*: HAESBAERT, R.; ARAÚJO, Frederico Guilherme de. **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro, 2007.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169- 190.

HALBAWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. *In*: HALBAWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro. 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: selo martins 2012.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

IANNI, O. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>. Acesso em: 28 out. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-acionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=3549904>>. Acesso em: 30 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **PNAD COVID-19: Divulgação de 28/08/2020 – Principais destaques**. Carta de Conjuntura, 28 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/08/>>. Acesso em: 26 set. 2020.

KAPP, S. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020.

KASPER, C. P. **Habitar a rua**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KOGA, D. H. U. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, D. H. U.; ALVES, V. A. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. **Revista Serviço Social & Saúde**, v. 9, n. 9, jul. 2010

KOGA, D. H. U. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 30-42, 2013.

KOHARA, L.; CAMARU, C. **Desafios para efetivação do direito à moradia para população em situação de rua: estudo de experiências de atendimento público nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador**, 2018.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 1993.

LÉFÈBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne**. Paris. Messidor/ Éditions Sociales, 1986.

LÉFÈBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1968.

LÉFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo. Ed. Centauro, 2011.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MACIEL, L. M.; AQUINO, A. de. As migrações internas à luz do pensamento de Roberto Simonsen: uma análise crítica do ensaio “Recursos econômicos e movimentos das populações” **Tempos Históricos**, v. 23, n. 2, p. 65–97, 2020. DOI: 10.36449/rth.v23i2.23620. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/23620>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MACIEL, L.; SILVA, M. G.; SOUZA, A. A. M. de. A população em situação de rua diante da pandemia: um estudo de caso ampliado entre São José dos Campos/SP e São Paulo/SP. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v.8, n. 63. 2020.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v.17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horiz. antropol.**, v. 15, n. 32, p.129-156, 2009.

MAGNI, C. T. **Nomadismo urbano uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1994.

MAGNI, C. T. **Nomadismo urbano uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

MARCUS, G. E. Etnografia en/del sistema mundo.El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, v. 11, p.111-127. 2001.

MARINHO, G. Prefeitura testa mais de 60 moradores de rua no primeiro dia. **Notícias**, 2020. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2020/maio/21/prefeitura-testa-mais-de-60-moradores-de-rua-no-primeiro-dia/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MARTINS, J.de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997

MATOS, R.B., RIBEIRO, M.A.C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 59, n. 1, , 2005.

MAYOL, P.; GIARD, L.; CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do Programa De Pós-graduação em Artes Visuais EBA/UFRJ**, n. 32, p. 124-151, 2016

MBEMBE, A. **A crítica da razão negra**. [s.n]: São Paulo, 2018a.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: [s.n.], 2018b.

MENDES, M. **Os moradores de Rua e suas Trajetórias**: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte. 2007. 124f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MINTZ, S. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MUELLER, C.C.; MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - A década de 1980. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p. 407-427, 1997.

NATALINO, M. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. 2020. (No prelo).

NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. **Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia: algumas limitações práticas do auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial**. Ipea: Disoc, 2020. (Nota Técnica, n. 67).

OLIVEN, R. G. National and Regional Identities in Brazil: Rio Grande do Sul and its Peculiarities. **Nations and Nationalism.**, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2006.

OLIVEIRA, Luciano Márcio Freitas de. **O alcance da proteção social à população em situação de rua**: fuga do paradigma do direito. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ONU-HABITAT. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. El derecho a una vivienda adecuada. **Folleto informativo**, n. 21/rev. 1, 2010. Disponível em: www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_sp.pdf. Acesso em: dez. 2020.

PAVIANI, A. A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade? *In*: PAVIANI, A. **Brasília**: moradia e exclusão. Brasília: Editora UnB, 1996. p. 213-29.

PELÁ, M.; MENDONÇA, M. R. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. Cerrados: perspectivas e olhares. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 51-70, 2010.

PEREIRA, C. P.; SIQUEIRA, M. C. A. Criminalização da mendicância e a realidade da população de rua do Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais...**, Brasília: CBAS, 2010.

POLLAK, M. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. *In*: CECENÑA, A. E. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, v. 8, n. 16, 4 fev. 2010.

PRADO, M. R. do. **O fetiche punitivista**: bandido bom é bandido morto? *Âmbito Jurídico*, 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/noticias/o-fetiche-punitivista-bandido-bom-e-bandido-morto/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói, Santa Cruz do Sul**, n. 38, p. 45-59, 2013.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 191-215, 2011.

QUARTOS DA QUARENTENA. **Quartos de hotéis vazios podem salvar vida**. Disponível em: www.quartosdaquarentena.org.br/. Acesso em: 26 set. 2020.

RAFFESTIN, Claude. *Répères pour une théorie de la territorialité humaine*. In: DUPUY, Gabriel et alli. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 48, n. 2, p. 167-227, 1988.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROMANELLI, G. . A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: Geraldo Romanelli; ZÁlia Maria Mendes Biasoli Alves. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. 1ª ed. Ribeirão Preto-SP: Ed. Legis Summa Ltda, 1998, p. 119-133.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, E. **Moradores em situação de rua recebem vacina da Janssen**. São José dos Campos, 8 jul. 2021. Facebook: resgatando São José. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=6463753313650607&set=gm.4387648594634306&locale=pt_BR. Acesso em: 20 nov. 2022.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Livro Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos. Lei n. ° 1408, de 13 de novembro de 1967**, p. 111 – 114.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Campanha tem telefone 153 interligado ao COI**. 2008.

Disponível em:

https://servicos2.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=3846#:~:text=Campanha%20t

em%20telefone%20153%20interligado,de%20S%C3%A3o%20Jos%C3%A9%20dos%20Campos&text=A%20Prefeitura%20de%20S%C3%A3o%20Jos%C3%A9,do%20trabalho%20infantil%20no%20munic%C3%ADpio.. Acesso em: 20 dez. 2022.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Guarda Civil Municipal. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/protecao-ao-cidadao/guarda-civil-municipal/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SÃO PAULO. Decreto n.º 59.283 de 16 de março de 2020. Declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do corona-vírus. **Diário Oficial**, São Paulo, 2020a.

SÃO PAULO. Lei n. 17.340/2020, 30 de abril de 2020. Dispõe sobre medidas de proteção da saúde pública e de assistência. **Diário Oficial**, São Paulo, 2020b. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.saopaulo.sp.leg.br/wp-content/uploads/2020/05/pg_0001.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Boletim Completo**, 2020. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 30 set. 2022

SECRETARIA DE APOIO SOCIAL AO CIDADÃO. **Plano municipal de assistência social de São José dos Campos**. São José dos Campos: SASC, 2017. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/media/49007/plano-municipal-de-assistencia-social.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

SENNETT, R. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SILVA, M. C. **Marcas e marcos - uma história da profissão: o Serviço Social na cidade de São José dos Campos**. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA. M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA. M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009

SILVA. M.G., MACIEL, L.M. Viver, observar e escrever: a experiência socioterritorial “Das Dores” da população em situação de rua. *In*: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 7., 2022. São José dos Campos. **Anais...**, São José dos Campos: Univap, 2022. Disponível em: <https://congressos.univap.br/soac/index.php/VIIISemPPGPlur/VIIISemPPGPlur/paper/viewFile/149/194>Acesso em: 20 nov. 2022.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 1977.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

SOUZA, C. Fontes de praças e parques do centro e dos bairros são reativadas. **Notícias**, 2018. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2018/novembro/23/fontes-de-pracas-e-parques-do-centro-e-dos-bairros-sao-reativadas>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SOUZA, C. Com luminárias de LED, praça do São Dimas fica mais bonita e segura. **Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/fevereiro/19/com-luminarias-de-led-praca-do-sao-dimas-fica-mais-bonita-e-segura/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SPOSATI, A. de O. *et al.* **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: uma questão em análise. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995

TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains. Différenciation des groupes migrants. **Les Annales de la Recherche Urbaines**, n. 59-60, p. 51-60, 1993.

TAYLOR, C. **The Person**. Princeton University Press. 1994.

TIENE, I. **Mulher moradora de rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Alínea, 2004.

TELLES, V. da S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e de poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENCIA, S. **Capitalismo gore**. España: Melusina, 2010.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de rua**: quem é, como vive e como é vista. São Paulo. Ed. Hucitec. 2004.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, Csaba. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169 – 243.

WHITE, W. F. A sociedade das Esquinas. A estrutura social de uma Favela Italiana. *In*: RILEY, Matilda White; NELSON, Eduarwad. **A observação sociológica**: uma estratégia para um novo conhecimento social. Rio de Janeiro. Zahar. 1976.

ZENEIDI-HENRY, D. **Les sans domicile fixe, condition d'exclus et experience urbaine**. RÉSO – Université Rennes II, 2002.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

1 – Código TCLE:

2 – Sobre a situação de rua e identificação do local

- a) Endereço onde foi abordado:
- b) A quanto tempo está neste local?
- c) Você utiliza o local como espaço de trabalho? Se sim, há quanto tempo? Qual atividade desempenha?
- d) Você utiliza este local para dormir? Se sim, de que forma?
- e) Porque o/a senhor/a “escolheu” este local?
- f)

3 – Sobre a história de vida

- a) Há quanto tempo está em situação de rua?
- b) Quais lugares já estiveram na cidade? Já esteve em outros municípios, estados ou outros países?
- c) Qual o motivo que o levou à situação de rua?
- d) Quais as maiores dificuldades da situação de rua?
- e) Sobre os serviços oferecidos (como Abrigo, centro pop, abordagem social), você conhece? Se sim, qual a sua opinião?
- f) Você tem família? Tem contato? Se sim, quem são?

ANEXO 2**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Dados de identificação**

Título do Projeto: CARTOGRAFIAS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1980 – 2020)

Pesquisador Responsável: Marília Goulart Silva

Equipe executora: Marília Goulart Silva, Lidiane M. Maciel e Adriane Aparecida Moreira de Souza

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

Telefones / E-mails para contato: (12) 3947-1000 / Ramal 1111 e (12) 98868 4429 / mariliagoulartsilva@gmail.com

Nome do participante: _____ R.G. _____

Idade: ____ anos Telef. de contato: _____ CÓDIGO FORMULÁRIO: _____

O (A) Sr. (ª) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa que tem como tema/título CARTOGRAFIAS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1980 – 2020), de responsabilidade da pesquisadora Marília Goulart Silva. Este estudo tem por objetivo compreender e analisar os fatores que favorecem a distribuição espacial da população em situação de rua do município de São José dos Campos, mapeando a população em questão e a forma de ocupação da cidade e entender como se dá a ocupação do território por esta população, analisando as políticas sociais direcionadas a população em situação de rua que se materializam no espaço urbano.

Os benefícios de participação desta pesquisa estão ligados a evidenciar a situação vivida por estas pessoas que utilizam a rua como moradia e vivência com enfoque em abordagens que permeiam os conceitos de Planejamento Urbano e o Direito à Cidade. A pesquisa beneficiará

também a ampliação do debate conceitual nas esferas sociais, acadêmicas e científicas acerca da realidade vivida por esta população, auxiliando na melhor compreensão destas realidades. Sua participação consistirá em entrevistas semiestruturadas. Durante sua participação pode ocorrer um possível desconforto ou ansiedade relacionada ao processo de resposta das perguntas, em que pode vir à tona, por exemplo, memórias traumáticas. Para minimizar esses riscos, utilizaremos códigos para manter preservada a sua identidade; realizaremos a entrevista de maneira tranquila, atenciosa e calma em que você poderá realizar pausas caso julgue necessárias e recusar a responder às perguntas caso haja incômodo/desconforto de qualquer natureza. A entrevista será realizada em local reservado, ou onde o/a senhor(a) se sentir confortável e seguro, privilegiando os espaços públicos, tais como parques, ruas e praças. Sempre respeitando as questões éticas necessárias nas entrevistas. O encontro para a entrevista, terá a presença unicamente da pesquisadora e do (a) participante. Garantimos o sigilo e a confidencialidade das informações que o(a) senhor(a) fornecer e a sua privacidade na pesquisa, quanto a isso, seremos cuidadosas na análise e descrição de resultados preservando a sua identidade. As entrevistas serão realizadas com os devidos cuidados sanitários, com uso de máscaras de uso e será disponibilizado álcool gel, que será fornecido pela pesquisadora, em ambiente arejado e com distanciamento de no mínimo 150 cm. Antes do início da entrevista, o TCLE será lido na íntegra para que o(a) senhor(a) tenha ciência do estudo, de sua participação, bem como das perguntas e dos riscos da pesquisa ou para esclarecer quaisquer dúvidas. Só depois de sua autorização é que a entrevista será iniciada. Esse Termo será assinado em duas vias. Recomenda-se ao(a) senhor(a) guardar uma via deste documento.

Caso algum dos participantes desta pesquisa apresente dificuldade na leitura e assinatura do TCLE, a pesquisadora utilizar-se-á do registro de seu consentimento através de um gravador, onde ficará registrado a leitura do TCLE e o aceite do indivíduo, conforme a resolução 510/2016 artigo 2º XXII, que prevê que o registro do consentimento ou do assentimento: documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas.

A qualquer momento, o(a) senhor(a) pode se recusar a participar e se retirar da pesquisa, sem constrangimentos, penalidades ou qualquer prejuízo. As informações e materiais obtidos nesta pesquisa não poderão ser utilizados para outras finalidades que não sejam a desta pesquisa científica.

No caso de gastos decorrentes da participação nesta pesquisa (por exemplo, transporte e alimentação), o(a) senhor(a) e o seu acompanhante serão imediatamente e integralmente ressarcidos de todos os gastos. No caso de algum dano, imediato ou tardio, decorrente desta pesquisa, o (a) senhor (a) tem direito de ser indenizado pelo pesquisador e/ou patrocinador desta pesquisa, bem como a ter assistência gratuita, integral e imediata.

Sempre que desejar, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa, com a pesquisadora responsável ou equipe executora pelo telefone: (12) 98868 4429 e pelo e-mail: mariliagoulartsilva@gmail.com. O(A) senhor(a) também pode entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), corresponsável por garantir e zelar pelos direitos do participante da pesquisa, pelo telefone (12) 3947-1111, pelo e-mail cep@univap.br ou pessoalmente na Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova – Bloco 11 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento II, sala 33, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h.

Este termo está elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador, sendo uma das vias entregue ao participante.

Eu, _____, fui informado e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito.

São José dos Campos, _____ de _____ de

Nome e assinatura do participante

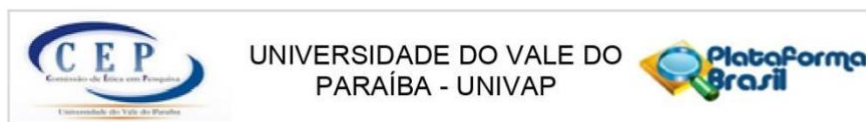
Testemunha

Nome e assinatura do pesquisador

Testemunha

ANEXO 3

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CARTOGRAFIA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1980-2020)

Pesquisador: MARILIA GOULART SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51371921.6.0000.5503

Instituição Proponente: Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

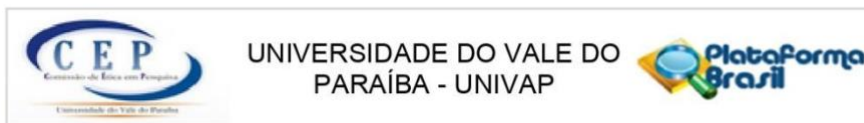
Número do Parecer: 5.103.450

Apresentação do Projeto:

A proposta da tese é aprofundar o conhecimento sobre o processo de ocupação e territorialização da população em situação de rua em São José dos Campos/SP. Sendo esta população uma expressão da questão social em constante crescimento, cuja presença nos espaços públicos e os conflitos decorrentes de sua ocupação têm sido alvo de grande desafio para os planejadores urbanos. Uma das questões recorrentes é o surgimento de novas áreas ocupadas por este contingente. Dessa forma, o objetivo central é analisar as políticas sociais direcionadas a população em situação de rua que se materializam no espaço urbano. Como objetivos específicos listam-se: investigar as mudanças no perfil dessa população no que se refere ao modo como ela se apresenta no espaço considerando os últimos 40 anos; analisar os fatores que favorecem a distribuição espacial da população em situação de rua, mapeando os lugares e as formas de ocupação territorial na cidade. A metodologia é qualitativa centrada, inicialmente, na revisão da condição das pessoas em situação de rua no Brasil e, especificamente, em São José dos Campos/SP; das ações e legislação voltadas para o equacionamento deste problema; dos fatores que permitem e favorecem que a situação de rua; e na realização de entrevistas qualitativas com a população em situação de rua com a finalidade de compor uma cartografia do processo.

As informações elencadas nos campos apresentação do projeto, objetivo de pesquisa e avaliação dos riscos e benefícios foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto (formulário

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 33
Bairro: Urbanova **CEP:** 12.244-000
UF: SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-1111 **Fax:** (12)3947-1149 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 5.103.450

online da Plataforma Brasil).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender e analisar os fatores que favorecem a distribuição espacial da população em situação de rua do município de São José dos Campos, mapeando a população em questão e a forma de ocupação da cidade e entender como se dá a ocupação do território por esta população, analisando as políticas sociais direcionadas a população em situação de rua que se materializam no espaço urbano

Objetivo Secundário:

Os objetivos específicos listam-se em investigar as mudanças no perfil dessa população no que se refere ao modo como ela se apresenta no espaço considerando os últimos 40 anos, analisando os fatores que favorecem a distribuição espacial da população em situação de rua, mapeando os lugares e as formas de ocupação territorial na cidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

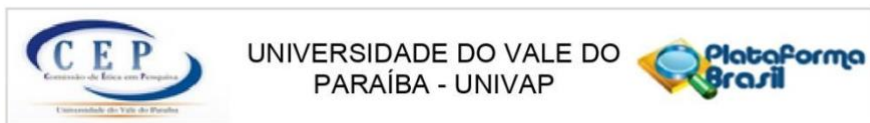
Riscos:

Durante sua participação pode ocorrer um possível desconforto ou ansiedade relacionada ao processo de resposta das perguntas, em que pode vir à tona, por exemplo, memórias traumáticas. Para minimizar esses riscos, utilizaremos códigos para manter preservada a sua identidade; realizaremos a entrevista de maneira tranquila, atenciosa e calma em que você poderá realizar pausas caso julgue necessárias e recusar a responder às perguntas caso haja incômodo/desconforto de qualquer natureza.

Benefícios:

Os benefícios de participação desta pesquisa estão ligados a evidenciar a situação vivida por estas pessoas que utilizam a rua como moradia e vivência com enfoque em abordagens que permeiam os conceitos de Planejamento Urbano e o Direito à Cidade. A pesquisa beneficiará também a ampliação do debate conceitual nas esferas sociais, acadêmicas e científicas acerca da realidade vivida por esta população, auxiliando na melhor compreensão destas realidades

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 33
Bairro: Urbanova **CEP:** 12.244-000
UF: SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-1111 **Fax:** (12)3947-1149 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 5.103.450

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta é de relevância para a área das Ciências Sociais Aplicadas e o Planejamento Urbano e Regional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O CEP considera este Projeto de Pesquisa Aprovado. As pendências anteriormente indicadas forma corrigidas: uniformizou a informação da Equipe executora e do tamanho da amostra, retificou o campo de entrevista, alterou o critério de exclusão, atualizou informações e formatação do TCLE.

Considerações Finais a critério do CEP:

Segundo a Resolução 466/12 (item XI), cabe ao pesquisador "elaborar e apresentar os relatórios parciais e final", sendo esta uma responsabilidade "indelével e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais". A Resolução 510/16, no art. 28, V, reforça que cabe ao pesquisador "apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção." Segundo a carta circular n. 0226/CONEP/CNS, de 2010, o relatório final deve incluir (veja modelo no site do CEP-Univap):

- Dados do projeto: Registro CONEP e
- Título do Projeto e Dados dos participantes: total de participantes recrutados, incluídos, selecionados, excluídos, retirados/descontinuados, concluintes (em cada centro, se for o caso, e no total). Ocorrendo participantes retirados/descontinuados, indicar principais razões disto. Ocorrendo "eventos sérios", indicar as condutas adotadas. Se houve pedido de indenização por danos causados por este estudo, indicar qual o dano e conduta tomada.

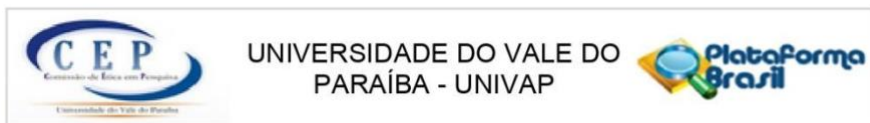
CEP-Univap - (12) 3947-1111

www.univap.br/cep

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_12_11.pdf	12/11/2021 15:45:45	Mauricio Martins Alves	Aceito

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 33
Bairro: Urbanova **CEP:** 12.244-000
UF: SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-1111 **Fax:** (12)3947-1149 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 5.103.450

Justificativa de Ausência	TCLE_12_11.pdf	12/11/2021 15:45:45	Mauricio Martins Alves	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1808336.pdf	23/10/2021 19:44:30		Aceito
Brochura Pesquisa	projeto_brochura_23_10.pdf	23/10/2021 19:42:10	MARILIA GOULART SILVA	Aceito
Outros	Carta_resposta_22_10.pdf	23/10/2021 19:41:32	MARILIA GOULART SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_22_10.pdf	22/10/2021 14:35:03	MARILIA GOULART SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_22_10.pdf	22/10/2021 14:31:27	MARILIA GOULART SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	23/08/2021 21:08:08	MARILIA GOULART SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa.pdf	23/08/2021 16:32:23	MARILIA GOULART SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_observacao.pdf	23/08/2021 16:30:18	MARILIA GOULART SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.pdf	23/08/2021 16:28:44	MARILIA GOULART SILVA	Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura_Pesquisa.pdf	23/08/2021 16:24:30	MARILIA GOULART SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/08/2021 16:22:21	MARILIA GOULART SILVA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	23/08/2021 16:20:19	MARILIA GOULART SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO JOSE DOS CAMPOS, 12 de Novembro de 2021

Assinado por:
Mauricio Martins Alves
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 33
Bairro: Urbanova **CEP:** 12.244-000
UF: SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-1111 **Fax:** (12)3947-1149 **E-mail:** cep@univap.br

